

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ MARCO BARBIZAN

**TUNEIRAS DO OESTE - PARANÁ: A FORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO ENTRE
DOIS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO - PERÍODO DE 1950 - 1970**

MARINGÁ - PR
2020

JOSÉ MARCO BARBIZAN

**TUNEIRAS DO OESTE - PARANÁ: A FORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO ENTRE
DOIS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO - PERÍODO DE 1950 - 1970**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá (UEM) como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História, Cultura e Política

Orientador: Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota

MARINGÁ - PR
2020

José Marco Barbizan

Tuneiras do Oeste - Paraná: a formação de um município entre dois projetos de colonização - período de 1950 - 1970.

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá (UEM) como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, para obtenção do título de mestre. Área de concentração: História, Cultura e Política

Aprovado em: 05/08/2020

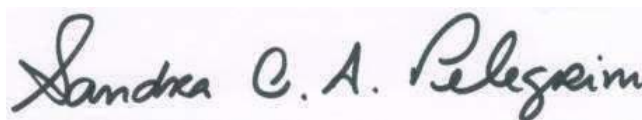
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota - Orientador
Departamento de História – UEM



Prof^a. Dr^a. Angela Maria Endlich
Departamento de Geografia - UEM



Prof^a. Dr^a Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
Departamento de História - UEM

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá (UEM), que por ser pública e gratuita permitiu que eu cursasse esse mestrado da mais alta qualidade.

Agradeço ao Alfeo Seibert Filho, um colega que se transformou em um grande amigo ao logo dessa caminhada.

Agradeço às pessoas que participaram decisivamente com suas entrevistas, depoimentos e relatos.

Agradeço à Mayara Blasi, revisora, pelo auxílio e dedicação na revisão e normatização do texto, parte importante de um bom trabalho e sem a qual a dissertação não teria a mesma qualidade.

Gostaria também de agradecer à banca examinadora por aceitar participar e colaborar com esta pesquisa. À professora doutora Sandra Cássia Araújo Pelegrini, que foi minha professora na graduação e no mestrado, pela leitura atenta e considerações durante o exame de qualificação. E à professora doutora Angela Maria Endlich, cujas alegações na qualificação foram bastantes pertinentes, procurei atendê-las na execução da pesquisa.

Agradeço especialmente ao professor doutor Lucio Tadeu Mota por ter me aceito como seu orientando, por ter acreditado em meu trabalho, pelas dicas e correções, pelas orientações práticas e precisas necessárias para eu seguir e questionar o tema do meu trabalho, dando forma a esta dissertação.

Dedico este trabalho a Deus e ao Espírito Santo, onde fui buscar força e inspiração, para superar os momentos de maior dificuldade ao longo dessa caminhada.

A minha família, que moldou a minha personalidade, que é fonte de incentivo e inspiração para seguir sempre em busca de meus sonhos e objetivos.

A ciência que proporcionou o conhecimento acumulado ao longo dos tempos, através das fontes históricas, escritas ou de natureza, oral, sonora e visual, que foram elementos de primordial importância nessa caminhada.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de escrever a História do município de Tuneiras do Oeste, localizado no estado do Paraná, e, além disso, pretende identificar se houve diferença entre os modelos de colonização dos governos do Paraná e da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, então proprietários daquelas terras. O método de investigação utilizado para a pesquisa foi a revisão bibliográfica, que contou com a consulta de documentos textuais, cartográficos e iconográficos, além de entrevistas com moradores que residiam no local durante o período estudado. A pesquisa mostrou a importância da cultura do café para o município, tendo determinado um povoamento rápido da região no auge de sua produção e um esvaziamento populacional após sua erradicação. As comparações entre os modelos de colonização mostraram uma diferença significativa entre os dois projetos, o do Estado e o da Companhia, tanto no planejamento de ocupação quanto no tamanho dos lotes de terra.

PALAVRAS-CHAVE: Tuneiras do Oeste; História Regional; Formação de Município; Modelos de Colonização; Bairros Rurais.

ABSTRACT

This research aims at writing the History of Tuneiras do Oeste, a municipality located in the state of Paraná, Brazil. It also proposes identifying any disparities between the types of colonization of the state and Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, which were, back then, the landowner of the referred land. The investigation was done through a bibliographical revision of written text files, cartographies, iconographic material, and interviews with local residents during that time. The study reveals the importance of the coffee plantations to the city once it determined how this region was settled: growing faster in the pinnacle of its production and moving to a population decrease after its eradication. The comparative shows that each project was diverse, from both their occupation plan and the sizing of its allotments.

KEYWORDS: Tuneiras do Oeste; Regional History; The Formation of Municipalities; Colonization Types, Rural Neighborhoods.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Balsa no rio Ivaí interligando a estrada de chão entre Campo Mourão e Maringá – PR (1957)	22
Figura 2 - Cópia da planta do terreno "Cantú", revertido ao patrimônio do Estado e que fora concedido à "Companhia Brasileira de Viação e Comércio" D.T.C.	28
Figura 3 - Estrada arenosa depois de Marabá, no meio da mata nativa.....	39
Figura 4 - Estrada arenosa depois de Marabá (PR), no meio de plantação de cana.....	40
Figura 5 - Imagem panorâmica de Tuneiras do Oeste, nos anos de 1960.	41
Figura 6 - Opuntia ficus-indica (Tuna).....	45
Figura 7 - Mapa de 1933 citando Tuneiras.....	46
Figura 8 - Localização de Tuneiras do Oeste, no mapa do Estado do Paraná.	48
Figura 9 - Região Noroeste do Paraná, com predomínio de solo decorrente da formação Caiuá	50
Figura 10 - Estrada arenosa depois de Marabá, no meio da mata nativa, onde se vê um Jeep (Rural).	51
Figura 11 - Primeira missa no Povoado Tuneira, com o levantamento do Cruzeiro	53
Figura 12 - População do município de Tuneiras no ano de 1960 distribuído por distritos ...	56
Figura 13 - Foto de dia de missa em Tuneiras, década de 1960 e a movimentação das pessoas	59
Figura 14 - Mapa de Tuneiras do Oeste e sua área territorial em 1960	61
Figura 15 - Mapa de Tuneiras do Oeste com sua área em 1980	63
Figura 16 – Evolução da população de Tuneiras do Oeste - 1960,1970 e 1980	65
Figura 17 - População Rural e Urbana de Tuneiras e seus distritos (1970)	66
Figura 18 - Mapa de 1908, onde aparece o traçado da Boiadeira e o ponto do Porto Xavier	74
Figura 19 - Cópia da lei nº 1.826 publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná.....	75
Figura 20 - Penetração dos Revolucionários de 1924 no Paraná.....	77
Figura 21 - Trecho da página do livro "A construção de uma cidade" (2016)	78
Figura 22 - Capa da Revista Estrada Boiadeira 2015	80
Figura 23 - Vista aérea do Bairro Guaraitava, servido pela BR 487 (Estrada Boiadeira).....	84
Figura 24 - Vista aérea do Bairro Canaã, ao longo da PR-479, que passa por Tuneiras e segue para Moreira Sales	85
Figura 25 - Foto de moradoras do Bairro Guaraitava, na panificação de pães e bolos	86
Figura 26 - Instrumentos puxados por animais e controlados por homens.....	91
Figura 27 - Máquina manual de plantar grãos, foto tirada na propriedade da família Batista	92

Figura 28 - Estojo de injeção antigo.....	98
Figura 29 - Chuveiro antigo, foto tirada na propriedade de José Bispo Ferreira.....	98
Figura 30 - Privada ou mictório, foto tirada em uma propriedade rural de Lauro P. da Silva	99
Figura 31 - Pilão	102
Figura 32 - Visita dos missionários Capuchinhos a Tuneiras do Oeste, o ano é 1957	109
Figura 33 - Mapa do Estado do Paraná destacando as regiões de Campo Mourão e Paranavaí incluídas no Plano de Colonização do Paraná para o quinquênio 1947 - 1952.	113
Figura 34 - Área da CMNP, adquirida em segunda etapa à esquerda do Rio Ivaí	115
Figura 35 - Histogramas das áreas (ha) dos lotes do CMNP e do Estado.....	117
Figura 36 - <i>Box plots</i> das áreas (ha) dos lotes do CMNP e do Estado.....	117
Figura 37 - Planta do Distrito de Marabá, elaborado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (2006).....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Movimento de migração no Paraná (1940 a 1980)	55
Tabela 2 - População do município Tuneiras no ano de 1970	66
Tabela 3 - População do município de Tuneiras no ano de 1980	67
Tabela 4 - Distribuição de frequências das características dos lotes participantes da pesquisa	118

LISTA DE SIGLAS

BR-487	Rodovia federal BR-487
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sucessora da Companhia de Terras Norte do Paraná
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Cr\$	Cruzeiro
DENIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DER	Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná
DGTC	Departamento de Geografia, Terras e Colonização
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
NCr\$	Cruzeiro novo
PR	Partido Político Brasileiro
PR 323	Rodovia estadual
PR 479	Rodovia estadual
PSD	Partido Político Brasileiro
UEM	Universidade Estadual de Maringá
USP	Universidade de São Paulo
W Gr	Oeste de Greenwich

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DE POSTO DA GUARDA FLORESTAL A DISTRITO	21
2.1 OS PRIMEIROS A CHEGAR	21
2.2 APARECIDA DO OESTE	26
2.3 OPORTUNIDADE QUE SURGE DE UMA PUNIÇÃO	27
2.4 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO	30
2.5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO TUNEIRAS	34
2.6 O DIA DA BORRACHA	37
2.8 O NOME TUNEIRAS	44
3 A RÁPIDA EXPANSÃO.....	47
3.1 LOCALIZAÇÃO	47
3.2 ARENITO CAIUÁ	49
3.3 AÇÕES GOVERNAMENTAIS	52
3.4 Esvaziamento populacional	64
3.5 ESTRADA BOIADEIRA, UM SONHO AINDA NÃO PLENAMENTE REALIZADO ...	71
3.6 BAIRROS RURAIS E A VIDA NESSAS COMUNIDADES, ANOS DE 1950 - 1970 .	80
3.7 A VIDA DA ROÇA	87
3.8 O LAZER	106
4 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE OS MODELOS DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO E DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP).....	111
4.1 O INÍCIO NAS TERRAS DA COMPANHIA	111
4.2 INTERESSES E MOTIVAÇÕES DOS PROJETOS DO ESTADO E DA CMNP	112
4.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA ENTRE OS DOIS PROJETOS	116
4.4 LOTES PEQUENOS, MARGEM DE LUCRO MAIOR	118
4.5 ESTRATÉGIA E IMPROVISAZÃO.....	120
4.6 ALGUMAS SEMELHANÇAS ENTRE OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO	124
4.7 A REALIDADE DE TUNEIRAS E REGIÃO NO PERÍODO 1970-1980	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	131
ANEXOS	139

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar e descrever a história sobre a ocupação, ou reocupação, das terras onde hoje se localiza o município de Tuneiras do Oeste, confrontar as formas de colonização usadas pelo Estado, que até então era proprietário das terras localizadas ao sul da estrada Boiadeira, com as formas utilizadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A (CMNP), possuidora das terras que ficavam ao norte da rodovia citada.

Quais as diferenças e semelhanças existentes entre esses dois projetos, seus objetivos, estratégias e, principalmente, como foi feita a divisão das terras em pequenos lotes?

Quais fatores fizeram com que as terras, que por milênios estiveram cobertas por florestas, habitadas por animais silvestres e povos nativos, tivessem sua paisagem completamente modificada com a ocupação de novos agentes vindos do próprio Estado do Paraná e de outras localidades brasileiras, em tão pouco tempo? Quais fatores determinaram que, em apenas uma década, esse município atingisse seu ápice populacional?

A linguagem foge um pouco à linguagem acadêmica, e às vezes tem-se a impressão de tratar-se de ficção - quando dos relatos de nossos entrevistados, por exemplo. Isto se deve ao esforço que fizemos para valorizar essas fontes, para retratar com a maior fidelidade possível um período da História de Tuneiras pelos olhos e palavras daqueles que efetivamente os vivenciaram.

O recorte temporal deste estudo compreende o início dos anos de 1950, com a chegada em massa das famílias que irão povoar, desmatar e modificar a paisagem da região, até os anos de 1970, quando acentua-se o seu esvaziamento populacional.

Contar com a possibilidade de encontrar pessoas ainda em vida que estavam entre essas primeiras famílias é bastante promissor; ninguém melhor do que eles para relatar essa verdadeira aventura com relatos únicos, surpreendentes e inéditos. Ouvirlos é também dar voz para aqueles que muitas vezes não tiveram vez nem voz, e reconhecê-los como importantes cidadãos, protagonistas de um período da história local. A história por eles contada se assemelha a história de outras pessoas e de lugares da região ao seu entorno.

A história oral tem aqui um papel fundamental, com todas as suas possibilidades e dificuldades, como diz Verena Alberti (2005). Para ela, o pesquisador tem que ter ciência de que o documento elaborado a partir de entrevistas e acervo, tem que ser analisado com o mesmo rigor que são analisados os demais documentos, escritos ou imagéticos. Ele conta com a riqueza de poder comparar dados divulgados por órgãos oficiais com a percepção daqueles que vivenciaram o mesmo fato do outro lado dos acontecimentos. Muitas vezes são visões diferentes de uma mesma história, o que a torna mais rica.

Uma pesquisa que emprega a metodologia da História oral é muito dispendiosa. Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros. Como em geral um projeto de pesquisa em História oral pressupõe a realização de várias entrevistas, o tempo e os recursos necessários são bastante expressivos. Por essa razão, é bom ter claro que a opção pela História oral responde apenas a determinadas questões e não é solução para todos os problemas (ALBERTI, 2005, p. 165).

Se decidíssemos não utilizar entrevistas ficaríamos atrelados apenas a uma história, descrita por documentos textuais que fazem parte de arquivos oficiais ou de particulares; uma história lacunosa, sem a presença de seu integrante principal, quem dá vida à descrição, quem viveu o que aparece nos registros. Cabe ao historiador interpretar criteriosamente as locuções com propriedade, captando as palavras dos entrevistados com clareza. Um dos objetivos da história oral é o relato da interpretação do que aconteceu, não dos fatos em si - daí a importância do trabalho de campo resgatando a memória de quem viveu e foi protagonista de uma parcela dessa memória, como relata Portelli:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-las, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele (PORTELLI, 1997, p. 15).

Alberti complementa:

Apesar de ser impossível estabelecer, no projeto de pesquisa, o número exato de pessoas a entrevistar, é possível e desejável elaborar uma listagem extensa e flexível dos entrevistados em potencial, acompanhada do registro dos que nela são prioritários. É o recorte do objeto de estudo que informará,

inicialmente, o número de pessoas disponíveis e em princípio capazes de fornecer depoimentos significativos sobre o assunto (ALBERTI 2005, p. 172).

Para falar sobre os diversos conceitos de colonização citamos Santos (1989 apud HARACENKO, 2007, p. 186) “entendemos que a colonização constitui uma forma de produção do social sobre um determinado meio natural”.

Nesse estudo o autor evidenciou que as agências de colonização implementaram seus programas, porém "para efetivar este controle dos homens", pois a colonização, seja de responsabilidade oficial, seja de responsabilidade privada, implica sempre no deslocamento das populações rurais frequentemente para regiões diversas das que regularmente habitavam (HARACENKO, 2007, p. 186).

A história de Tuneiras começa ser escrita no início dos anos 1950. De um lado havia imensas áreas em florestas e terra fértil, o café era grande propulsor das exportações e havia incentivos governamentais na forma de venda e doação de terras para particulares e grupos de companhias colonizadoras interessadas em lucrar com a sua comercialização. Do outro lado havia uma população de migrantes em busca de melhores condições de vida para as suas numerosas famílias, que encontraram na estrada Boiadeira a porta de entrada para esse novo povoado.

A estrada Boiadeira seria cortada perpendicularmente com a criação da PR-479. Um “x” no mapa marcaria o local escolhido para a implantação do povoado de Tuneiras no início dos anos 1950.

A Estrada Boiadeira separava as áreas de terras de propriedade do Estado daquelas pertencentes à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Essa separação possibilita um confronto entre os modelos de colonização daquelas terras, e de seus antigos proprietários. Acreditamos que essa estrada foi o caminho escolhido pelos primeiros moradores que ali chegaram, que carregavam em seu imaginário uma promessa de progresso no futuro, como a sua pavimentação asfáltica.

Tratava-se de um povoado inicialmente ocupado por um grupo de famílias refugiadas de conflitos de terras na região de Porecatu (BOVO, 2013), conflito esse descrito pelo historiador Angelo Priori (2000) denominada "A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro no campo (1942/1952)".

Procuramos verificar se o acesso a essas terras pertencentes ao estado ocorreu através de títulos públicos de doação de terras em definitivo ou só de

ocupação temporária e usufruto; e se havia algum interesse político partidário ou econômico de grupos ou de pessoas, um interesse que escapasse das vias da ética, que ocorresse à revelia da lei, ou não.

Percebe-se que a chegada dos primeiros moradores, despertou o interesse de outras famílias, que rumaram tendo como destino o povoado de Tuneiras, o que proporcionou um crescimento vertiginoso da população. Já em 1955 o território foi elevado à categoria de distrito e, em 1960, de município - quando atingiu o ápice de sua população, dos quais aproximadamente 90% residiam na zona rural. Nos anos seguintes foram criados os distritos de Aparecida do Oeste e Marabá, pertencentes a Tuneiras.

A procedência desses migrantes vai se notando pelos nomes como são chamados: João Paulista, Antonio Mineiro, Pedro Baiano, o Piauí, o Gaúcho, o Italiano, o Espanhol, ou os nomes dos primeiros estabelecimentos comerciais: Casa Irati, Casa Rio-grandense, Casa Lisboa etc.

Percebe-se uma curva de crescimento da população local por pouco mais de uma década, e então se inicia um movimento inverso, de redução populacional. Esse período coincide com a migração de trabalhadores rurais, que foram em direção aos centros urbanos (fenômeno que ocorreu em todo o território brasileiro).

A transformação do modelo de produção, com a introdução de novas tecnologias que visavam o aumento da produção e do lucro, transformou o espaço agrário. O Estado incentivava a produção com ações como a utilização de sementes melhoradas (certificadas pelo Ministério da Agricultura), a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), entre outras. Esses instrumentos, que objetivavam a modernização dessas atividades, incentivaram a concentração de terras em grandes propriedades, dando início ao chamado agronegócio, em detrimento dos pequenos sítios. Também ocorreu a substituição do trabalhador pela máquina, o que gerou uma legião de desempregados. No caso de Tuneiras e região, os cultivos que demandavam trabalho, como o café, o algodão e a mandioca, foram substituídos no período estudado pela pecuária, o que justifica uma expressão muito utilizada pela população local que é "sai o homem e entra o boi".

Entre os anos de 1950, início do povoamento, até o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, período estudado nesta dissertação, vários bairros foram criados na

zona rural. Neles havia pequenos estabelecimentos comerciais, como as denominadas vendas, campos de futebol e seus respectivos times, capelas e escolas. Eram estabelecimentos destinados a atender a população local e movimentar a sua economia, criando uma cultura local e uma grande movimentação de pessoas na época. Boa parte desses bairros foi extinto, permanecendo apenas na lembrança daqueles habitantes que insistiram em ficar. Ao ouvir esses habitantes estamos contribuindo para a preservação e divulgação de uma cultura local que vislumbra ser rica em celebrações religiosas e diversa culturalmente - visto que são migrantes de várias regiões do país e até de outras nações. Consideramos, portanto, a importância da preservação do patrimônio imaterial, como afirma Pelegrini e Funari (2008)

A valorização do patrimônio imaterial na atualidade advém, portanto, das alterações sofridas pelas acepções do conceito de cultura e patrimônio. Ela está articulada às transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana. A própria dinâmica cultural expressa nos movimentos que deram origem à discussão sobre a necessidade de salvaguarda do patrimônio imaterial e à historicidade dos conceitos que a envolvem explicitam o reconhecimento de que o patrimônio materializa as mais diversas formas de cultura e que, portanto, se constitui em mais uma esfera de embates sociais (PELEGRINI, FUNARI, 2008, p. 31).

Espaços sociais ampliam a cultura e as identidades. Podem ser locais de conflitos e descontinuidades, mas também de construções e oportunidades, na interação com outros pensamentos e culturas, conforme Pollak (1992). É o que pretendemos: mais do que a história daqueles bairros, vemos a possibilidade de verificar o surgimento de novas identidades construídas culturalmente em cada um desses ambientes sociais, através dos habitantes desta região, migrantes vindos de lugares e culturas tão diversas, que os frequentaram, e/ou que os frequentam ainda hoje.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Seguindo a lógica da micro história, partindo do indivíduo para a comunidade, dos detalhes às comparações, um dos nossos objetivos é aproveitar a oportunidade deste trabalho de pesquisa e realizar entrevistas com os primeiros moradores de Tuneiras que chegaram ali no início dos anos de 1950. Coletando seus depoimentos e ouvindo-os criteriosamente, vamos confrontar seus diversos relatos com

documentos, como fotografias, mapas e outros, e registrar esse período da história. O fato histórico é produzido coletivamente e o próprio tempo vai apagando a história, espontaneamente.

A ciência está na interpretação dos detalhes, ou seja, o historiador deve estar atento a tudo, sobretudo aos pormenores. A partir daí, em um processo conjuntural do micro, ele determina um evento bem localizado, um fato, um acontecimento específico, como ponto de partida para expandir para o macro, como lembra Ginzburg (1989).

Ao analisar o uso da micro história como método de análise aplicado ao regional e local, Alberti (2004) afirma:

O regional e o local, antes de tudo, são recortes simbólicos de sentido que, sem dúvida alguma, obedecem a dimensões de escala, tal como as categorias do nacional ou do internacional (ALBERTI, 2004, p. 4).

Trata-se da micro história, capaz de observar o real com sabedoria e sensibilidade, através de seus indícios muitas vezes imperceptíveis.

A micro-história possibilitaria, com a sua grade de malha fina, fornecer ao historiador imagens visuais nítidas, incisivas, memoráveis, precisas, fruto de um vasculhar incessante do passado, daria uma tradução quase visual das coisas e gentes acontecidas em um outro tempo. Esta estratégia implicaria ver o mundo como um sistema de relações, como um universo de múltiplas reações a serem descobertas (ALBERTI, 2004, p. 7).

Ir a campo aliando os conhecimentos proporcionados tanto pela micro história como pela história oral, e estar preparado para colher os depoimentos é fundamental. A entrevista é um momento único, que possibilita que relatos íntimos sejam ouvidos - relatos de interlocutores que provavelmente não seriam repetidos. Isso porque no calor de uma entrevista o entrevistado pode revelar alguns acontecimentos que presenciou, e talvez não o fizesse em outra ocasião.

O entrevistador deve ter uma proposta clara do que pretende pôr em prática. Deve ter a mente aberta e cômico de que essa proposta poderá ser modificada dependendo do que o informante disser. Neste trabalho, procuraremos fazer, a princípio, uma seleção criteriosa com os moradores que têm demonstrado interesse em relatar suas recordações e disponibilizar fotos antigas e significativas de construções e atividades que marcaram a história local. Não descartaremos, contudo,

outras pessoas cujos nomes certamente surgirão ao ouvirmos os primeiros selecionados.

A importância dessa história local e regional é destacada pelas palavras do historiador Ribeiro da Silva (1999), "em um mundo globalizado o que mantém a identidade e a individualidade é a cultura e não a economia". Uma História na qual o indivíduo se sente incluído é mais atraente e prazerosa para leitores e estudantes.

"Só adquire individualidade, ou melhor, só se constitui uma história regional, quando o centro de comando passa a agir dentro do seu próprio território" (MACHADO, 1987, p.182).

A historiografia vem mostrando ultimamente ações de contestação de pesquisadores à estratégica história oficial. Uma dessas ações refere-se ao chamado vazio demográfico, isto é, uma região do estado abandonada, sem habitantes ou terras de matas virgens. Pesquisadores como Mota (1994) provam o contrário. Através de farta documentação apontada em publicações citadas aqui, eles provam que essas terras estavam ocupadas por povos Kaingang, Guarani e seus troncos linguísticos.

Em outra publicação de Mota (2017), "A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX", ele diz:

Os territórios dos Xetá entre os Rios Ivaí e Piquiri, no Noroeste do Estado, estavam no grilo conhecido como Reconquista, o maior do Estado, com uma área de 446.280 alqueires, ou seja, mais de um milhão de hectares (MOTA, 2017, p. 11).

O que indica que, em algum momento da história, os Xetá também transitaram pelas terras tuneirenses, pois elas estão dentro dessa área geográfica, entre os rios Ivaí e Piquiri.

Sobre a presença humana na região em períodos anteriores, a forma como foram expulsos ou dizimados e a formação do espaço geográfico, destacamos o texto de Endlich (2006), pelo seu preciso detalhamento:

A teoria do espaço geográfico desenvolvida por Santos (1996a.) permite a interpretação de que a uma configuração territorial composta por elementos naturais e pré-técnicos, ao longo da história, sucede outra marcada por objetos fabricados e com conteúdos técnicos, que alteram a composição espacial e o poder de imposição dos agentes detentores destes elementos. Isto faz do espaço hoje "[...] um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações, igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes"

(SANTOS, 1996a). A história da espacialidade da região está atada ao poder de imposição e interesses de agentes articulados a outras escalas espaciais, tanto no momento de sua formação como nos processos ocorridos mais recentemente (ENDLICH, 2006, p. 55).

Pode-se escrever a história de forma distante, sem se comprometer com ela, sem participar dela, ou pode-se escrever a história de dentro dela. Deve-se, portanto, respeitar os limites, ser objetivo e conceitual, ou seja, nos dois casos tem que haver um afastamento. Apesar disso, é importante que fique claro que a propalada neutralidade científica, defendida pelo positivista, não existe.

Como se pode a partir dos depoimentos de um chamado pioneiro, ir descrevendo o desmatamento, as primeiras casas, os primeiros estabelecimentos comerciais, escolas, a primeira igreja, o primeiro padre, os períodos de grande expansão, as mudanças, os casos que marcaram uma sociedade e suas repercussões?

Ficando atento aos detalhes, às curiosidades, a tudo que puder extrair e que vai além dos documentos, da percepção do senso comum, o que Ginzburg (1989) denomina de "paradigma indiciário", que são os sinais e os indícios. Na micro história o que interessa ao historiador é o fragmento específico, para que a partir dele a análise das fontes seja feita, ampliando os conhecimentos.

O médico que estudou em profundidade a medicina, ao ouvir os relatos dos pacientes e seus sintomas, e ao apreciar exames, diagnostica a doença. (GINZBURG, 1989). Também o pesquisador precisa estudar seu objeto de pesquisa através de trabalhos publicados sobre o assunto, pois para estudar o micro, o historiador tem que ter conhecimento do geral.

Nesse sentido, para subsidiar este trabalho de pesquisa foram selecionadas publicações que levantaram uma série de questionamentos e polêmicas a respeito da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), sucessora da Companhia de Terras Norte do Paraná. Alguns artigos acadêmicos exaltam seus feitos baseados na história oficial divulgada pela própria Companhia, principalmente através do livro de comemoração de seu cinquentenário que se deu em 1975 (CMNP, 1977), ao passo que outros pesquisadores procuram desconstruir "brilhante" história de colonização criada pela Companhia. Não se pode imaginar uma generalização em história que seja válida, por isso essas "verdades" estão sendo questionadas através de

dissertações de universitários e demais pesquisas de historiadores como Tomazi, 1997.

A presença de "jagunços" e "pistoleiros" contratados por famílias de fazendeiros ou pelas companhias de colonização, a ação da corporação militar do governo estadual, a luta dos posseiros para manter a sua terra (casos de Porecatu e Jaguapitã p. ex.), a utilização de armas de fogo como algo corriqueiro no cotidiano das cidades, deixam muito claro que a região em estudo não era uma terra pacífica, conforme se quer fazer acreditar (TOMAZI, 1997, p. 20).

Especificamente sobre a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), ele afirma:

Quanto aos caboclos, muitas foram as formas de expulsá-los. Uma das mais conhecidas foi utilizando uma polícia particular para não dizer "jagunços", mais conhecidos como "limpa-trilhos" ou "quebra-milho" que se utilizavam de todos os meios para expulsar os caboclos e posseiros que porventura estivessem nas terras da CTNP (TOMAZI, 1997, p. 270).

Para o historiador Giovanni Levi (2014), "a história é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais". Por essa razão, esta pesquisa se preocupou em entender como se deu o nascimento, crescimento e desenvolvimento do município de Tuneiras do Oeste, desde seu planejamento e implementação. Seu formato físico foi se modificando de pequeno povoado a distrito. Um distrito que posteriormente cedeu parte de seu território, agregou territórios vizinhos e se transformou em município.

Entre os tópicos investigados nesta pesquisa, estudamos a chegada dos primeiros habitantes, a derrubada das árvores, a construção das primeiras habitações, ruas e estradas, o início das atividades agrícolas que deram sustento aos moradores, como se organizaram para dar vida ao lugar (da área urbana às propriedades rurais), os pontos de encontro e convivência das pessoas nos seus momentos de lazer e de comercialização de produtos.

Esse minucioso trabalho só foi possível graças à colaboração dos moradores do município através de depoimentos, relatos, entrevistas e fotografias de seus acervos. Além disso, as pesquisas realizadas no Instituto de Terras, Cartografia e Geografia (ITCG), em Curitiba - Paraná, foram fundamentais, pois tivemos acesso a diversos documentos dos municípios paranaenses, incluindo os mapas das glebas de terras que constituem o município de Tuneiras e sua divisão em lotes de terras (com suas respectivas áreas). Desses mapas e dos mapas conseguidos junto à Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) foram extraídos dados importantes para a nossa pesquisa, como número de lote e área em hectares, dados que foram dispostos em tabelas.

Um trabalho extra foi necessário para tabelar os lotes da parte 2 da gleba dois, pois suas áreas estavam definidas em metros quadrados e tivemos que convertê-las em hectares, medida de grandeza física utilizada como padrão nesta dissertação. A conversão de alqueire para hectare nos lotes da CMNP também foi feita. Utilizamos um método estatístico com auxílio de um programa próprio para esse fim, o *Cran R*, baixado gratuitamente da internet, com o qual pudemos comparar os projetos do Estado e da CMNP.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizados na *internet* também foram fontes importantes para nosso estudo.

São escassas as publicações historiográficas específicas sobre o município em estudo e a região em que ele está inserido. Utilizamos algumas publicações de memoristas e dados quantitativos de órgãos oficiais como IBGE.

Da mesma forma encontramos algumas publicações de acadêmicos da área da Geografia, a citar a dissertação de mestrado de Cláudia Chies (2007), que investigou um bairro específico do município de Tuneiras do Oeste, o Bairro Concórdia, no mesmo período pesquisado por nós. Marcos Clair Bovo, Ricardo Luiz Töws e Cíntia Silvia Carvalho, também pesquisadores da área de geografia, publicaram no Caderno Prudentino de Geografia (2013) um importante artigo sobre a formação sócio-espacial e a colonização de Tuneiras.

Também da Geografia utilizamos a tese de doutorado de Liberali (2014), "Os enclaves de vegetação semiúmida e semiárida (nas áreas) peculiares dos municípios de Campo Mourão, Luiziana e Tuneiras do Oeste - Paraná", que disserta sobre as vegetações de cerrado encontradas nos municípios citados no título do trabalho.

São pesquisas, sobre assuntos específicos, que utilizaremos neste trabalho de pesquisa. Além dessas, utilizamos a vasta literatura do acervo da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá.

Através de documentos textuais, buscamos compreender como foram os planejamentos de ocupação e comercialização do município de Tuneiras do Oeste propostos tanto pelo Estado do Paraná como pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Analisamos quais foram as semelhanças e diferenças de ambos,

especificamente sobre as áreas dos lotes de terras rurais, tendo como base documentos cartográficos, confrontando os dois projetos para verificar se havia semelhanças entre eles ou não.

Neste trabalho também pretendemos demonstrar as permanências que persistem na região, apesar das transformações ocorridas. Mostrar as comunidades rurais que ainda resistem, o que produzem, como se integravam quando a maioria da população vivia na zona rural. Partindo desse indicativo, procuraremos sinalizar ao poder público algumas pistas para que eles possam elaborar políticas voltadas para uma maior integralização interna no município, ligando os bairros rurais entre eles e integrando-os à área urbana.

A história do município de Tuneiras do Oeste será contada pelos seus cidadãos, que se identificam com ela a ponto de relacionarem sua própria história de vida à história da cidade. Diversos depoimentos foram comparados entre si e com outras documentações. Os relatos das mudanças que ficaram marcadas na memória dos entrevistados.

Parte dos moradores, chegaram naquele local com esposa e filhos pequenos e adultos. Não tinha estrada, só uma picada em meio à mata, era tudo mata. Os filhos foram crescendo, vieram as estradas e com elas mais pessoas; cresceram e se casaram, uma cidade bem movimentada começava a ser vista, porém sem infraestruturas. Vieram os netos, a energia elétrica e a pavimentação asfáltica da cidade.

Abordamos o nascimento do município, seu apogeu e declínio populacional. Aos entrevistados lançamos questões para saber como o território era quando chegaram, e como é hoje, a primeira impressão que tiveram, o que imaginaram naquele momento, experimentos e sentimentos que foram guardados. "Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca de sua vida e da sua inteligência, aí está a história" (COULANGES apud LE GOFF, 1990, p. 536).

A seção dois deste trabalho está subdividida em sete subseções. Nela se encontram as primeiras informações sobre Tuneiras do Oeste, considerando o período em que se iniciou a ocupação da região, época em que as terras eram do Estado. Falaremos sobre o fundador do município e os motivos que o levaram até lá; sobre a fundação do município; sobre seus primeiros representantes eleitos e a

polarização política entre os habitantes; sobre a pequena área de vegetação que originou o nome do município.

A seção três, que está subdividida em oito sub seções, aborda o período em que a CMNP iniciou a comercialização de suas terras. Também destacaremos a localização de Tuneiras, a natureza de seu solo, os impactos das ações governamentais na sua população. Faremos um pequeno histórico sobre a estrada Boiadeira e a vida da população que habitava a zona rural, suas dificuldades e momentos de lazer.

A última seção está subdividida em oito sub seções. Nela compararemos os dois modelos de colonização, além de estudar um deles especificamente para verificar se há semelhanças entre as áreas dos lotes de terras rurais dos dois projetos de colonização em estudo, finalizando com um rápido estudo da realidade local e regional dos anos de 1970

Nas considerações finais trazemos uma repercussão do que foi desenvolvido ao longo desta dissertação.

2 DE POSTO DA GUARDA FLORESTAL A DISTRITO

Esta seção apresenta as primeiras informações referentes a Tuneiras. A começar pela narrativa detalhada do caminho trilhado pelos primeiros moradores para chegar ao posto da Guarda Florestal que daria origem ao povoado.

Serão apresentados os motivos que levaram um funcionário do Estado a ser transferido da Capital do Estado para exercer a função de guarda florestal da região em uma casa de zinco isolada, em meio da mata, na beira de uma picada (estrada rústica).

A partir das descrições fornecidas por testemunhas oculares será abordada a influência dos guardas florestais na criação dos primeiros povoados da região.

Também serão apresentados os primeiros políticos locais eleitos para atuarem nos legislativos municipais da região, suas atuações mais importantes e a formação de dois grupos políticos, cuja polarização persiste até os dias de hoje.

2.1 OS PRIMEIROS A CHEGAR

Para chegar à região da futura Tuneiras, os primeiros moradores viveram uma verdadeira aventura por estradas precárias de terra batida. Buracos, barro, poeira, pontes perigosas formadas por troncos de árvores, e travessias de rios em balsas rústicas - de barcos presos uns aos outros, cobertos por um tablado grosseiro e puxados por um cabo de aço suspenso acima da água (Figura 1).

Os viajantes haviam partido de seus povoados de origem, como Nossa Senhora das Graças, Jaguapitã e Londrina, no próprio estado. Conforme relatam, os últimos deixados para trás tinham sido Peabiru e Araruna, e agora teriam que vencer mais um obstáculo antes de chegarem a seus destinos. Se até ali os entraves haviam sido vencidos com muitas dificuldades, a sequência não seria diferente.

Figura 1 - Balsa no rio Ivaí interligando a estrada de chão entre Campo Mourão e Maringá – PR (1957)



Fonte: Biblioteca Digital do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Foto de Maurício Coelho Vieira e Tomás Somlo. Original em preto e branco, editada pelo autor.

A estrada era uma picada carroçável, pela qual só era possível passar em uma carroça puxada por animais. Mal havia espaço para o *Jeep* no qual os migrantes cortavam a floresta (e cuja tração nas quatro rodas fazia com que fosse o único veículo capaz de romper aqueles caminhos), atravessando leitos de pequenos rios e cruzando o Barro Preto (cujo nome indica a dificuldade de travessia). Todo o trajeto foi percorrido sob o olhar curioso de jacus, macucos, gralhas, gaviões, tucanos e muitos outros pássaros; assustando pequenos animais como preás e veados, macacos e quatis - abundantes na região.

As onças consistiam no maior perigo do caminho, o grande felino que reinava por aquelas paragens. Com tamanha tensão os ocupantes dos veículos nem se davam conta dos insetos que picavam seus braços e rostos. Seguiam alertas e de olhos bem abertos com as espingardas cartucheiras nas mãos.

Em dado momento da viagem os participantes perceberam que a vegetação estava mudando, transformava-se em cerrado, com moitas de cactos que chamavam a atenção por serem típicas do Planalto Central Brasileiro, e não da Mata Atlântica onde estavam. A mudança de cenário era o indicativo de que estavam chegando ao final da jornada.

Os viajantes avistaram então a casa de zinco à beira de um riacho: era a referência que haviam recebidos, o posto da guarda florestal, que também servia como residência de Jorge Lopes de Oliveira¹.

Segundo Modesto Francisco de Carvalho, o ano era 1952 e o picadão que o levou pela primeira vez a Tuneiras passava pelo Barro Preto, que era outro ponto de referência. De acordo com o relato de Anésio de Deus, a certa altura do caminho havia um cemitério abandonado, provavelmente próximo a onde hoje é o Bairro Guaraitava. Tais indicações levam a crer que eles não tenham passado por nenhum trecho da estrada Boiadeira, que declararam não existia na época, quando, provavelmente, já havia sido abandonada.

Conforme o relatório "A concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion (1947-1950)", p. 368, subtítulo "A Ação Assistencial do Departamento de Estradas", foi construída uma estrada colonial entre Araruna e Tuneiras com extensão de 67 quilômetros. Provavelmente essa foi a estrada usada pelo grupo.

Após se apresentarem ao guarda florestal, apresentarem os documentos que os levaram até ali e trocarem algumas informações, o grupo toma fôlego, dá uma espreguiçada no corpo, analisa o local onde iriam recomeçar suas vidas e iniciam seus trabalhos. Primeiro precisaram, com foice e enxada, limpar uma boa área para armarem suas improvisadas barracas de lona. Após repousarem e descansarem um pouco partiram a procura do local exato das propriedades compradas ou conseguidas através de títulos do governo. Os limites eram indicados pelo guarda florestal Lopes, que juntamente com o agrimensor conhecido por eles como doutor Koterba havia feito uma prévia divisão das terras. Essas informações foram fornecidas por Francisco de Carvalho, que pouco tempo depois passou a prestar serviços ao próprio Lopes de Oliveira para sinalizar as localizações das propriedades.

Com os limites das propriedades traçados, os recém chegados precisavam planejar a derrubada do mato e executá-la com as próprias mãos: cortar as toras com machado (os traçadores só surgiram pouco tempo depois), fazer coivaras para o fogo não se alastrar, e quando as folhas e galhos estivessem secos, queimar, o trabalho era tanto que fazia com que alguns desistissem

¹ O trecho que se encerra foi baseado em relatos de Modesto Francisco de Carvalho, Anésio Borrvalho e outros.

Lauro Pedro da Silva, um dos maiores proprietários de terras em Tuneiras, afirmou em entrevista que os sitiantes vizinhos ofereciam suas terras a ele. Ele os aconselhava a não as vender, muitas vezes ele também não tinha dinheiro suficiente para adquiri-las. Mesmo assim, os proprietários insistiam, parcelavam o pagamento, vendiam e iam embora, pois não tinham disposição para promover as derrubadas e preparar a terra para o plantio.

Assim que conseguiram finalizar as primeiras roçadas e preparar a terra para o plantio, começaram a construção dos ranchos para guardarem os poucos bens que mantinham embaixo das barracas. As paredes eram feitas com lascas de coqueiros ou palmitos, árvores abundantes no local, e a cobertura com tábuas de cedro, timburi ou pinho. Todo o trabalho era executado com serras manuais, cunhas e marretas; a primeira serraria demoraria alguns anos para ser implantada. Quando perguntados sobre esse período, os entrevistados são unânimes em atestar a dificuldade das condições encontradas, além do isolamento social. Mesmo os que ficaram pensaram em voltar para suas cidades de origem muitas vezes.

As estradas eram abertas em regime de mutirão, Lauro Pedro da Silva e Modesto Francisco de Carvalho trabalharam nesses mutirões e descrevem esse período como "tempos muito ruins", porque não tinha nada.

Segundo Arnaldo Lanza, no trajeto para levar a mudança do pequeno povoado aos ranchos, mesmo com melhorias das estreitas estradas, os galhos das árvores que cobriam as picadas danificaram alguns móveis.

Com os ranchos em pé, agora os novos moradores precisavam fazer o mesmo com as plantações. Segundo Lanza, não tinham mudas de café, o que atrasou ainda mais o início da produção, que teve que ser iniciada a partir das sementes. Eles cavavam covas quadradas e as cercavam com pedaços de madeira para evitar que a terra deslizesse sobre as mudas. Ocasionalmente limpavam as covas retirando folhas secas e matos que nasciam lá dentro. Enquanto as mudas estavam pequenas, cultivavam todo tipo de cereais simultaneamente, principalmente arroz, feijão e milho.

As geadas constantes queimavam os ponteiros dos cafezais praticamente todos os anos. Para sobreviver o grupo prestava serviços a terceiros derrubando mato.

Pedro da Silva foi um dos que, não conseguindo nenhuma colheita nos primeiros anos, desistiu do café e passou a dedicar-se à pecuária. Ao final de cinco

anos de colheitas frustradas ele se empenhou na criação de porcos, que vendia em Campo Mourão e em Cruzeiro do Oeste. Ele relata que conduzia os animais como boiadas, a pé, com a ajuda de dois ou três peões.

Modesto Francisco de Carvalho chama a atenção aos valores das terras e das madeiras. À época muitas terras foram doadas, ou adquiridas a preços irrisórios, porque os proprietários não quiseram enfrentar a dureza de explorá-las. Da área de sua casa onde prestava o depoimento, apontou em direção ao sul, e afirmou:

Aquelas terras ali que depois foi dos Pastrri, o primeiro dono de dezesseis alqueires foi Joaquim Cardoso, e ele doou oito alqueires para José Alves Pereira em troca de que este derrubasse o mato de sua propriedade, então eles derrubaram e plantaram café; e esse não foi um caso único, outros pela impossibilidade de desmatar a propriedade fizeram a mesma coisa (CARVALHO, 2019)

Assim como Carvalho, outros depoentes atestaram que as terras limpas, já desmatadas, eram mais valorizadas do que aquelas inexploradas e repletas de grandes árvores de peroba, cedro, angico, figueira branca, palmito, pitangueira e dezenas de outras espécies. A madeira não tinha valor e milhares dessas árvores foram queimadas para facilitar o manejo das culturas.

Nos relatos são mencionadas as técnicas utilizadas para as derrubas: a vegetação baixa era roçada com foices; as árvores mais finas eram cortadas e reunidas, ao final eram cortadas as maiores - ou então derrubavam uma grande que quando caía levava junto outras menores. Anos mais tarde, para tornar o trabalho menos penoso, algumas toras (de árvores mais grossas) eram amarradas com cordas ou correntes e arrastadas pelos burros até lugares onde eram amontoadas e muitas vezes queimadas. Algumas árvores só foram arrancadas quando houve a mecanização das terras e a realização da destoca, permitindo que as máquinas pudessem circular com facilidade por todo o terreno.

No que diz respeito à preservação do meio ambiente, os entrevistados para a pesquisa, relatam que à época exigia-se que 10% do total das terras fossem deixadas cobertas por mata nativa, porém essa percentagem não era levada a sério e deixavam apenas um "capão de mato". Lanza afirmou que na propriedade que lhes pertencia a área deixada "continua preservada até hoje".

2.2 APARECIDA DO OESTE

Próximo ao povoado de Tuneiras, localizado na gleba 2 da colônia Goioerê, já existia outro povoado, na gleba 1 da mesma colônia. No futuro, este se transformaria no distrito de Aparecida do Oeste, que junto a Tuneiras formariam o município de Tuneiras do Oeste.

A ocupação da gleba 1 já estava mais avançada, pois sua localização era mais próxima a Campo Mourão sede do município ao quais essas terras pertenciam na época. Diferentemente de Tuneiras, em que a produção inicial foi de café, em Aparecida do Oeste a principal atividade era dos safristas que criavam porcos.

Segundo Sebastião Joaquim Domingues, conhecido como Sebastião Alfaiate, que chegou à região em 1953, a princípio eles criavam os porcos soltos, só após alguns anos, com a chegada de outras famílias que desmataram e cultivaram cereais na região é que fizeram os mangueirões para criar os animais no cercado.

Domingues conta que criava os porcos e vendia em Cruzeiro do Oeste. Ele os levava até lá a pé, tocando, nos mesmos moldes de uma boiada, e os vendia para um comerciante conhecido como Augusto Baiano. Antes disso sabia-se que a família Toneti, também residente da região, criava porcos e vendia em Apucarana. O transporte era o mesmo, a pé, e tinham que atravessar o rio Ivaí, a viagem demorava em torno de um mês, e ao final começavam a engordar os porcos para depois vender.

Com o passar do tempo a maioria dos safristas passou a preferir o plantio do café ou a criação de gado. Além disso, na beira do rio Goioerê havia uma grande plantação de hortelã.

Conforme informações da Prefeitura de Tuneiras, publicada no *site* do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo do Estado do Paraná (CONSEA), o primeiro casal a chegar naquela região era formado por Horácio e sua esposa Maria – os sobrenomes não são conhecidos. Em 1944 chegaram José Ferreira e Afonso Subtil, e na década de 40 chegaram as famílias Tatara, Providaico, Meglotte, Jusk e Savatin.

2.3 OPORTUNIDADE QUE SURGE DE UMA PUNIÇÃO

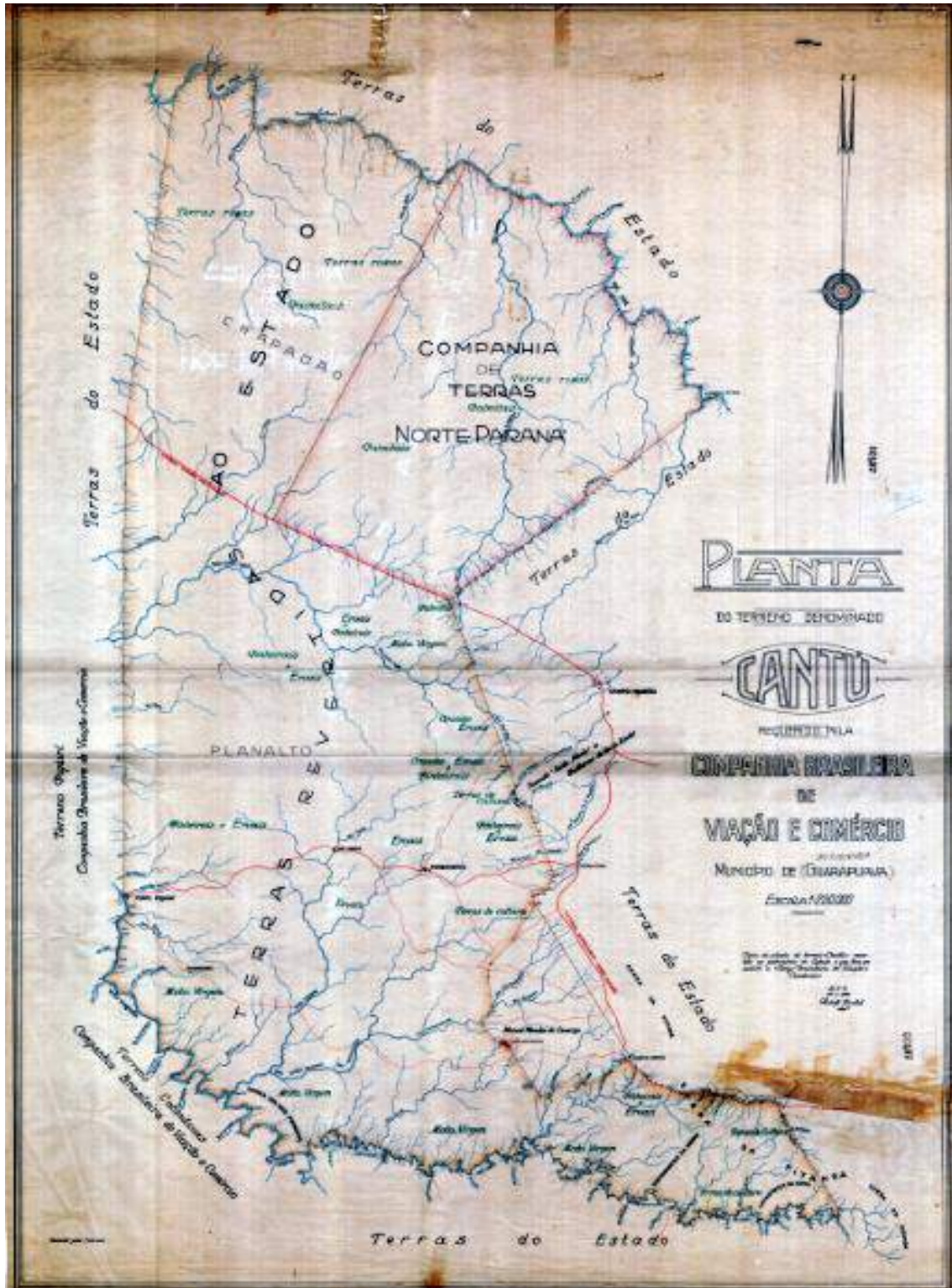
Os deslocamentos que se intensificaram nos anos de 1950 pela região tiveram suas origens duas décadas antes, quando foi feita a regulamentação das terras estatais e a revogação de concessões que não cumpriram as determinações legais, como consta dos seguintes decretos dos interventores federais, Mario Tourinho (05 de outubro de 1930 a 29 de dezembro de 1931), e Manoel Ribas (30 de janeiro de 1932 a 03 de novembro de 1945):

O Decreto nº 300, de 3 de novembro de 1930, fez reverter ao Estado 1.700.000 hectares da Companhia Brasileira de Viação e Comércio, Braviaco, que sucedera, em 1920, à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. O Decreto nº 1.495, de 15 de junho de 1934, tornou caduca a concessão de 300.000 hectares, de Antonio Alves Almeida, no Norte do Estado, na região onde seria constituída a colônia Içara. O Decreto nº 1678, de 17 de julho de 1934, anulou a concessão de 240.000 hectares, concedidos a Meyer, Anes e Cia. Ltda., depois Companhia de Colonização Espéria. Foi também anulada a concessão de 87.000 hectares, feita a Miguel Matte (WESTPHALEN, PINHEIRO MACHADO e BALHANA, 1968 p. 5).

A revogação das terras da Companhia Brasileira de Viação e Comércio - Braviaco, devolveu ao Estado as terras onde no futuro surgiram diversos municípios, dentre eles o de Tuneiras - conforme figura 2 da planta do terreno "Cantu", de 19 de janeiro de 1939 do Departamento de Terras e Colonização (DTC). E destacado por Yokoo e Serra (2018):

Com o movimento revolucionário de 1930, originando a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, nomeado para o Governo Provisório do Paraná, o interventor Gen. Mário Tourinho que ao tomar conhecimento da diminuição dos estoques dos terrenos devolutos assinou o Decreto nº 300, de 3 de novembro de 1930. Este diploma legal cancelou os contratos das concessões de terras anteriores feitos em desacordo à legislação vigente e contrária aos interesses (sociais) públicos, exceto as concessões da CTNP e do Eng.º Francisco Gutierrez Beltrão. De acordo com Manuel Ribas somente estas duas colonizadoras eram consideradas idôneas (PRIORI, 2011, p. 34, apud YOKOO, SERRA, 2018). Foi anulada e retornando ao domínio do Estado os 2.100.000 ha das concessões feitas para a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande – EFSP-RG e da subsidiária Companhia Brasileira de Viação e Comércio Ltda. - BRAVIACO; da Companhia Agrícola Marcondes (Pirapó); e de Antônio Alves Almeida (Nova Bahia), entre outras (YOKOO, SERRA, 2018).

Figura 2 - Cópia da planta do terreno "Cantú", revertido ao patrimônio do Estado e que fora concedido à "Companhia Brasileira de Viação e Comércio" D.T.C.



Fonte Instituto de Terras Cartografia e Geografia (ITCG).

O Estado transferira para as companhias colonizadoras a responsabilidade de organizar a ocupação de parte das suas terras. Assim sendo, tais empresas dividiram as glebas em pequenos lotes para facilitar as vendas, já que o objetivo principal delas era lucrarem com as transações, como destaca Mendonça:

As cidades criadas pelas Companhias não se vinculam mais diretamente a um grande fazendeiro como na primeira fase do ciclo cafeeiro e, sim, são terras adquiridas por empresa ou grupo de particulares. Estas assumem a responsabilidade pelo parcelamento e venda e se ocupam tanto pela área urbana como rural. Uma das principais mudanças que trazem à região pioneira é a não viabilidade de manutenção das grandes propriedades, tomando força seu retalhamento em pequenas glebas (CATARINO, 2016).

Conforme a tese de doutorado de Edson Noriyuki Yokoo (2013), entre as décadas 40 e 50 o Departamento de Terras e Colonização (DTC), que dividiu as terras em colônias, intensificou esse movimento com subdivisões das colônias em glebas e estas em lotes.

O Departamento de Terras e Colonização (DTC) foi alterado de acordo com as mudanças políticas dos governadores estaduais. Em 1947 passou a ser chamado de Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI), e, em 1952, Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC). É esta denominação que consta dos mapas que trazem as subdivisões de glebas em lotes do município de Tuneiras.

Na época prevalecia a ideia de que as terras, ocupadas pelas florestas naturais, eram um tesouro a ser explorado para a produção de alimentos em prol do consumo interno, e, comercialmente, para a exportação, gerando assim divisas para o estado em geral. Nesse sentido, é importante considerar que referidas terras foram ocupadas por povos indígenas ao longo de muitos anos, e quando o Estado se apossou delas as transformou em mercadoria a ser vendida a quem oferecesse o melhor preço, como vemos em "A Natureza Transformada em Mercadorias" (MOTA, 2005).

Paralelamente às medidas legislativas tomadas pelo Estado, foi difundida a ideia de que as terras da região consistiam em um vazio demográfico, ou seja, de que não haveria viva alma em seu interior. Tal ideia desconsiderava a presença de indígenas e dos chamados caboclos, que viviam em áreas isoladas no meio da floresta. O conceito (enganoso, no caso) de vazio demográfico permitia ao Estado exercer o direito de posse das terras, podendo comercializá-las ou mesmo distribuí-las conforme seus programas e leis governamentais (MOTA 2017, p.22).

Outras medidas estatais foram tomadas na região, como foi o caso da criação de postos da Guarda Florestal em terras pertencentes ao Estado, para evitar as invasões de posseiros e grileiros. O governador Moisés Lupion, do Partido Social Democrático (PSD), em sua primeira legislatura, de 13 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951, foi responsável por diversas dessas criações, e, para tanto, baseou-se em informações colhidas por governos anteriores, constatando a crescente ocupação das terras paranaenses por posseiros ao longo dos anos.

Algumas testemunhas oculares daquela época, como Modesto Francisco de Carvalho e Anésio de Deus, relatam que as atribuições dos guardas florestais iam muito além do cargo, tendo sido influentes e determinantes nas decisões relativas à organização e encaminhamento dos primeiros habitantes que chegavam para ocupar as terras. Essa observação pode ser considerada um indício de que haveria alguma intenção escusa na iniciativa governamental de criação desses postos. Segundo Carlo Ginzburg (1989), a partir de um sinal, de um indício, deve-se aprofundar as investigações; é o que será feito na próxima subseção.

2.4 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO

Para atender às normas impostas pelo Decreto Federal de nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934, que criou o Código Florestal (Federal) e determinava a criação de Guarda Florestal nos Estados, o interventor Clotário de Macedo Portugal o fez no seu curto governo (de 03 de janeiro de 1946 a 24 de fevereiro do mesmo ano, quando renunciou por motivos de saúde - faleceu no dia 09 de fevereiro de 1947, em Curitiba).

A Guarda Florestal paranaense foi instituída através do Decreto-Lei nº 433 de 26 de janeiro de 1946 e denominada de Serviço Florestal. Seu objetivo principal era fiscalizar e evitar a invasão das terras pertencentes ao Estado, mas também regulamentar as florestas, auxiliar os planejamentos de projetos destinados à pesquisa e levantamento biológico, bem como os agricultores no manejo e elaboração de projetos de ocupação.

No próprio ano de 1946 foram nomeados alguns guardas florestais, que ao longo do tempo foram enviados para algumas regiões do Estado. Contudo, ao contrário do que previa o Decreto-Lei, a percepção da população era de que para além

das funções previstas na norma, os guardas florestais eram um elo de ligação política entre os futuros beneficiários de terras doadas ou vendidas por intermédio do governo estadual e seu principal executivo, o governador.

Na pesquisa "Formação Sócio-Espacial e Colonização do Município de Tuneiras do Oeste (PR)" de autoria de Bovo et al (2013), o morador Milton Honorato declarou em entrevista:

Então aqui foi uma área de terra do governo, uma terra devoluta, aonde o governo veio colocando esses posseiros aqui, dando posse de terra né, onde nós mesmos compramos uma posse de terra dos pioneiros que estava aqui" (HONORATO, 2011). Por ora, um representante do governo era quem comercializava as terras: "[...] eu comprei do Jorge Lopes de Oliveira. Esse Jorge Lopes de Oliveira foi encaminhado [...] pelo governador, Moisés Lupion [...]. E informando ele sobre isso daqui, e ele veio pra cá, onde tinha esse povoado" (BOVO, et al, 2013, p. 15)

Outro provável objetivo da criação dos postos de guardas florestais era a criação de novos povoados. Com acesso a diversas informações sobre a região, colhidas por exploradores e aventureiros, e informações oficiais relativas à mobilidade (projetos de construções de rodovias e ferrovias), esses novos funcionários estaduais instalaram os postos das guarda florestal em pontos estratégicos, locais onde se desenvolveram pequenos povoados que, com o passar do tempo, se transformaram em municípios como os de Tuneiras do Oeste, Cruzeiro do Oeste e Tapejara.

A função exercida por esses guardas é melhor definida quando analisamos a colonização do município de Peabiru. Conforme descrito no *site* oficial do município, a atuação do guarda florestal e "administrador" Cezinando Ribas no auxílio aos primeiros moradores para as derrubadas e queimadas em grande escala foi determinante para a expansão do povoado. Ele também foi o responsável pela indicação do local onde foi erguido o primeiro cruzeiro, quando da construção da Igreja Matriz São João Batista.

O nome de Cezinando Ribas aparece na "licença para trabalhar" de número 122 da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, que integrava o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, da 5ª Inspeção de Terras do Serviço Florestal, em 07 de maio de 1948, o referido documento foi assinado pelo guarda florestal Cezinando, com visto do engenheiro e inspetor de terras, Nilo Saldanha.

A “licença para trabalhar” em questão faz parte de um processo de posse de terras e é citada na tese de doutorado em história de Carvalho (2008) "A modernização do sertão: terras, florestas, estado e lavradores na colonização de Campo Mourão PR, 1939-1964". Carvalho analisa a atuação desses guardas e informa que em 1947 só existiam onze deles em todo o Paraná, um número insignificante para coibir as invasões das terras do Estado.

Nesse mesmo sentido está a declaração prestada em em 27 de maio de 2001, por Neuza Lana, filha do ex-posseiro Luís A. Lana Teixeira, (ONOFRE. 2005, p. 113), referente a terras em Campo Mourão. Ela afirma: "com o recibo que (meu pai) pegou do guarda florestal em mão, entrou em 1953 com o requerimento da terrinha à 8ª Inspeção de Terra. Ali disseram para aguardar que o requerimento ia até a Capital".

No que diz respeito aos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, os guardas florestais Messias Francelino de Medeiros e José Alves de Oliveira, respectivamente, foram os primeiros a se fixarem no local (FERREIRA, 1999, p. 238 e 477).

Já em Tuneiras, o guarda florestal Jorge Lopes de Oliveira foi figura central no início da colonização, a casa de zinco onde ele residia era famosa, e era o ponto de referência para os primeiros moradores que lá chegaram. Segundo Modesto Francisco de Carvalho, que trabalhou para Oliveira, ele esteve presente nos principais acontecimentos dos primeiros anos de Tuneiras. Como foi o primeiro a chegar no local, participou do planejamento e escolha da área urbana, orientou juntamente com o agrimensor Edvino Koterba, a abertura de ruas e estradas rurais, e acompanhou o loteamento feito pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC). Posteriormente, como vereador de Peabiru, Oliveira atuou decisivamente para a transformação do povoado Tuneiras em distrito.

Os postos das guardas florestais no meio da mata indicavam um local de referência para possíveis ocupações legais das terras pertencentes ao Estado, porém, só a partir de 1951 é que tais ocupações passaram a ocorrer, graças à ação de Bento Munhoz da Rocha Neto, que governou o estado de 31 de janeiro de 1951 a 02 de abril de 1955, como descreve Rodrigues et al (2000) sobre a História de Cruzeiro do Oeste, na página oficial daquela prefeitura, "foi uma cidade criada na metade do século XX, no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, pelo Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGC.)".

Segundo o *site* da Prefeitura de Peabiru a trajetória de Silvino Lopes de Oliveira, sargento e radiotelegrafista da Força Pública do Paraná, ajuda a explicar a relação entre funcionários estaduais, seus deslocamentos para o interior do estado, e as ocupações em cargos na região, assim como as ações de governos para alavancar a colonização local.

Na biografia do radiotelegrafista que consta naquele *site*, sua transferência para Peabiru se deu para afastá-lo da Capital, pois era opositorista de Moysés Lupion, governador do Estado. Na mesma época, seu irmão, o guarda florestal Jorge Lopes de Oliveira, foi transferido de Curitiba para um posto da guarda florestal na mesma região, local onde fundaria Tuneiras, pela mesma razão.

Azevedo (1970), em seu estudo sobre a urbanização do Brasil, constata que as cidades surgiram no decorrer do tempo a partir das atividades desenvolvidas em determinados locais. Ele classifica assim a origem das vilas e cidades:

1. Lugares fortificados e postos militares;
2. Aldeamento de índios;
3. Arraiais e corrutelas;
4. Engenhos e usinas. Fazendas e bairros rurais;
5. Loteamentos rurais: patrimônios e núcleos coloniais;
6. Pousos de viajantes e estações ferroviárias (AZEVEDO, 1970, p. 240).

O primeiro item se refere ao período colonial, o segundo a aldeamentos indígenas não feito espontaneamente por eles, mas pela ação dos missionários católicos, como as reduções jesuítas, e pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Apesar dessas seis classificações principais, ele cita na sequência, página 247, outras menos comuns, porém nenhuma formação se dá a partir de um posto de guarda florestal.

O guarda florestal Alves de Oliveira permaneceu à frente da representação do Estado na Vila de São Vicente até a venda das terras para a Companhia Imobiliária Tapejara, em 1949, quando seus proprietários renomearam aquela localidade com o nome da empresa: Tapejara (FERREIRA, 1999, p. 477).

A figura de Silvino Lopes passou a ganhar destaque nas eleições de 1950 quando ele apoiou Bento Munhoz da Rocha Neto para governador do estado. Em 14 de novembro de 1951, o governador, através da Lei 790, criou o município de Peabiru, emancipando-o de Campo Mourão e determinando que as suas divisas iam até o Rio Paraná a Leste, rio Piquiri ao Sul e rio Ivaí ao Norte, transformando-o assim no maior

município paranaense da época, com 11.910 km². Lopes foi eleito seu primeiro prefeito.

Foi durante o governo Rocha Neto que começou a expansão da região. Em poucos anos, os povoados ali existentes se transformaram em distritos e, em seguida, em municípios, com destaque para os municípios de Cianorte, Cruzeiro do Oeste e Umuarama, que no futuro viriam a ser polos centralizadores das atividades de comércio varejista e de áreas como saúde, educação e prestação de serviços.

2.5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO TUNEIRAS

Apesar de Tuneiras ter sido ocupada, ou reocupada, efetivamente apenas no início dos anos 1950, toda a região que fica entre os rios Ivaí e Piquiri foi visitada ao longo dos anos por aventureiros e pesquisadores, como Cabeza de Vaca, Reinhard Maack, entre outros. Como descreve Endlich (2006).

Esta região foi parte do processo de disputa entre hispânicos e portugueses no século XVI. Registraram-se várias incursões pelo interior, por caminhos fluviais, picadas e vias primitivas, como o conhecido Caminho de Peabiru (São Tomé para os jesuítas), por onde transitaram diversas personalidades (Cabeza de Vaca, Hans Staden, entre outros), cujos nomes constam da história oficial (ENDLICH, 2006, p. 55).

O geólogo e explorador alemão Maack (1941), ao descrever a sua expedição de estudo sobre o Arenito Caiuá, expedição realizada no planalto entre os rios Ivaí e Piquiri no ano de 1934, cita áreas na região de Tuneiras, nas páginas 112 e 113 de sua pesquisa no rio Goioerê, "a oito quilômetros de Campo Mourão", e nas páginas 117 e 125, volta a falar do arenito a oeste de Campo Mourão, como já relatado o rio Goioerê divide Tuneiras de três outros municípios.

A ocupação das terras onde hoje se localiza o município de Tuneiras do Oeste se deu no mesmo período (início dos anos de 1950) e no mesmo contexto histórico verificado com a expansão da agricultura cafeeira, que ia se deslocando a partir do Norte Velho, e ocupando essas terras que as denominavam devolutas, assim como os contextos dos demais municípios da região do norte novíssimo do Estado do Paraná. Segundo Serra (1992, p. 72) em "Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário paranaense", "as designações 'Norte

Velho', 'Norte Novo' e 'Norte Novíssimo' levam em conta os diferentes períodos de ocupação do Norte do Paraná como um todo, via de regra na cadência do café”.

O objetivo principal das pessoas que para lá se dirigiram estava relacionado ao cultivo do café, à nova frente cafeeira que se abria.

No dia 08 de junho de 1952, "Jorge Lopes de Oliveira, acompanhado do agrimensor Koterba e um grupo de pessoas humildes do lugar", lançaram o marco da fundação de Tuneiras em terras pertencentes ao município de Campo Mourão, conforme depoimento dado por um dos primeiros moradores do lugar, Antonio Leite Vital, ao jornal "Folha do Norte do Paraná" de Maringá - PR em 21 de junho de 1964. Tivemos acesso à cópia das páginas do jornal no arquivo da Biblioteca Pública do Paraná.

"Quando chegamos aqui, tudo era floresta, um inferno bordado de verde, enfrentamos as onças e os mosquitos" prosseguiu Vital no mesmo depoimento. No dia 06 de julho do mesmo ano, de acordo com a mesma matéria, foi realizada no local a primeira missa, ministrada pelo padre Bento, vindo de Campo Mourão. A celebração foi realizada ao ar livre: o altar improvisado era feito de palmito; o tronco de uma peroba serviu de púlpito e foi erguido em meio a um núcleo de barracas e tarimbas (VITAL, 1964).

A matéria também relata que as primeiras famílias que chegaram no município foram as famílias de Antonio Vital, Cícero Gato, Joaquim Gonçalves da Luz, João Veck, Atílio Legnani, entre outras. Este último afirmou que foi preciso ampliar as picadas na floresta para que sua mudança passasse - o primeiro caminhão que rodou nas ruas de Tuneiras foi o caminhão que trouxe a sua mudança. Atílio Legnani também foi o primeiro comerciante do local, fundando a Casa Irati.

Esse relato foi confirmado pelo pioneiro Modesto Francisco de Carvalho, que também esteve presente no ato da fundação e da celebração da primeira missa. Carvalho também relatou que mais algumas pessoas estavam presentes naquela missa, eram eles: Sebastião Roque, Eugênio Menezes, Sebastião Davi e José Manedes, que era guarda florestal da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

O guarda florestal já citado, Jorge Lopes, conhecedor dos projetos dos governos estaduais que poderiam ser implantados no decorrer dos tempos, como a construção de estradas de ferro e de rodagem, escolheu o local onde no futuro seria o cruzamento de duas importantes rodovias (a serem construídas): a rodovia

Boiadeira (reconstrução), que ligava Paranaguá no Paraná ao estado do então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul; e a rodovia VPR 90, hoje denominada PR-479. Além dessas construções havia o projeto de um entroncamento de ferrovias que passaria por ali. Portanto, a implantação de uma cidade naquele local não foi feita ao acaso.

Com a criação do município de Peabiru, município desmembrado de Campo Mourão pela Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951, Jorge Lopes foi eleito vereador representante do recém-criado povoado de Tuneiras para a Câmara Municipal de Peabiru, em sua primeira legislatura entre 01 de janeiro de 1952 e 31 de dezembro de 1956.

Graças à atuação de Jorge Lopes e demais vereadores foi aprovada na Câmara Municipal de Peabiru a Lei nº 12 de 25 de abril de 1955 que criava o Distrito de Tuneiras. Essa mesma lei, sancionada pelo então prefeito Silvino Lopes de Oliveira, criou vários outros distritos pertencentes àquele município, como: Jussara, Cianorte, Rondon, Cidade Gaucha, Cruzeiro do Oeste, Maria Helena, Porto Camargo, Umuarama e Iporã, que alguns anos depois seriam elevados à categoria de municípios.

Com a elevação de Tuneiras à distrito, sua área territorial passou a ser constituída pelas glebas 2, 3, 4, 19 e 20 da colônia Goioerê, que já estavam sendo comercializadas ou utilizadas para assentar famílias que estavam sendo transferidas de locais de conflitos em disputas de terras.

Pelas informações colhidas com os primeiros moradores, Jorge Lopes exercia no local a função de uma espécie de administrador nos governos de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto, e permaneceu no cargo até Lupion voltar a ocupar o executivo do Paraná para governar pelo período de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961. Em seu ímpeto por perseguir os opositores, como os irmãos Lopes de Oliveira, Lupion transferiu Jorge Lopes novamente em 1957, agora de Tuneiras, onde gozava de grande prestígio, para Curitiba, invertendo o que fizera há aproximadamente dez anos, porém o fundador de Tuneiras deixou uma imagem muito positiva por aqueles que o conheceram, Carvalho relata de que o vereador João de Deus Borralho teria sido convidado para ocupar o seu lugar, mas, devido às tratativas políticas locais, o mesmo declinou do convite.

Com a emancipação política de Cruzeiro do Oeste e sua elevação para a categoria de município, o distrito de Tuneiras passou a fazer parte daquele município, ocasião em que os eleitores tuneirenses elegeram Antonio Leite Vital e João de Deus Borralho, de partidos rivais, para serem vereadores daquele município na primeira legislatura de 1955 a 1959. Antonio Dias Gama foi eleito para a segunda legislatura de 1960 a 1963, conforme consta nos arquivos da câmara daquele município, em Regimento Interno, página 106.

Anésio de Deus, filho de João de Deus Borralho, afirmou que uma das grandes contribuições de seu pai como vereador, foi realizar várias viagens à Curitiba no Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), para regularizar os títulos de propriedade concedidos pelo Estado aos moradores de Tuneiras do Oeste. Havia uma insegurança jurídica em relação às documentações das propriedades, visto que esses títulos eram de uso de uma determinada área de terra pertencente ao Estado, mas não determinavam o local; para se tornarem proprietários definitivos após a posse da terra, os portadores dos títulos teriam que enviar ao DGTC seus títulos para efetivar a sua regularização. Mesmo após o fim do mandato de João de Deus, ele continuou atuando decisivamente tanto para transformar Tuneiras em município quanto para instalar a comarca de Cruzeiro do Oeste, agora mesmo sem um mandato político, mas como presidente de seu partido político, segundo depoimento de Anésio de Deus.

Cândido Alves da Silva, morador da gleba 1, região do futuro distrito de Aparecida do Oeste, foi eleito vereador na Câmara de Cianorte - PR em 1959, para o exercício 1959 - 1963. Antes de Tuneiras ser emancipado a município, aquela gleba pertencia ao município de Cianorte.

Com base nos relatos e na pesquisa apresentados neste tópico, Tuneiras do Oeste, desde povoado até ser elevado a município, elegeu um vereador para Peabiru, três para Cruzeiro do Oeste e um para Cianorte.

2.6 O DIA DA BORRACHA

O dia da borracha foi um fato marcante que ficou gravado na mente da população de Tuneiras de forma velada. Um fato só comentado pelas pessoas da época se alguém os questiona. Apesar de ter acontecido há mais de cinco décadas,

as pessoas que relataram o fato, como de Deus e Carvalho, se lembram da data precisa, 28 de junho de 1958, um sábado.

Segundo eles, havia uma disputa acirrada entre os partidários dos dois vereadores da cidade, Antonio Vital (PR) e João de Deus (PSD).

Os comentários, seguem relatando, eram construídos e difundidos a partir dos bares Central, de propriedade de Manolo, irmão de Jorge Lopes e bar do Ponto, de propriedade de Eduardo Assagra. Cada um apoiava um vereador diferente, e segundo os relatos "havia muito fuxiqueiro, e um leva pra lá e pra cá constante."

Na data descrita o vereador Vital, por sugestão e acompanhado de sua esposa, e de Jovina, esposa de Assagra, foram a Cruzeiro do Oeste, falar com o prefeito Aparício Teixeira, que era do mesmo partido do vereador. Disseram que "a coisa estava feia em Tuneiras". O prefeito, acompanhado dos postulantes, foi procurar o delegado Tomas para que o mesmo se dirigisse a Tuneiras para verificar os fatos e tomar as providências necessárias, acalmar a população e evitar problemas maiores.

O tenente Tomas, que era conhecido por "tomar umas e outras", enviou um cabo da polícia e mais dois *jeep's* lotados de soldados e ordenou: "quem vocês encontrar na rua mete o cacete". "Então eles foram", prossegue Anésio de Deus, relatando. "Chegaram à tardezinha, estava escurecendo, e quem eles encontravam na rua foram descendo o cassetete", diz de Deus. Um dos alvos era um suspeito de ter roubado um veado que Vital tinha em seu quintal. Esse senhor estava deitado na grama da rua em frete a sua casa, como era costume naquela época, quando alguns policiais o pegaram e o levaram para a delegacia agredindo-o com o cassetete até chegar lá, indagando: "foi você que comeu o veado do Vital?". Todo mundo apanhou, conta Carvalho em tom de humor, "até eu!". A notícia do que estava acontecendo se espalhou rapidamente, assustando a todos que se fecharam dentro de suas casas. Tem um relato de que um futuro prefeito da cidade se escondeu embaixo da cama, tamanho foi o terror provocado pelos soldados.

O outro vereador João de Deus encontrava-se em Curitiba naquele dia, a serviço de moradores que precisavam legalizar os títulos de suas propriedades, segundo seu filho: "aí quando o meu pai chegou de Curitiba, foi contar para o Aparício, que deu uma bronca no tenente, que era o Tenente Tomas, e a partir daí o tenente sumiu da região, nunca mais voltou".

Até os dias de hoje a política local está sempre dividida em dois grupos, situação e oposição, e em tempos de eleição há um acirramento e exaltação mútua de ânimo que envolve toda a população, conta de Deus.

2.7 VEGETAÇÃO

Quando se fala dos primórdios de Tuneiras, lembra-se de uma floresta fechada por vegetação, com árvores de várias espécies, como angicos, cedros, canelas e perobas, entre outras. Na Figura 3, uma foto de 1960, verifica-se grande frequência de aráceas e de peroba. Essa última espécie empresta seu nome à reserva biológica local, a "Rebio das Perobas - ICMBio".

Figura 3 - Estrada arenosa depois de Marabá, no meio da mata nativa.



Fonte: Jablonsky e Vieira (1960). Foto editada pelo autor.

As Figuras 3 e 4 mostram o antes e depois da paisagem em um mesmo trecho de estrada, com a mata nativa no ano de 1960 dando espaço para a plantação de cana de açúcar em 2019. A estrada pouco mudou, continua arenosa como antes,

dificultando o trânsito por ela, porém a paisagem mudou completamente devido à ação humana, que transformou uma paisagem natural em uma paisagem de lavoura.

Figura 4 - Estrada arenosa depois de Marabá (PR), no meio de plantação de cana



Fonte: Do autor (2019)

Isso nos remete ao conceito de espaço de Milton Santos (2002) que se alinha à sua noção de paisagem. Ele indica que espaço e paisagem não são conceitos distintos e que os processos de mudança social, econômica e política da sociedade resultam na transformação do espaço. Esse espaço associado à paisagem se adapta às novas necessidades do homem em um dado período. Santos revela o conceito de paisagem como algo não estagnado no espaço, algo que se altera a cada período histórico, que se renova e adapta para atender aos novos paradigmas do modo de produção social.

O que não se podia imaginar é que em meio a essa floresta havia uma área de cerrado, paisagem típica do Planalto Central, área descrita por Liberali (2014) como

"enclaves de vegetação semiúmida nas áreas peculiares dos municípios de Campo Mourão, Luiziana e Tuneiras do Oeste". A autora realizou sua pesquisa na região da Reserva Biológica das Perobas e em área adjacente, no quilômetro 152 da Estrada Boiadeira.

Segundo Liberali (2014), a área foi escolhida "por estar coberta pela vegetação de cerrado (savana)", com espécies de bromeliácea e cactácea, e acrescenta:

Detectou-se, por meio de levantamento da flora dos enclaves, na área de pesquisa, a existência e permanência das espécies: *Bromelia balansae* Mez, *Dyckia tuberosa* (Vell.) Beer, *Cereus hildmannianus* Schumann, *Parodia ottonis* (Lehm.) N.T. Taylor, *Aechmea distichantha*, *Tillandsia tenuifolia* L.. Essas espécies também estão distribuídas em outras unidades fitogeográficas, no Sul do Brasil, na Argentina, Paraguai e Uruguai (LIBERALI, 2014, p. 86-87).

O pioneiro Carvalho, que ajudou a abrir as primeiras ruas de Tuneiras e ainda reside lá, descreve que na área destinada à cidade não havia árvores grandes, "apenas cipós e samambaias, arvorezinhas finas, e, na área que pertencia a Companhia Melhoramentos, muitos cactos", o que evidencia ser ali um local de cerrado.

A Figura 5 é uma foto panorâmica da cidade de Tuneiras do Oeste dos anos de 1960. Ao compararmos o tamanho da vegetação nativa (vista em primeiro plano) com a altura das casas, comprovam-se as palavras de Carvalho: uma vegetação sem árvores nem arbustos.

Figura 5 - Imagem panorâmica de Tuneiras do Oeste, nos anos de 1960.



Fonte: Acervo de Batista Fiori Skiba. Imagem editada pelo autor em 2019.

Talvez pelo fato de Tuneiras estar localizada entre os grandes rios Ivaí e Piquiri, e como normalmente a maioria dos deslocamentos de aventureiros e pesquisadores se dava seguindo os leitos desses rios, assim como pela grande distância dos locais inicialmente povoados, não temos estudos mais aprofundados deixados por pesquisadores da flora local, cujo despertar se percebe somente a partir da criação da Reserva das Perobas, como é atestado por Liberali:

Quanto ao estudo da formação de cerrado de Tuneiras do Oeste não foi mencionada no estudo Coutinho/Ferri (1960), Maack (1968), Klein (1979), Leite e Klein (1990), Uhlmann et. Al (1997, 1998) e nem mesmo nos estudo de Hatschbach et. al. (2005) que retrata o estudo da flora do Paraná ao longo dos últimos 50 anos, não havia registro junto ao Museu Botânico Municipal de Curitiba (MBM), plantas com características do cerrado no município de Tuneiras do Oeste, sendo assim muitas plantas podem ter se perdido ao longo do tempo (LIBERALI, 2014, p. 41).

Mesmo assim algumas espécies conseguiram sobreviver, como vemos em alguns trabalhos de pesquisas, como em "Analogia da paisagem ecotonal do cerrado nos municípios de Campo Mourão e de Tuneiras do Oeste", de Daniela Fernanda Roseira e Nair Glória Massoquim (2012). As autoras atestam que escolheram Tuneiras do Oeste para suas pesquisas devido às áreas de cerrado e à importância de se estudar essas paisagens, que possuem características similares às do Planalto Central: solos arenosos pobres em nutrientes, com alto teor de alumínio, fragilidades naturais (referentes a sua geologia, geomorfologia, solo) e influências climáticas.

Esse trabalho também destaca a presença do barbatimão, espécie da família "Leguminosae-Mimosoideae". Além dele, a fruta do lobo (*Solanum lycocarpum* St. Hil) e a *Anadantera-falcata*, conhecida também como angico do cerrado, uma planta robusta que pode atingir altura superior a oito metros, com tronco revestido por casca grossa e planta suberosa de 30 a 50 cm de diâmetro.

Jéssica Aline de Almeida (2014), em seu trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de bacharel em Engenharia Ambiental², coletou 125 espécies de plantas divididas em 51 famílias. O destaque ficou para as Fabaceae, uma leguminosa com 19 espécies como o ingá e a acácia; e para as Myrtaceae, com 11 espécies, entre elas goiaba, pitanga, araçá, jaboticaba e murta, correspondendo a 15% e 9% da área total de vegetação, respectivamente.

² Pesquisa denominada "Levantamento florístico vascular e síndromes de dispersão de um remanescente de cerrado no município de Tuneiras do Oeste - Paraná - Brasil" (2014).

"Outras famílias de maior destaque em relação às espécies encontradas são Poaceae, espécie como o bambu, taquara e cortadeira (6,5%), Asteraceae, como o picão (6,5%) e Melastomataceae, (5%). Juntas, essas cinco famílias correspondem a aproximadamente 42% do total das coletas". (ALMEIDA, 2014, p. 22). A pesquisa foi realizada na Estação Ecológica Angico do Cerrado, estação criada pelo Decreto nº. 102 do município de Tuneiras do Oeste, de 26 de abril de 2014. O decreto visa preservar a fauna e a flora silvestres local, bem como permitir o acesso à citada Estação Ecológica Angico do Cerrado, às pesquisas científicas específicas. A reserva está localizada entre a Reserva Biológica das Perobas e o bairro de Guaraitava, a aproximadamente 14 quilômetros da cidade de Tuneiras.

As pesquisadoras Liberali (2014) e Almeida (2014) também lamentam que muitas espécies podem ter se perdido com a ocupação das terras, tanto na área urbana como nas áreas utilizadas para a agropecuária; e isso ocorreu devido à falta de coletas por pesquisadores em datas anteriores nesse local e em adjacências.

Corroborando com as lamentações sobre a perda de espécies nativas quando da transformação das florestas em culturas agropastoris, temos a fruta do lobo que foi citada em uma pesquisa, e que, em uma nova pesquisa de campo não a localizou no local onde se encontrava a última espécie encontrada, segundo Massoquim (2013)

No ano de 2000 havia uma única planta na área de borda do remanescente da estação ecológica, na medida em que a vegetação do cerrado foi se adensando a espécie desapareceu (MASSOQUIM, 2013, p. 60).

Em "Reserva Biológica das Perobas: Uma Ilha de Biodiversidade no Noroeste do Paraná" (2014, pesquisa desenvolvida por professores pesquisadores de diversas universidades do Paraná (principalmente da Universidade Estadual de Maringá (UEM)), uma pequena área com cactáceos e comunidades vegetais bastante distintas das demais foi detectada dentro da citada Reserva. Essa área constitui um organismo importante, que indica que essas comunidades eram abundantes em eras passadas e que ocupavam um território amplo. Agora, porém, essa vegetação é encontrada em pequenas áreas desse território.

Como podemos perceber, as pesquisas sobre o remanescente de vegetação de cerrado foram feitas a partir da criação da Reserva das Perobas, e às vezes elas se estendem pelas áreas adjacentes ao longo da BR-487 que liga Tuneiras do Oeste

a Campo Mourão. Essas áreas, juntamente com o município de Luiziana e Campo Mourão, contêm outros refúgios permanentes de vegetação de cerrado. E essa rodovia, conhecida também como estrada Boiadeira, que a princípio era um picadão destinado a trazer bois do Mato Grosso para o Paraná, traz hoje os pesquisadores para resgatar um pouco da paisagem que os olhos de Toca Mercer (Edmundo Alberto Mercer (1878-1938), agrimensor e sertanista paranaense) e seus comandados presenciaram quando abriram a Estrada Boiadeira, nas primeiras décadas do século XX.

2.8 O NOME TUNEIRAS

O município de Tuneiras, como já relatado, está localizado em um bioma típico de cerrado (savana) com vegetação rasteira: grades áreas com samambaias da terra, (*Pteridium arachnoideum*); árvores de pequeno porte e árvores frutíferas como o articum (*Annona crassiflora*); e algumas variedades de cactos, sendo uma delas frutífera (conhecida popularmente como palma), plantas da família *Cactaceae*, do gênero *Opuntia*, que se desenvolvem em ambientes áridos e semiáridos.

Existem aproximadamente trezentas espécies *opuntia* conforme destaca a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), sendo que a mais difundida é a ficus-indica, vulgarmente conhecida como tuna, que emprestou seu nome ao lugar, "Tuneiras". Essa planta produz um fruto áspero e duro por fora com tufo de diminutos espinhos, mas macio e doce por dentro.

Na Reserva Biológica das Perobas, que é uma reserva natural e está contida nos municípios de Tuneiras e Cianorte, encontram-se cactáceas, segundo Magalhães et. al (2014).

Também foi detectada, na Reserva Biológica das Perobas, a presença de uma pequena área com a presença de um enclave de cactáceas, o que pode indicar a presença de um afloramento de rochas ou de um solo raso, onde as comunidades vegetais são bastante distintas do resto da Unidade de Conservação, constituindo-se em um relicto importante, de um passado de clima mais seco (MAGALHÃES et. al, 2014, p. 19).

"Tuna é o alimento do futuro", disseram especialistas reunidos em novembro de 2001 em Roma, na Itália, cidade sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a agência das Nações Unidas que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza no mundo. Segundo esses

especialistas, a tuna seria o alimento do futuro porque esses cactos se dão bem em solo seco e são de fácil reprodução, vide propagação por todo o continente americano e lugares do Mediterrâneo e do continente africano. Para divulgar os conhecimentos sobre a planta a FAO lançou um livro intitulado "*Crop Ecology, Cultivation and Uses of Cactus Pear*" (INGLESE, 2017).

Figura 6 - Opuntia ficus-indica (Tuna)



Fonte: Do autor (2019)

Apesar de Tuneiras só ter iniciado efetivamente a sua povoação no início dos anos 1950, em 1933 o então Secretário da Fazenda e Obras Públicas, Rivadavia de Macedo, ao prestar conta sobre as atividades do período que se estendeu de 1931 a junho de 1933, apresentou também um projeto de construção de estradas de ferro por todo o território paranaense, sinalizando um entroncamento em um local chamado Tuneiras:

Imprescindivelmente, uma quarta ligação entre esses dois sistemas, seria verificada pela ligação de Guarapuava a Campos do Mourão, com o prolongamento até o norte de Porto Camargo, e a bifurcação para Porto São José, cruzando a linha tronco de São Paulo-Paraná, em Tuneiras, tornando ponto obrigatório de passagens para as duas linhas, ao norte das cabeceiras do Goiorê (MACEDO, 1933, p. 294).

Outra informação que chama a atenção: em 1950 o Departamento Estadual de Estatística do Paraná, órgão regional do IBGE, divulgou o primeiro Anuário Estatístico do Estado, com dados de 1949, nele encontram-se informações sobre os povoados

pertencentes ao município de Campo Mourão, constando o nome de um povoado de nome Tuneiras a uma distância aproximada de 42 km de sua sede. No mapa aparecem sinalizados todos os povoados, menos Tuneiras, o que leva a entender que havia um projeto de povoado, que ainda não havia sido executado.

Figura 7 - Mapa de 1933 citando Tuneiras



Fonte: Relatório da Secretaria de Fazenda do estado do Paraná (1933).

3 A RÁPIDA EXPANSÃO

Esta seção pretende apresentar diversos aspectos sobre Tuneiras: sua localização, a natureza de seu solo, a estrada Boiadeira, as consequências de algumas decisões política, os bairros rurais e a vida dos seus habitantes – suas durezas e prazeres. Para elaborar esta seção contamos com entrevistas, depoimentos e relatos de moradores de Tuneiras que residiram por lá no período estudado (sendo que alguns ainda residem por lá).

3.1 LOCALIZAÇÃO

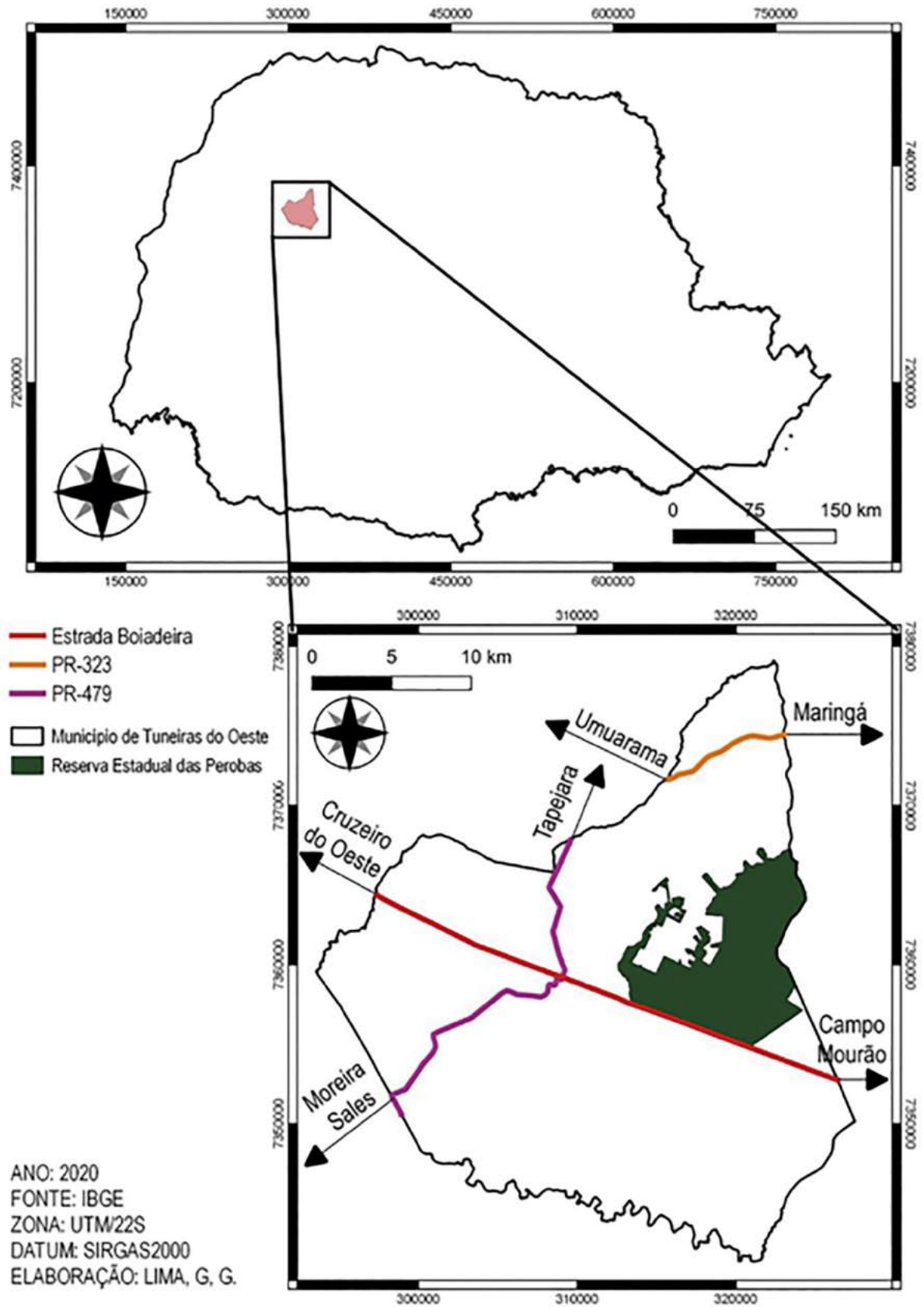
Tuneiras do Oeste está situada na região sul do Brasil, ao noroeste do Estado do Paraná, e a, aproximadamente, 1.300 km de Brasília, 510 km de Curitiba, 780 km da cidade de São Paulo, e 1.200 km da cidade do Rio de Janeiro. Seus municípios limítrofes são Cianorte, Tapejara, Cruzeiro do Oeste, Moreira Sales, Janiópolis, Farol e Araruna.

As terras do município de Tuneiras do Oeste estão contidas dentro da Colônia Goioerê, nas glebas 1, 2, 3 e 4. Na gleba 1 da Colônia Tapejara, e nas glebas Patrimônio Tuneiras e Patrimônio Marabá, das terras que pertenciam à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

É interessante notar que Tuneiras está na divisa da Colônia Goioerê, com as colônias Mourão a Leste; Cruzeiro e Tapejara a Oeste; e na fronteira das terras da CMNP com as terras que pertenciam ao Estado, ao Sul, cuja divisória é a BR 487.

Outra informação interessante é que o rio da Areia, que hoje divide Tuneiras do município de Cruzeiro do Oeste, era a divisa no mesmo ponto dos municípios de Campo Mourão e Guaíra, que se estendia até o rio Ivaí - na época Tuneiras era um povoado de Campo Mourão.

Figura 8 - Localização de Tuneiras do Oeste, no mapa do Estado do Paraná.



Fonte: Instituto de Biologia e Geografia e Estatística (2018). Organizado por Gabriela F. Lima (2019).

O município está a 600 metros do nível do mar, com latitude de 23 graus, 52 minutos e 14 segundos Sul, e longitude de 52 graus, 52 minutos e 34 segundos W-GR. Tem uma área territorial de 698,871 km² dentro do Terceiro Planalto Paranaense, este com uma área total de 2.481.601,5 ha², correspondendo a 12,4% do total do Estado, o que o coloca na posição de número 84, entre os 399 municípios paranaenses em extensão de terras (IBGE, 2018).

Quanto à hidrografia, Tuneiras está localizado em um espigão nos limites das bacias dos rios Ivaí e Piquiri, tanto assim que parte de seus rios são afluentes do Ivaí, como os rios dos Índios e São Vicente; e outros fazem parte da bacia do rio Piquiri, como os rios Goioerê, Mouro e da Areia.

Três rodovias cortam o município: a PR 323, que liga Maringá a Guaíra e passa pelo distrito de Marabá; a PR 479, uma estrada vicinal, sem acostamento, e asfaltada apenas nos anos de 1980, que liga a PR 323 ao município de Moreira Sales passando por Tuneiras; e a Estrada Boiadeira, no trecho entre Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste, cuja história destacaremos ao longo deste trabalho; além de dezenas de outras estradas municipais em seu interior.

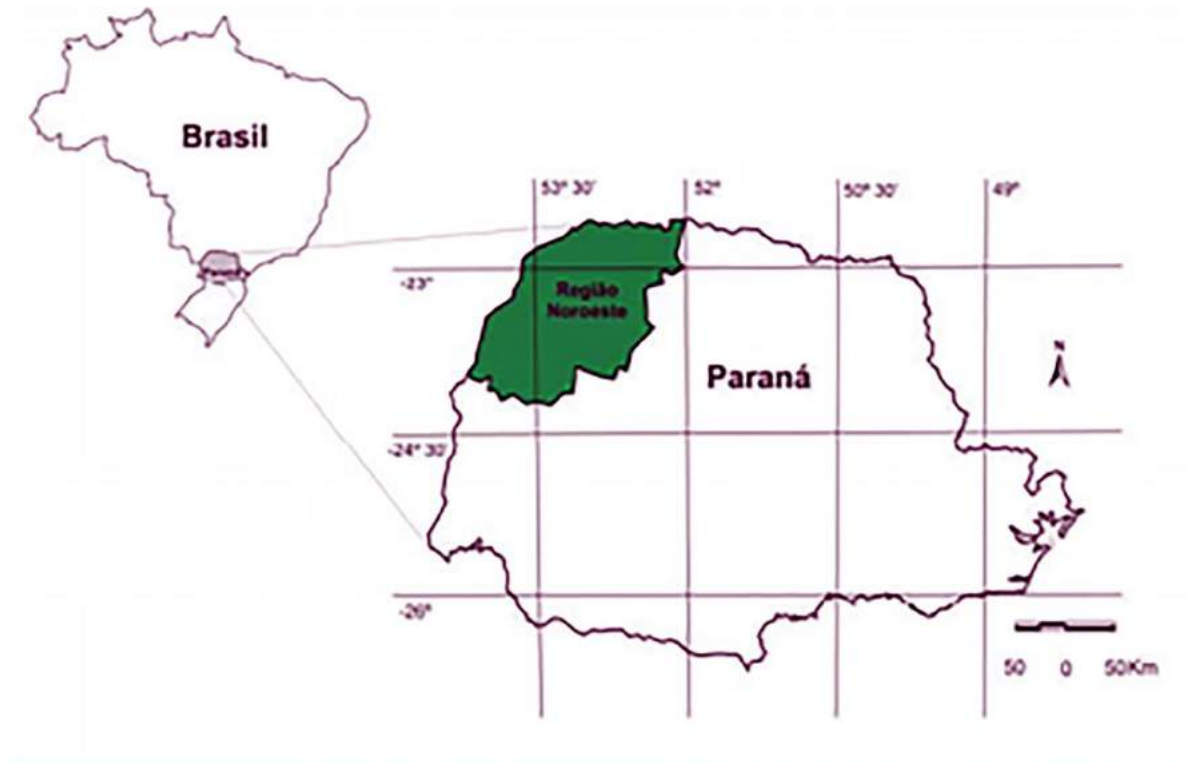
O solo predominante na área ocupada por Tuneiras é o arenito Caiuá, que devido à fragilidade é susceptível à erosão hídrica.

3.2 ARENITO CAIUÁ

O arenito Caiuá presente na região de Tuneiras faz parte da litologia do Grupo Bauru. É um tipo de solo de baixa fertilidade natural, que está presente nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. É composto pelas formações Rio Paraná, Goio Erê e Santo Anastácio.

O arenito ocupa 3,2 milhões de hectares, o que representa 16% da área do Estado (SÁ & CAVIGLIONE, 1999) e compreende 107 municípios, que têm entre 11% a 100% de sua área composta por esse tipo de solo. Dentre eles está Tuneiras com 100% de sua área composta pelo arenito Caiuá da formação Goio Erê (FERNANDES, 2004).

Figura 9 - Região Noroeste do Paraná, com predomínio de solo decorrente da formação Caiuá



Fonte: Fonseca (2005)

O arenito Caiuá - formação Goio Erê, é assim descrito por Luiz Alberto Fernandes (2004, p. 66)

Formação Goio Erê:

Essa unidade ocorre apenas no extremo sudeste da bacia, no Paraná. Suas maiores espessuras preservadas estão em torno de 50 m. Tem como seção-tipo o corte do km 58,7 da rod. BR 272 (Fernandes & Coimbra 1994) e seção complementar na mesma rodovia (km 59,5), (...). É constituída por arenitos quartzosos, marrom-avermelhados a cinza-arroxeados, finos a muito finos (ocasionalmente médios), subarcoseanos, mineralogicamente maduros e texturalmente submaturos. Os grãos têm superfície fosca, encoberta por película de óxido de ferro. (...) Essa litofácies foi descrita nos vales dos rios Ligeiro e Goio Erê, ribeirões Tamboara e Anhumai, a oeste-noroeste de Campo Mourão (FERNANDES, 2004, p. 56)

O Rio Ligeiro nasce no município de Araruna, próximo à divisa com o município de Tuneiras do seu lado leste; já o Rio Goioerê está ao sul de Tuneiras e o divide com os municípios de Farol, Janiópolis e Moreira Sales.

No processo de medição e demarcação de terras emitido pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) do Paraná, em 1960, referente à "Sede

Tuneiras", dentre os relatos de seus profissionais está a afirmação de que o seu solo é classificado como sendo composto por terras de natureza sílico-argilosa.

A Figura 10 mostra um veículo transitando pelo distrito de Marabá no ano de 1960. Nela é possível ver a areia removida ao lado da estrada e os sulcos formados pelos pneus dos veículos.

Figura 10 - Estrada arenosa depois de Marabá, no meio da mata nativa, onde se vê um Jeep (Rural).



Fonte: IBGE. Jablonsky e Vieira (1960). Original em preto e branco, editada pelo autor.

Estes solos arenosos são extraordinariamente soltos, sua capacidade de retenção da água é baixa, têm reação ácida (pH 4,3-5,8), e após breve período de exploração, perdem sua fertilidade. O desmatamento em grande escala no Norte do Paraná teve efeitos catastróficos exatamente nessa região, tais como a forte erosão de solos e a formação de 'sumidouros', que em parte forçaram até mesmo a mudança de núcleos de colonização (KOHLHEPP, 2014, p. 37).

"Como esse solo é suscetível à erosão". Essa frase consta na obra "Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e

sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café" de Kohlhepp (2014). Tal característica do solo arenito Caiuá é considerada um dos maiores desafios às plantações de café. Nesse sentido, é um aspecto importante para qualquer análise da região na medida em que o fim do *boom* cafeeiro levou ao êxodo populacional e ao esvaziamento da região.

3.3 AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Nos anos de 1930, as terras do estado do Paraná sofreram invasões de grandes proporções de intrusos e posseiros, principalmente entre os rios Ivaí e Piquiri (KOHLHEPP, 2014). Para controlar e organizar a região o governo do interventor Manoel Ribas implantou um programa de colonização em 1939 e, segundo Kohlhepp, "surgiram então as colônias Mourão, Goioerê, Goio-Bang, Cantú, Piquiri, Muquidão e Manoel Ribas". Essas colônias ao longo do tempo, e em diversos governos, foram divididas em glebas e as glebas posteriormente, subdivididas em lotes de terra.

Um dos objetivos da divisão das colônias era assentar as famílias nessas terras através da distribuição de títulos de propriedades permanentes. Porém, em muitos casos havia mais intrusos do que terra disponível, como nas glebas Cantú e Piquiri (BERNARDES, 1953), o que tornou inviável, em alguns casos, a divisão pretendida.

Alguns governos posteriores a Ribas implementaram uma política de venda de terras privilegiando membros do partido do governo, especialmente sob o governo de Moisés Lupion (KOHLHEPP, 2014).

Entre 1948 e 1951 houve um conflito armado na região de Porecatu denominado "A revolta camponesa de Porecatu" (PRIORI, 2000), que envolveu posseiros que haviam desbravado terras na região, terras essas, cobiçadas pelos fazendeiros. Os posseiros foram organizados por integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas chamadas Ligas Camponesas, em um movimento de resistência contra os jagunços contratados pelos fazendeiros. Os posseiros conseguiram resistir, mas por pouco tempo. Para pôr fim à revolta, o governo entre outras medidas, concedeu títulos de uso de terras devolutas que ainda estavam em seu poder nas colônias Mourão e Goioerê (KOHLHEPP, 2014, p. 62) – incluindo, portanto, Tuneiras, contida na gleba Goioerê. Vale destacar que apesar do movimento de resistência mencionado ter contado com o apoio e estratégias organizadas por lideranças do

Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, conforme Piori (2000) criaram as Ligas Camponesas, os posseiros que ocupavam aquelas terras e sofriam pressão de despejos por jagunços contratados por fazendeiros e pelo próprio Estado, não tinham vínculos com o PCB, nem com outros partidos políticos.

É justamente dos municípios de Jaguapitã, Centenário do Sul, Nossa Senhora das Graças, Santa Fé, e outros daquela região onde houve o conflito armado que são provenientes, em grande parte, os primeiros habitantes de Tuneiras. Pessoas que não nasceram em tais municípios, mas que haviam rumado para lá e depois migrariam de novo, dessa vez para Tuneiras.

Assim, em poucos anos a área de Tuneiras foi totalmente povoada, não apenas por aqueles que receberam os títulos públicos, mas por famílias que vinham de outros estados brasileiros, e, percebendo a movimentação de diversos sítios na direção, motivadas pela possibilidade de adquirirem terras de alta produtividade por um preço atrativo, resolveram segui-los.

Figura 11 - Primeira missa no Povoado Tuneira, com o levantamento do Cruzeiro



Fonte: Família de Milton Honorato. Foto editada pelo autor em 2019.

Conforme José Ferreira Bispo, mais conhecido como José Quintino, eles vieram de Minas Gerais e foram morar em Santa Fé. Em seguida se mudaram para Barbosa Ferraz, onde conseguiram a posse de algumas terras, mas, devido à malária, parte deles voltou para o município anterior. Contudo, em Barbosa Ferraz as terras não eram do Estado e sim da Companhia Barbosa Ferraz. José Quintino conta que no ano de 1952 "quando a Florestal se apresentou informando que eles iam fazer o despejo das pessoas que estavam nas terras daquela companhia", seu pai foi a Londrina com alguns documentos e recebeu o "protocolo" de posse de vinte alqueires de terras de um funcionário do governo estadual denominado Dr. Odilon, que o encaminhou para Tuneiras com a ordem de serem colocados onde houvesse terras devolutas.

A maioria dos beneficiários das doações de terras as vendeu em seguida por preços muito abaixo do valor de mercado, principalmente em relação às cotações das terras do Estado de São Paulo. Da mesma forma, algumas pessoas doaram parte de suas terras em troca de mão de obra para a derrubada das matas nas propriedades. Isso tudo mostra quão desvalorizadas eram tais terras e também atraentes para quem estivesse à procura de terras para cultivar. Com isso, em apenas uma década, o município de Tuneiras chegou à sua população máxima, de aproximadamente 20 mil habitantes.

Para além das distribuições, vendas e doações de terras, o que motivou decisivamente o movimento em questão foi o preço do café. Ao analisar a dinâmica de comercialização dessa *commodity* percebe-se a forte pressão que o mercado internacional exercia sobre a produção nacional, direcionando os rumos desta e determinando a cultura a ser implementada nas propriedades

A expansão do café se fez em dois sentidos: de São Paulo para o Paraná, e "no interior do próprio Norte do Paraná, das terras mais antigas do norte pioneiro às frentes pioneiras do pós-guerra, no Norte Novo e Novíssimo" (CANCIAN, 1981, p. 288).

Naquela época a percepção dos agricultores apontava para o plantio do café como uma ótima opção de cultivo agrícola, e foi ela a responsável pela atração das pessoas para Tuneiras e região, ponto de partida para a ocupação de suas terras até então completamente coberta por florestas naturais.

O café era o principal produto no seguimento da produção nacional, sendo sua exportação prioridade - assim como acontece com a soja nos dias de hoje. Já o boi e a cana, cuja produção impactou aquela região, estavam mais sujeitos às variáveis nacionais do que ao mercado mundial.

O vínculo do agricultor com o café é tão ou mais forte que o vínculo com a terra, razão pela qual muitos cafeicultores consideram o café uma “cachaça” com grande poder de sedução. Café sem desafios de mercado, confisco, pragas e doenças, seca ou geada teria o mesmo sabor? (POZZOBON, 2006, p. 13)

No tocante às políticas governamentais há clara preferência pelo direcionamento dessas *commodities* para exportação, em detrimento do consumidor interno, e, principalmente, nenhuma proteção ao pequeno e médio produtor rural, como se percebe no caso aqui estudado. Tuneiras é um retrato do que ocorreu em dezenas de outros municípios: os riscos da dependência de uma monocultura.

Os dados do IBGE sobre demografia e economia, bem como diversos trabalhos de pesquisa sobre o desmatamento do norte do Paraná, mostram quanto o mercado influenciou e continua a influenciar na flutuação da população e na relação com o meio ambiente em geral.

No período de julho de 1950 a 1º de setembro de 1960 a população do Estado (Paraná) cresceu de 2.162.216 pessoas; o incremento relativo no período mencionado foi, portanto de, de 102,21%. As pessoas recenseadas nas sedes municipais (Cidades) somavam 1 183 585 e correspondiam a 28%, da população do Paraná o decênio, foram criados 206 novos núcleos urbanos (IBGE, 1960).

Tabela 1 - Movimento de migração no Paraná (1940 a 1980)

Decênios	Habitantes	Porcentagem
1940 a 1950	877.044	70,79%
1950 a 1960	2.155.346	102,01%
1960 a 1970	2.558.504	62,52%
1970 a 1980	693.723	10,00%

Fonte: Biblioteca IBGE. Dados organizados pelo autor em 2019.

A partir do início da colonização do município de Tuneiras percebe-se as transformações ocorridas tanto na paisagem quanto no fluxo de pessoas na região.

São fenômenos que ocorreram e continuam a ocorrer em decorrência do fator econômico direcionar as pessoas em busca de melhores condições de vida. Quanto a isso, os próprios governos, endividados com políticas voltadas às exportações para realizarem superávits comerciais, impulsionam esses constantes ciclos migratórios, expondo a população a uma busca constante por um pedaço de terra para cultivar - alguns poucos se dão bem, outros seguem a peregrinação enquanto suas forças permitirem.

Este é o contexto no Estado e na região onde estava nascendo o futuro município de Tuneiras do Oeste. Além das ações do Estado, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná iniciou a comercialização de suas terras no município a partir do ano de 1956, quando Tuneiras já era um distrito. Esse foi outro fator que atraiu um grande contingente de pessoas.

O movimento migratório e a ação dos novos proprietários das terras que "logo que chegam derrubam a mata, abrindo espaço para o avanço da frente cafeeira" (SERRA. 1992, p. 69), fez com que em aproximadamente duas décadas, de 1950 a 1970, praticamente toda a floresta existente fosse dizimada, modificando completamente a sua paisagem; as perobas, cedros, angicos, palmitos, entre tantas outras espécies da flora foram substituídas, a princípio, pelos cafezais.

Entre o início dos anos de 1950 até 1960 Tuneiras teve sua maior concentração populacional: 19.943 habitantes. Destes, 17.984 residiam na zona rural e apenas 1.995 na zona urbana - segundo o VII Recenseamento Geral do Brasil de 1960, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 12 - População do município de Tuneiras no ano de 1960 distribuído por distritos



Fonte: Censo do IBGE de 1960. Organizado pelo autor (2019).

O VIII Recenseamento Geral de 1970, por sua vez, já apontou uma redução da população para 19.838. Destes, 17.329 na zona rural e 2.509 na zona urbana.

Na década de 50, surgiu com a grande participação de café, do Norte Novíssimo (Paranavaí e Umuarama), que atingiu sua alta produção, na década de 60.

O centro dinâmico da produção no Paraná deslocou-se por duas vezes, em períodos considerados curtos. Em 1951, quando o norte novo superou o norte pioneiro, onze anos depois, quando o Norte Novíssimo ultrapassou o Norte Novo (DIAS, 1999 apud OLIVEIRA et al, 2016, p. 146).

O deslocamento populacional, como acima especificado, não ocorreu somente em Tuneiras, mas em toda a região cafeeira do Norte, Norte Novo e Norte Novíssimo do Paraná e foi influenciado pelo aumento dos preços do consumo do café no mundo. Tal se deu pelo aquecimento da economia após a Segunda Guerra Mundial e pelas consequências do Convênio de Taubaté, que reunia os governos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, maiores produtores de café. Uma das medidas tomadas era a restrição de novos plantios de café naqueles estados.

A colheita brasileira de 1959-1960 alcançou 44 milhões de sacas de café, um recorde nunca visto, e os estoques aumentaram em um só ano de 20 milhões para 44 milhões de sacas. A capacidade de produção em 1961 foi estimada em 36 milhões de sacas produzidas por cerca de 3,9 bilhões de cafeeiros. (...) A fim de fazer frente às complexidades e à logística de tais colheitas descomunais, realizou-se um trabalho de coordenação entre as diferentes áreas da administração federal. Técnicos do IBC trabalharam em conjunto com os do Banco do Brasil e da Semoc (BELTRÃO, 2009, p. 18).

Medidas tomadas pelo Governo Federal também tiveram parte nos movimentos aqui descritos. É o caso da criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) com o objetivo de definir uma política para o setor, desde a produção até a comercialização tanto interna como externa do café, já que era estratégico para o país, pois se tratava da principal *commodity* brasileira. Sobre esse assunto específico existe extensa produção acadêmica, livros e revistas especiais, como o verbete publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC / FGV), com a seguinte descrição:

Entre 1950 e 1953, mesmo havendo no Brasil equilíbrio entre a oferta e a procura e certa estabilidade nos preços de varejo no exterior começou um processo de sofisticação da política de valorização do produto, para fazer frente às crescentes dificuldades do balanço de pagamentos. Enquanto até

1930 o destino do sobrevalor obtido era a economia pessoal dos cafeicultores, a fase nova teve que considerar o quadro mais complexo: o regime de licenças de importação (1948-1953) beneficiava os industriais pelo rateio das divisas escassas e, indiretamente, os consumidores – pelos subsídios –, caracterizando o processo de transferência de renda intersetorial; a partir de 1953, instituiu-se o Fundo dos Ágios, pelo qual o Tesouro se associava na divisão do bolo da receita em cruzeiros; desde 1951, começou a vigorar o sistema de preços mínimos de exportação, o chamado “registro”, culminando a estruturação da nova forma de intervenção estatal com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1952. A produção se expandiu, sobretudo no estado do Paraná em resposta aos preços favoráveis. A infra-estrutura se ampliou, a qualidade das terras e a venda de lotes a crédito a pequenos produtores levaram a uma expansão mais rápida que a observada em ciclos anteriores (BELTRÃO. 2009, p. 17-18).

Como não há um consenso sobre o tema "desenvolvimento econômico", não serão tratadas aqui teses clássicas, muito menos sobre a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, pois não é o foco do presente trabalho. Pretende-se tão somente organizar as observações e dados sobre a exploração das terras pela agropecuária no período estudado e o impacto em sua população, que é também uma realidade ocorrida em inúmeros outros pequenos municípios da região.

Como já mencionado, o primeiro período do povoamento do município de Tuneiras, entre 1950 e início dos anos de 1960, foi marcado pelo implemento dos cafezais. A exploração agrícola se dava no formato de parcerias, eram os porcentageiros, também conhecidos como meeiros, que nas grandes safras chegavam a adquirir pequenas propriedades de produção familiar. Esse foi o período de maior desenvolvimento econômico da região que, conseqüentemente, atingiu o seu pico populacional, pois o seu cultivo necessitava de uma grande quantidade de mão de obra. Havia, então, grande movimentação de pessoas entre os cafezais, estradas e pequenos comércios no interior do município, onde surgiram dezenas de bairros e comunidades.

Figura 13 - Foto de dia de missa em Tuneiras, década de 1960 e a movimentação das pessoas



Fonte: Família Honorato. Editada pelo autor.

Com o aumento populacional havia um desejo de pressionar o governo estadual para elevar Tuneiras à condição de município, emancipando-o de Cruzeiro do Oeste, conforme declararam os interlocutores ouvidos. Os clamores tinham como alvo principalmente Antônio Dias Gama, eleito em 1960 vereador representante dos eleitores tuneirenses na Câmara de Vereadores de Cruzeiro do Oeste. Um movimento organizado por partidos políticos e demais lideranças locais foi iniciado para se conseguir o apoio de políticos da região e de deputados estaduais, pois outros distritos também queriam ser emancipados.

No mesmo período políticos e a sociedade de Cruzeiro do Oeste pretendiam que aquele município fosse elevado a categoria de comarca. Anésio de Deus conta sobre a participação de seu pai, João de Deus Borralho, nesse episódio. Segundo ele, seu pai havia sido vereador em Cruzeiro e presidia o Partido Social Democrático (PSD), mesmo partido de Lupion, governador em exercício. O prefeito de Cruzeiro do Oeste, Aparício Teixeira D'Avila, por sua vez, pertencia ao Partido Republicano (PR), de oposição ao governador. Para conseguir o intento D'Avila precisava do apoio de lideranças políticas do mesmo partido do governador, e procurou o pai de Deus que, juntamente com vereadores e presidentes do PSD da região, entre eles: Ênio

Romagnoli, presidente do partido em Umuarama; Loires Jakimiu, de Tapejara e Nelson Barbosa, de Alto Piquiri; em reunião que aconteceu em Cruzeiro do Oeste, elaboraram e assinaram um documento apoiando a sua criação.

Anésio de Deus conta também que entre os integrantes do grupo havia alguns que queriam ter direito a indicar pessoas para cargos na administração municipal em troca do apoio. Isso teria gerado um desentendimento, "quase que o pau quebrou", conta ele, "mas ficou só na ameaça". Após os ânimos se acalmarem um dos líderes foi nomeado para ir a Curitiba e levar a reivindicação ao governador, que então criou a Comarca de Cruzeiro do Oeste. "Foi assim, através do entendimento e empenho de todos os vereadores e presidentes de partidos que conseguiram a aprovação", concluiu.

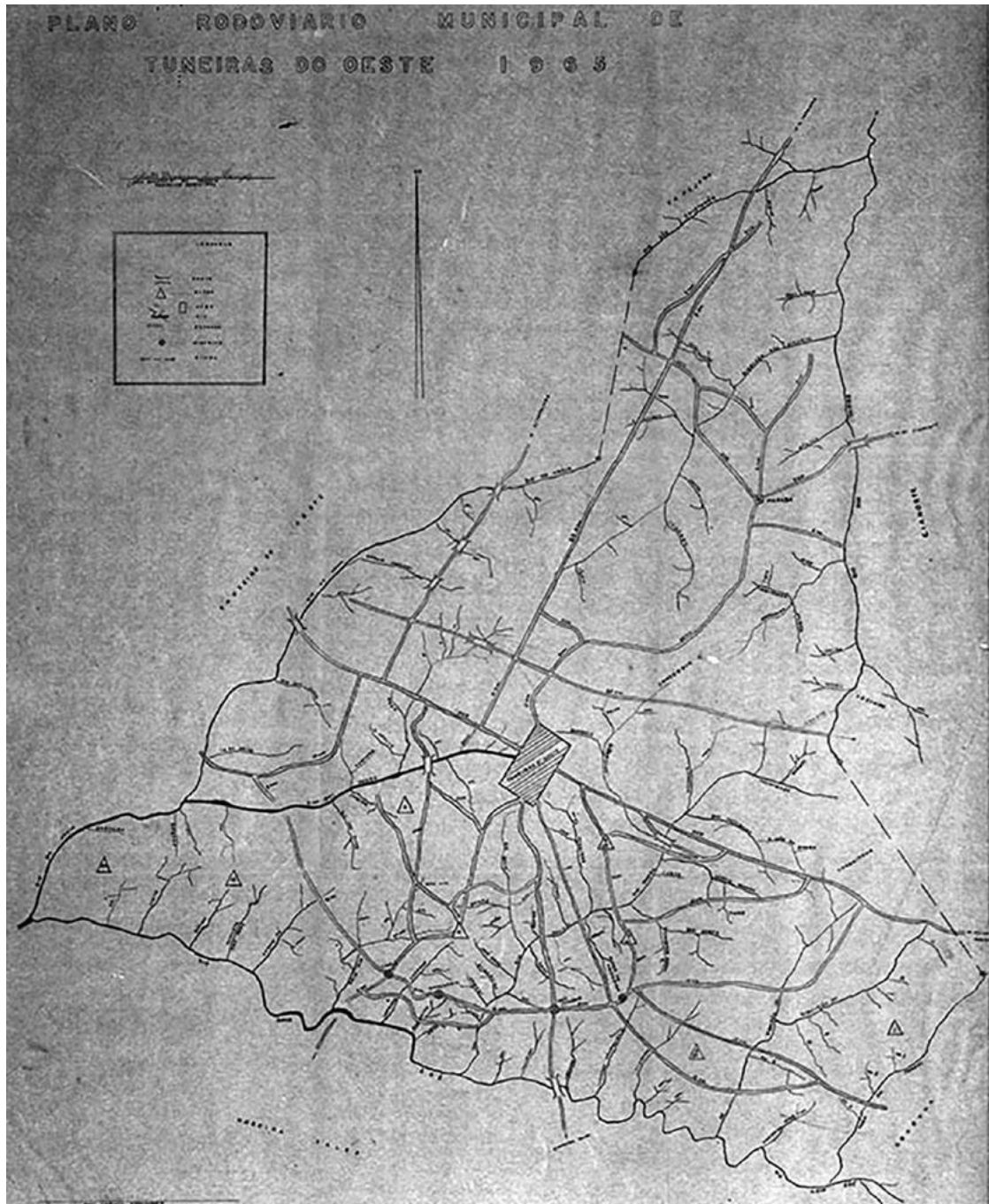
A criação da comarca de Cruzeiro do Oeste abriu caminho para a demanda dos tuneirenses, que com o empenho dos representantes e da população junto ao governo do Estado, fez com que Tuneiras fosse elevado a município através da Lei 4245, de 25 de julho de 1960, publicada no Diário Oficial do Paraná, edição nº 119, de 28 de julho de 1960. Passou então a ser denominada Tuneiras do Oeste, para que seu nome não fosse confundido com outros municípios de nomes semelhantes. Com território desmembrado dos municípios de Cruzeiro do Oeste e Cianorte, Tuneiras passou a ter as seguintes divisas:

- 1 - Com o município de Cianorte: - Começa no rio dos Índios, na foz de seu afluente à margem esquerda denominado São Cristóvão, sobe o rio dos Índios até a foz do córrego Hervalzinho;
- 2 - Como município de Araruna: - Começa na foz do córrego Hervalzinho, no rio dos Índios, sobe por este até a foz do córrego Adelaide, e este até a sua cabeceira, donde em reta por uma linha seca alcança a cabeceira do ribeirão Toneti, pelo qual desce até a sua foz no rio Goioerê;
- 3 - Com o município de Moreira Sales: - Começa na foz do ribeirão Toneti no rio Goioerê, desce por este até a foz do rio da Areia;
- 4 - Com o município de Cruzeiro do Oeste: - Começa no rio Goioerê, na foz com o rio da Areia, sobe por este até a sua cabeceira, onde em reta por uma linha seca, alcança a cabeceira de seu contravertente denominado afluente São Cristóvão, pelo qual desce até a sua foz no rio dos Índios. (DIÁRIO OFICIAL DO PARANÁ, 1960, p. 6).

O distrito de Tuneiras era composto pela Gleba 2, 3, 4, 19 e 20 da Colônia Goioerê; parte de terras da Colônia Tapejara; além das glebas Patrimônio Marabá e Patrimônio Tuneiras, estas pertencentes à Companhia Melhoramentos Norte do

Paraná (CMNP). Com a elevação a município, foi anexada a seu território a gleba 1, da Colônia Goioerê, que pertencia a Cianorte.

Figura 14 - Mapa de Tuneiras do Oeste e sua área territorial em 1960



Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geografia (1961)

Nos anos seguintes à emancipação política de Tuneiras, foram criados os distritos de Aparecida do Oeste, pela Lei 230 de 29 de dezembro de 1961, conforme

publicação do Diário Oficial do Paraná, edição nº 243, de 06 de janeiro de 1962; e o distrito de Marabá, pela Lei nº 53, de 11 de dezembro de 1962, publicada no Diário Oficial do Paraná, edição nº 247, de 05 de janeiro de 1963.

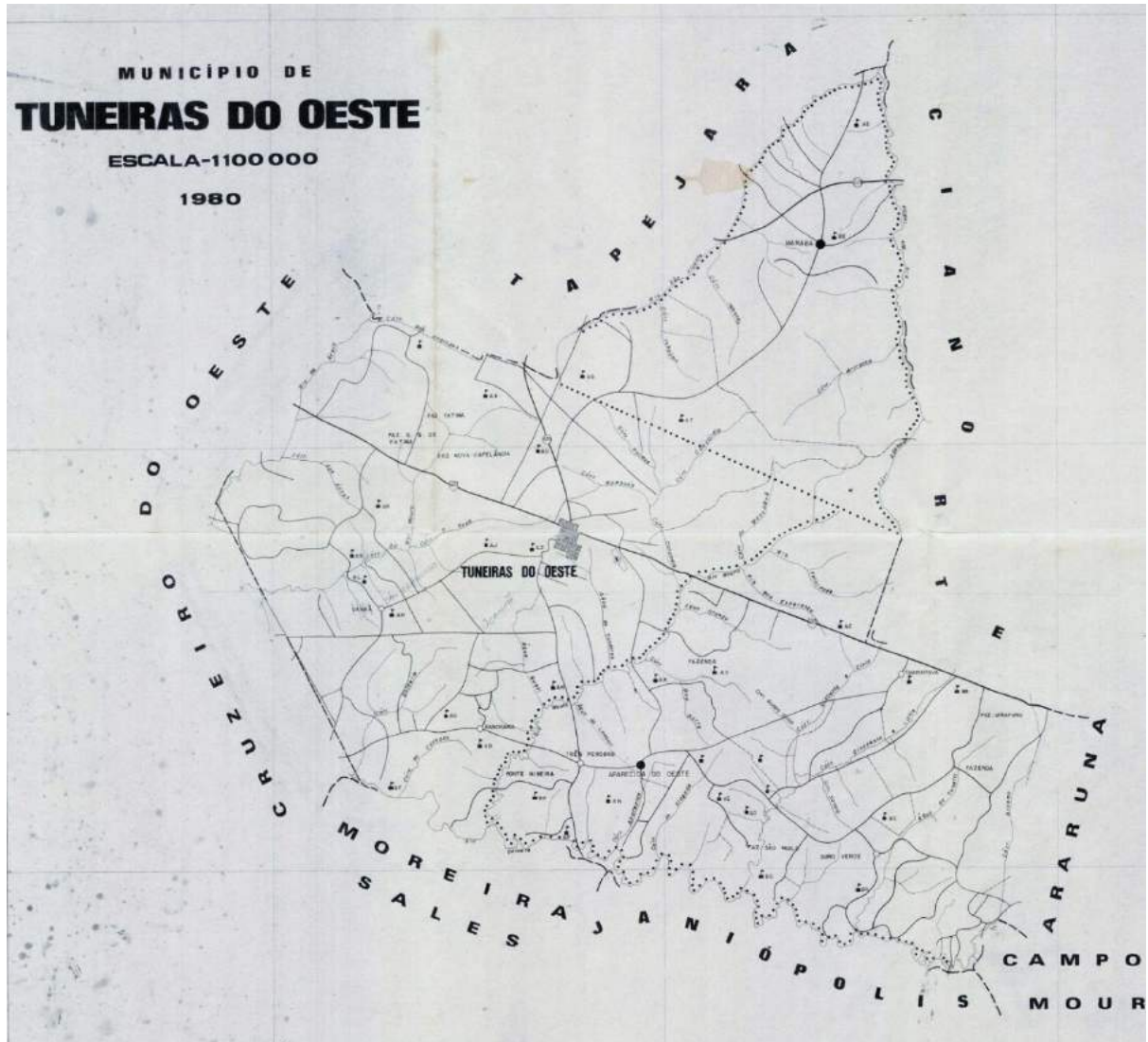
O distrito de Aparecida do Oeste ficou com a gleba 1 da colônia Goioerê, que pertencia anteriormente ao município de Cianorte, e a parte que vai do limite daquela gleba até o rio Mouro da gleba 2 da Colônia Goioerê.

O Distrito de Marabá, por sua vez, compreende toda a área ao norte da BR 489, onde estão as glebas Patrimônio Tuneiras, Patrimônio Marabá e a parte da gleba 1, da Colônia Tapejara, pertencente naquela época ao município de Cruzeiro do Oeste.

Em 1963 foi criado o município de Tapejara com terras de Cruzeiro do Oeste e de Tuneiras do Oeste pela lei nº 4.738, de 05 de julho de 1963, conforme publicação do Diário Oficial do Paraná, edição nº 102, de 06 de julho de 1963. Com isso Tuneiras perdeu a faixa de terras que estava compreendida entre os rios São Vicente e São Cristóvão.

Com a Resolução nº 1, de 23 de dezembro de 1964, publicada no Diário Oficial do Paraná, edição nº 256, de 14 de janeiro de 1965, que autorizou a realização de plebiscito nas glebas 19 e 20, do núcleo de Goioerê, o município de Tuneiras do Oeste perdeu as glebas citadas para o município de Cruzeiro do Oeste.

Figura 15 - Mapa de Tuneiras do Oeste com sua área em 1980



Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geografia (1980)

Após todas essas modificações o memorial do município de Tuneiras do Oeste ficou com os seguintes limites e confrontações, conforme o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) (Figura 15):

1 - Com o município de Cianorte. Inicia na foz do rio São Vicente no rio dos Índios, sobe por este até a foz do córrego Adelaide, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta na direção geral Sudeste no sentido à cabeceira da água do Tonete até encontrar a estrada Boiadeira - PR 487.

2 - Com o município de Araruna. Inicia na estrada Boiadeira - PR 487, no ponto em que esta é atingida por linha seca e reta que vem da cabeceira do córrego Adelaide,

deste ponto segue por linha seca e reta na direção geral Sudeste até encontrar a cabeceira da água do Tonete, desce por este até sua foz no rio Goioerê.

3 - Com o município de Farol. Inicia na foz da água do Tonete no rio Goioerê, desce por este até a foz do rio Riozinho.

4 - Com o município de Janiópolis. Inicia na foz do rio Riozinho no rio Goioerê, desce por este até a foz do rio Água Grande.

5 - Com o município de Moreira Sales. Inicia na foz do rio Água Grande no rio Goioerê, desce por este até encontrar a divisa entre as glebas 4 e 19 da Colônia Goioerê.

6 - Com o município de Cruzeiro do Oeste. Inicia no encontro do rio Goioerê com o divisa da gleba 19 com as glebas 4 e 3 da Colônia Goioerê, Marco de Divisa (MD) nº312.2781-3, segue por esta divisa na direção geral Noroeste passando pelo MD nº 313.2781-3, até encontrar o rio da Areia, MD nº314.2781-3, sobe por este até a foz do córrego dos Andrades.

7 - Com o município de Tapejara. Inicia no rio da Areia na foz do córrego dos Andrades, sobe por este até sua cabeceira, MD nº311.2781-3, deste ponto segue na direção geral Sudeste por linha seca e reta até encontrar a cabeceira do rio São Vicente, MD nº310.2781-3, desce por este até sua foz no rio dos Índios.

3.4 Esvaziamento Populacional

A movimentação de pessoas, cavaleiros e carroças pelas estradas e ruas, criaram na imaginação da população uma dimensão bem maior de sua população, conforme Carvalho, Bovo e Tows (2012):

O professor Wilson Sidinei da Silva, em entrevista, relata que a cidade de Tuneiras do Oeste, após seu desbravamento e fundação, chegou a contar com uma população equivalente a 30 mil habitantes por volta de 1960 até 1965. O objetivo dessa população que se deslocava dos demais estados era obter terras, e o município possuía terras férteis e baratas no período (CARVALHO, BOVO e TOWS, 2012, p. 15).

Em 1961, através do Decreto nº 79 de 26 de outubro, foi criado no Ministério da Indústria e Comércio o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), sediado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi encarregado do planejamento e da execução do programa de equiparação da produção brasileira de café com a demanda nacional e internacional. Uma das

medidas tomadas nessa direção foi promover a eliminação de dois bilhões de pés de café, e o principal alvo eram os cafezais de localidades menos produtivas, como era o caso de Tuneiras do Oeste. O município estava sujeito a constantes geadas, de menor ou maior intensidade e seu solo não era propício para esse tipo de cultura. O solo da região, o Arenito Caiuá - formação Goio Erê, é arenoso e necessita de correção e adubação, pois acontece o esgotamento do húmus natural do solo, que é uma matéria orgânica resultante da decomposição de folhas depositadas no solo assim como de plantas mortas e seus subprodutos, no tempo em que era tudo floresta. Como a adubação não era feita pelos proprietários que nem tinham, até então, incentivos governamentais para isso, a produtividade foi reduzida consideravelmente o que a tornava inviável financeiramente.

Substância escura, uniforme com consistência amanteigada e aspecto de massa amorfa, rica em partículas coloidais, proporcionando a esse novo material formado propriedades físicas, químicas e físico-químicas inteiramente diferentes da matéria-prima original. A essa substância dá-se a denominação de húmus (KIEHL, 1985, p. 24 e 25).

Prova de que o tipo solo (arenito), não era o problema maior, está na publicação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A, em comemoração os seus cinquenta anos de existência (CMNP, 1977). Essa publicação detalha pesquisas realizadas em 600 cafeeiros escolhidos entre 42.000 pés de um talhão, por um período de seis anos, de setembro de 1974 a setembro de 1980, na Fazenda Tuneira, cuja sede é Tuneiras do Oeste.

Figura 16 – Evolução da população de Tuneiras do Oeste - 1960,1970 e 1980



Fonte: IBGE (Censos demográficos de 1960, 1970 e 1980). Organizada pelo autor (2019).

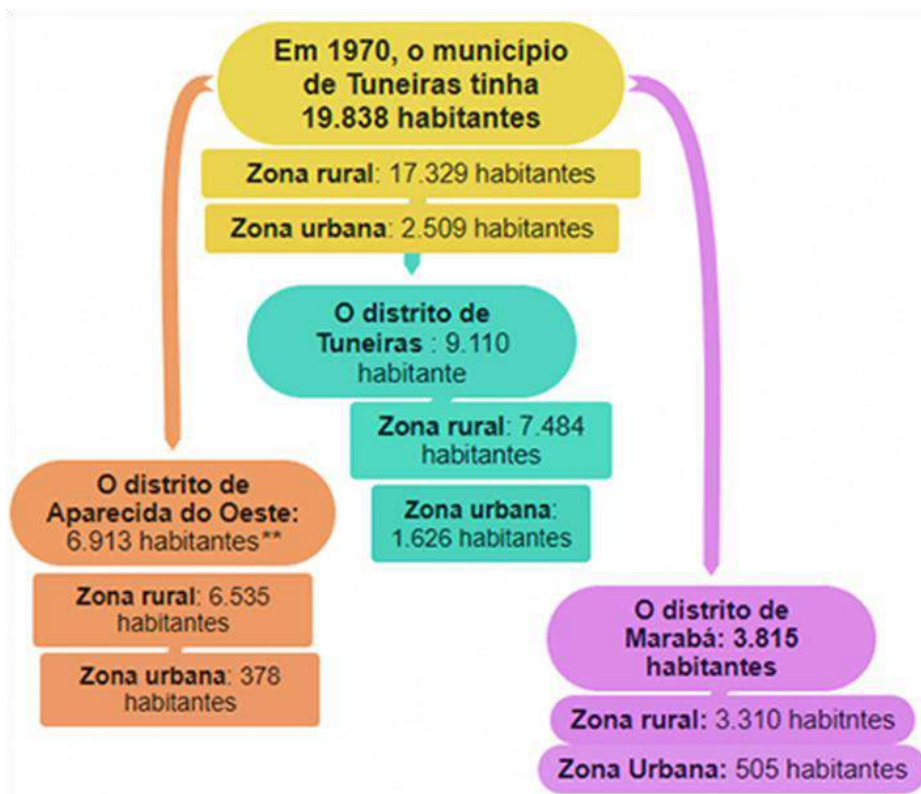
Os censos demográficos dos anos de 1960 e 1970 mostram que houve uma estagnação da população de Tuneiras, com uma ligeira diminuição que se acentua e apresenta forte redução no censo de 1980.

Tabela 2 - População do município Tuneiras no ano de 1970

	População Total	Rural	Urbana
Distrito de Tuneiras	9.110	7.484	1.626
Distrito de Aparecida do Oeste	6.913	6.535	378
Distrito de Marabá	3.815	3.310	505
Total do Município	19.838	17.329	2.509

Fonte: IBGE (Censo demográfico de 1970). Organizada pelo autor (2019).

Figura 17 - População Rural e Urbana de Tuneiras e seus distritos (1970)



Fonte: IBGE (Censo demográfico de 1970). Organizado pelo autor (2019).

Os censos demográficos dos anos de 1970 em diante mostram a população do município de Tuneiras (rural e urbana) distribuída entre os seus distritos.

Tabela 3 - População do município de Tuneiras no ano de 1980

	População Total	Rural	Urbana
Distrito de Tuneiras	6.570	4.378	2.192
Distrito de Aparecida do Oeste	4.092	3.531	561
Distrito de Marabá	1.713	1.163	550
Total do Município	12.375	9.072	3.303

Fonte: IBGE (Censo demográfico de 1960). Organizada pelo autor (2019).

O projeto do Governo Federal, implementado no Instituto Brasileiro do Café (IBC) através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), foi realizado em duas etapas. A primeira etapa ocorreu entre junho de 1962 e julho de 1966, pagava Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) por pé eliminado e, dos dois bilhões de cafeeiros previstos no programa, somente 36% (trinta seis por cento) foram arrancados até 1965/66 conforme Kohlhepp (2014). Na segunda etapa o pagamento seguia uma tabela regional. Pagava-se em média NCr\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos de cruzeiros novos) por pé eliminado, cerca de quatro vezes a mais do que no primeiro programa (KOHLHEPP, 2014).

Considerando os dois períodos foram eliminados aproximadamente 1,4 bilhões de pés de café, ou seja, aproximadamente 70% (setenta por cento) da meta. O GERCA calcula que, além dos seus programas, aproximadamente 350 milhões de outros cafeeiros foram erradicados paralelamente, praticamente atingindo a meta estipulada em 1962.

Entre os anos de 1962 e 1967, o Paraná eliminou os cafezais em 307 mil hectares de terras, correspondendo a 36% de sua plantação. A maior parte dessas terras foi transformada em pastagens, ação influenciada pelo alto preço do gado de corte especialmente na região do arenito. Essas terras eram impróprias para o cultivo da soja, lavoura que iria iniciar a sua expansão a partir dos anos de 1970 nas regiões de basalto, conhecida popularmente como "terra roxa". A soja viria a ser o maior produto agrícola cultivado no Brasil para atender as imposições do mercado internacional.

Esse foi o início de um grave problema social, parte da população empregada na cultura do café ficou sem trabalho e renda, e aos poucos foram migrando para outras unidades da Federação.

No Estado do Paraná, o aspecto de maior significação foi a grande redução do ritmo de crescimento da população que passou de uma taxa média geométrica anual de 4,98, na década de 1960, para 0,96, na década de 1970. Tal redução é indicativa de uma expressiva evasão populacional (IBGE, 1980).

Segundo o mesmo censo de 1980 do IBGE, Tuneiras, que tinha 19.838 habitantes em 1970, viu sua população ser reduzida para 12.290 habitantes em 1980, conforme descrito nos gráficos.

Na transição da monocultura do café para o gado de corte houve um aumento do plantio de algodão, principalmente. Além do algodão, em menor escala aumentou-se a plantação de mandioca, amendoim e hortelã, culturas que também necessitavam de uma boa quantidade de mão de obra. Porém, no final da década de 1980, dois fatores tornaram o algodão estrangeiro mais barato do que o nacional, fazendo com que o país passasse de exportador para importador: a) a retirada das barreiras tarifárias de importação em uma época de elevados estoques mundiais; b) a internacionalização das condições de financiamento (prazos e juros) para a compra de produtos no mercado internacional, conforme publicação da revista *Informações Econômicas* de 1997 - "Crise do algodão brasileiro pós-abertura dos anos 90 e as condições da retomada da expansão em bases competitivas". "Os juros internos de 25% a.a (vinte e cinco por cento ao ano), contra os externos de 7% a.a. (sete por cento ao ano), e prazos de pagamento de até 360 dias".

Dado esse cenário, a população local de Tuneiras continuou reduzindo. O número de pessoas apontado pelo censo de 1990 havia diminuído para 11.460 habitantes, e no ano 2000 eram 9.012 habitantes, conforme censos demográficos do IBGE para os períodos.

Após a readequação do número de cafeeiros, o programa GERCA, já especificado, instituiu outros programas de revigoração da cafeicultura, como o de aquisição de adubo e inseticidas, além de programas denominados Recepa e Decote.

Recepa – É uma poda drástica, realizada a aproximadamente 30 cm do solo (poda baixa) ou 60 cm do solo (poda alta), que praticamente elimina a parte aérea. Recomenda-se para casos extremos (...)

Decote – É uma poda alta, que elimina a parte superior da copa do cafeeiro a uma determinada altura, variável com o manejo desejado da lavoura. Tem como objetivo recuperar a parte superior. (THOMAZIELLO, 2013, p. 35).

Segundo Jair Alarcão, que na época era encarregado da carteira de crédito rural do Banco do Estado do Paraná S/A em Tuneiras, apesar do êxito e dos inúmeros benefícios conseguidos pelo programa, o que mais chamou a atenção e ocupou as manchetes da imprensa nacional, foi a corrupção no programa. Falava-se do chamado "jeitinho brasileiro": produtores rurais e empresas revendedores de fertilizantes se uniram para desviar verbas de sua finalidade e "adubar" seus próprios bolsos. Segundo Alarcão, o Governo Federal, pagava 40 por cento do valor do adubo adquirido pelo produtor. A fraude acontecia porque os produtores e os cerealistas vendedores faziam um conluio para desviar o dinheiro, da seguinte forma: o produtor fazia o financiamento no banco e se propunha a comprar (hipoteticamente) em dinheiro de hoje 100 mil reais em adubo. Porém ele ou comprava uma quantidade menor, ou nem comprava o adubo. A cerealista, empresa vendedora, emitia a nota dos 100 mil reais, o Governo pagava ao banco os 40 mil reais referente aos 40 por cento do programa, e o produtor e o vendedor dividiam os valores da compra não realizada.

Conforme Alarcão, a fraude foi descoberta porque os cerealistas fraudavam também as notas fiscais. Na via que era destinada ao banco constavam os 100 mil reais, nas demais que eram enviadas ao fisco, os valores eram bem menores, como 100 reais apenas.

Para os cafezais atingidos pelas geadas em 1975 o Governo Federal criou o Programa de Subsídios ao preço de fertilizantes para a recuperação do solo, cuja regulamentação foi feita através da Circular nº 249, de 14 de abril de 1975 do BACEN (MELO, 1975).

O Banco Central acabou descobrindo inúmeros casos de fraude em todo o país, e as empresas revendedoras e os agricultores ficaram impedidos de operar com os bancos, que recebiam as relações dos nomes das dezenas e dezenas de empresas e agricultores envolvidos no escândalo. Na operação o banco era obrigado a creditar o valor diretamente na conta da empresa cerealista vendedora do fertilizante, não liberava diretamente na conta do agricultor tomador do crédito. O Banco Central puniu rigorosamente os infratores, tanto as empresas quanto os agricultores, e os

agricultores ficaram com o maior prejuízo. Além de não corrigirem o solo de sua propriedade, ficaram impedidos de fazer novos financiamentos e responderam perante a lei pelos desvios praticados.

Há outros aspectos a ressaltar dentro daquela conjuntura, com destaque à degradação do meio ambiente causada pelo abrupto desmatamento. Houve uma opção pelo desenvolvimento econômico em detrimento à preservação ambiental, e a natureza trouxe a conta do seu desprezo: houve interferência na distribuição das chuvas; aumento das temperaturas; redução da umidade, da qualidade do solo e da polinização das plantas; e aumento das pragas nas lavouras. O que se viu concretamente no município e região, de forma dramática, foram as erosões causadas pelo tipo de exploração sem manejo do solo, o que permitiu que as enxurradas das chuvas mais intensas levassem grande parte das terras e seus nutrientes. Grandes voçorocas engolindo trechos de estradas e ruas, assoreando córregos e quase determinando a extinção de alguns riachos menores. Riachos que anteriormente eram piscosos, com lugares mais profundos que permitiam um banho de rio, hoje não passam de um fio de água tímido, insistindo em se manter vivo.

O fim do sistema de trabalho em parceria na região tornou as relações trabalhistas ainda mais precárias, trazendo mais exclusão social para parte da população rural. Foi nessa época que surgiram os boias-frias. Eles não tinham vínculo empregatício, moravam nas periferias das cidades e eram conduzidos às lavouras onde iam prestar seus serviços sem um mínimo de segurança, na carroceria de caminhões e camionetas.

Outras pessoas não encontravam mais emprego em seu local de moradia e, por isso, migraram para as médias e grandes cidades em busca de oportunidades. Esses acabaram se transformando em mão de obra barata para o comércio, a construção civil e as indústrias de todo tipo.

Não havia cooperativas ou associações de defesa de agricultores e demais trabalhadores em Tuneiras. Apenas o sindicato dos trabalhadores rurais é que oferecia certa resistência aos abusos cometidos, mas atuava mais na promoção social; conseguiram, por exemplo, construir e assegurar o funcionamento do único hospital do município por décadas. Essa falta de uma organização maior dos agricultores, no entanto, não impediu que cinco dos seis primeiros prefeitos eleitos do município fossem provenientes da zona rural, sendo que os dois primeiros só

transferiram a sua residência para a cidade ao assumirem seus mandatos - os demais já residiam na cidade antes de serem candidatos e, entre esses, dois dedicavam seu tempo todo às suas propriedades rurais.

A transformação das chácaras e pequenas propriedades rurais em grandes fazendas de gado e, posteriormente, em fazendas de plantação de cana, contribuiu para o esvaziamento populacional e o empobrecimento local, pois as fazendas eram os locais de residência das famílias, de seus proprietários e empregados - os porcentageiros. Com a venda das propriedades, os pequenos proprietários foram procurar oportunidades em outras cidades e até em outros estados brasileiros; os porcentageiros, ao perderem o vínculo empregatício, migraram para as periferias das próprias cidades, passando à categoria de "boias frias" ou seguiram para outras localidades.

Atualmente, a grande maioria dos médios e grandes proprietários rurais são moradores de outras cidades e até de outros estados. Eles exploram as propriedades locais com um mínimo de mão de obra possível e transferem seus lucros para o local onde residem - uma lógica que se assemelha à lógica das grandes empresas multinacionais mundiais.

3.5 ESTRADA BOIADEIRA, UM SONHO AINDA NÃO PLENAMENTE REALIZADO

Oficialmente denominada BR-487, a Estrada Boiadeira deveria ter sido fundamental para levar o progresso para a região, por ser a principal ligação de Tuneiras com a capital e o litoral do Paraná, e com o Estado de Mato Grosso. Mas acabou sendo um dos grandes entraves para o desenvolvimento de Tuneiras do Oeste.

Sua idealização vem desde o Governo Imperial, que após a Guerra do Paraguai passou a preocupar-se ainda mais em integrar o Estado do Mato Grosso ao mercado nacional, como descreve Domingos Nascimento em "Pela Fronteira" (1903). Nessa obra, premiada em concurso pela Sociedade de Agricultura do Paraná, o autor relata na íntegra uma matéria de autoria de Luiz Cleve veiculada no jornal denominado Guarapuavano cujo título é "Estrada estratégica Guarapuava - Mato Grosso". A matéria aborda discussões sobre qual seria o melhor traçado para se construir a citada estrada, e as opiniões se dividiam entre seguir pelos vales dos rios Iguaçu e Piquiri ou

pelo Ivaí. Essa ideia de se construir uma estrada ligando o Paraná ao Mato Grosso vinha sendo ventilada desde 1865, por engenheiros como os irmãos Rebouças, Beaurepaire Rohan, Pimenta Bueno, Jeronymo Jardim e de Moraes, entre outros. A matéria também deixava claro que todos concordavam em um ponto: a urgência de sua construção.

O texto segue afirmando que em 1867 o engenheiro Francisco Tourinho apresentou ao governo um plano para a construção da estrada baseado em um estudo feito pelo engenheiro Antonio Rebouças. Em 1871 o Governo Imperial concedeu ao Visconde de Mauá e outros uma autorização para efetuar estudos de viabilidade para se construir uma via férrea de Curitiba à Miranda, no estado de Mato Grosso, intercalando com uma também futura navegação do rio Ivaí no Paraná, obras que estimulariam o comércio interno e também internacional. Após essa primeira fase, negociações com os países vizinhos poderiam ser iniciadas. A construção de uma estrada de ferro transcontinental que ligaria o porto de Paranaguá ao porto de Isaly no Peru, ligando assim os oceanos Atlântico ao Pacífico, seria discutida.

Nascimento (1903) ressalta que naquele tempo nada ou muito pouco se sabia sobre os rios que cortavam o território paranaense. Não se conhecia nem o próprio território com profundidade. As informações iniciais baseadas nos relatos dos sertanejos e aventureiros não haviam sido comprovadas e, além delas, existiam vários boatos disseminados em Guarapuava sobre as condições de navegabilidade dos rios Piquiri e Iguaçu. O autor comenta ainda sobre inúmeros benefícios que este empreendimento traria para a região, revelando inclusive que o já mencionado Luis Cleve teria apresentado um projeto de povoação no vale do rio Paraná (NASCIMENTO, 1903). A partir dessa explanação o próprio autor do livro passa a fazer outras considerações, praticamente no mesmo sentido.

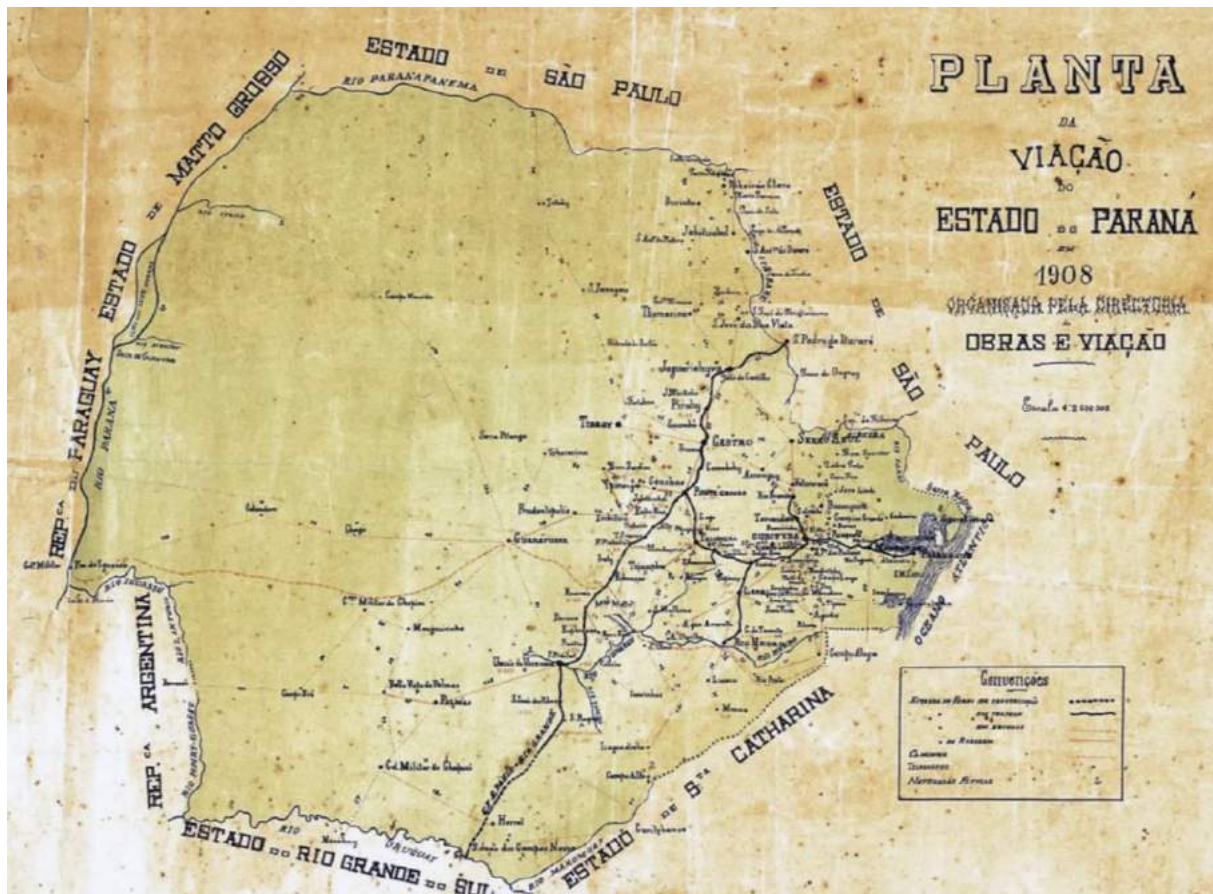
As opiniões sobre o traço preferível para levar uma via estratégica ao Mato Grosso são ainda hoje, como sempre foram muito divididas. Desde 1865, após a invasão praticada pelas hostes de Lopez, a ideia de ligar a remota província por uma boa via de comunicação aos centros mais populosos do Brasil foi ganhando terreno, distinguindo-se entre os engenheiros que tratavam do assunto os irmãos Rebouças, Beaurepaire Roban, Pimenta Bueno, Jeronymo Jardim, E de Moraes, e outros; claro está conquanto todos se achassem de acordo sobre a urgência da construção de uma modesta estrada de rodagem ao Mato Grosso (NASCIMENTO, 1903, p. 191).

Em 1910 a firma Colle, Weiss & Cia ganha a concessão do Estado para construir a estrada Paraná - Mato Grosso. Edmundo Mercer foi contratado para o trabalho. Em 01 de abril de 1910 ele organizou e escolheu uma "turma de homens decididos e afeitos à vida do mato" (MERCER, 1978, p. 160), um total de trinta homens sob o comando do dr. Santiago Colle, titular da firma concessionária. No dia primeiro de maio do mesmo ano, o Dr. Colle retorna à Curitiba e Mercer assume o comando total do empreendimento. Segundo o autor, em 01 de junho de 1912 eles chegam à barranca do Rio Paraná, concluindo assim a empreitada, um "picadão" por onde poderiam passar os cavaleiros em toda a sua extensão (MERCER, 1978).

O jornalista e escritor Silvestre Duarte em seu livro "Campo Mourão: da saga dos Pereira ao Eldorado do Paraná (1897 - 1963)" comenta sobre os vários picadões que foram abertos pelo vale entre os rios Ivaí e Piquiri, as aventuras da construção do picadão que depois ficou conhecido como Estrada Boiadeira, assim como os projetos frustrados como o de Carlos Thaty (DURTE, 2018).

Em um dos mapas da Coletânea de Mapas Históricos do Paraná do ITCG, de 1908, aparece um ponto negro no rio Paraná. Edmundo Alberto Mercer (1978, p. 89) esclarece que aquele pontinho marca o local do Porto Xavier, que fora assinalado pelo Governo do dr. Xavier da Silva como sendo o limite final, que fazia parte do traçado da estrada no contrato a ser celebrado com os interessados no empreendimento, o que confirma que na sua trajetória a Boiadeira passava por onde hoje é Tuneiras do Oeste.

Figura 18 - Mapa de 1908, onde aparece o traçado da Boiadeira e o ponto do Porto Xavier

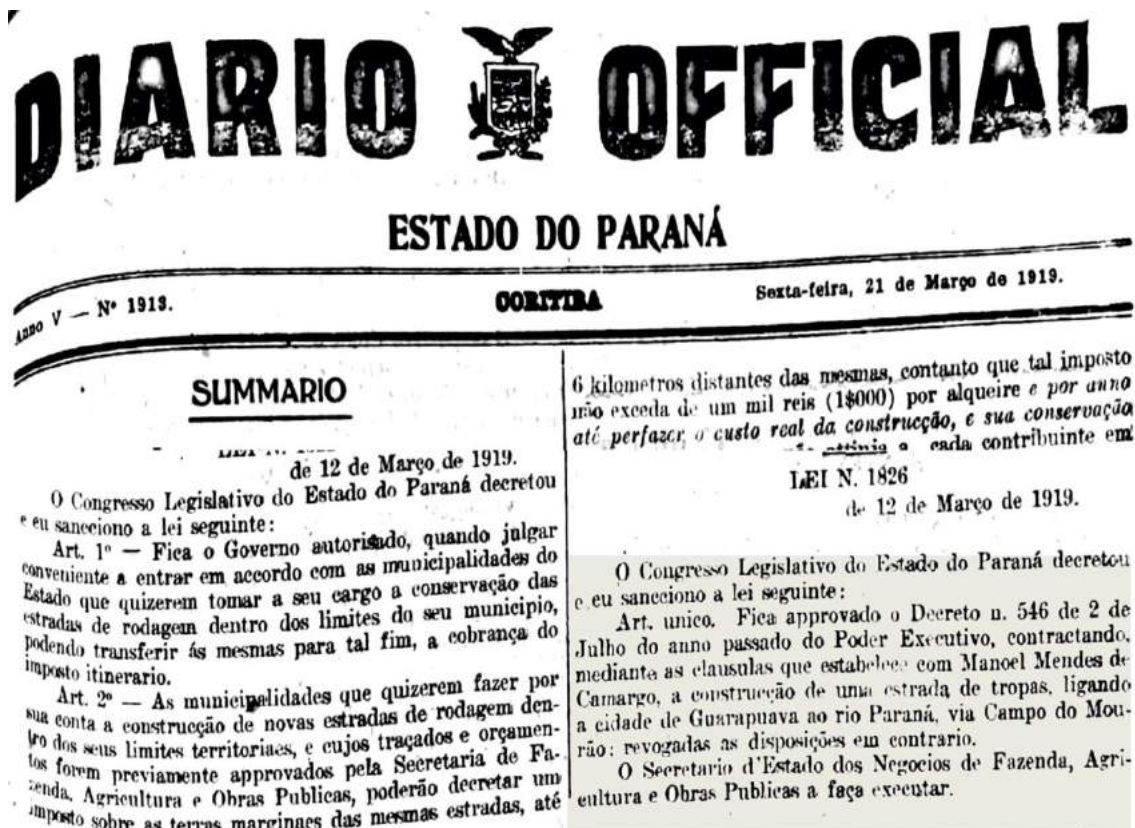


Fonte: ITCG - Coletânea de mapas históricos do Paraná.

Em 1918, o comerciante e agropecuarista guarapuavano Manoel Mendes de Camargo obteve a concessão para o avanço e melhorias na construção do "picadão" que ligava Guarapuava ao Rio Paraná, passando por Campo Mourão. Ele contratou o mesmo agrimensor, Edmundo Alberto Mercer, para retomar o trabalho que havia executado anteriormente. Em setembro de 1918 Edmundo Alberto Mercer chega ao Rio Paraná e o "picadão" que antes tinha sido construído para a passagem dos cavaleiros estava agora ampliado e se tornara carroçável, isto é, dava para passar uma carroça.

Em seguida, nos primeiros dias de outubro do mesmo ano Mercer segue viagem para o Mato Grosso através do rio Amambai "que deságua exatamente em frente ao porto" - porto que Mercer (1978, p.91) afirma ser certamente o porto Xavier. É interessante ressaltar que só no ano seguinte o Congresso Legislativo do Estado do Paraná, através da Lei nº 1.826 de 12 de março de 1919, aprovou o decreto nº 546 de 02 de junho de 1918, que concedera a concessão de 1918.

Figura 19 - Cópia da lei nº 1.826 publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Essas informações deixadas por aquele que construiu o "picadão" deixam claro que eles passaram pelas terras do futuro município de Tuneiras do Oeste no deslocamento de Campo Mourão até as barrancas do rio Paraná. Uma das explicações sobre a origem do nome do município de Cruzeiro do Oeste é a seguinte:

Há também, a versão do desembargador Edmundo Mercer Junior, a origem do nome Cruzeiro do Oeste estaria ligada ao fato de existir neste local uma cruz, onde fora enterrado um dos picadeiros que acompanhava a expedição que viera para demarcar a Estrada Boiadeira, chefiada por seu pai, Edmundo Mercer (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE – PR, 2019).

Para diversos escritores que pesquisaram a Estrada Boiadeira, entre eles Silvestre Duarte (2019), a Estrada foi um empreendimento frustrante. Os bois chegavam exaustos aos Campos Gerias, pelo desgaste de atravessar a rude floresta. Não havia locais apropriados para o descanso e a alimentação dos animais durante o deslocamento. Após algumas viagens a Boiadeira foi abandonada, dando razão aos

primeiros moradores de Tuneiras que afirmam que quando eles chegaram ali a Boiadeira não existia.

Conforme Wachowicz (1939), o Porto São José ficava no extremo ocidental da picada, por onde atravessavam as boiadas vindas do Mato Grosso com destino à Guarapuava e outras cidades. Inicialmente essa travessia ocorria no Porto Xavier da Silva ou Porto Camargo, abaixo da foz do rio Ivaí, mas como o Porto São José se tornou mais viável, o Porto Camargo foi abandonado.

Era o Porto São José, o extremo ocidental da picada que demandava de Guarapuava, passando por Campo Mourão. Era no Porto São João - margem matogrossense - que atravessavam as boiadas de Mato Grosso destinadas à Guarapuava e outras cidades paranaenses. Inicialmente a travessia dessas tropas ocorria pouco abaixo da foz do Ivaí, ou seja, Porto Xavier da Silva ou Porto Camargo. Como o Porto São José revelou-se mais conveniente, o Porto Xavier foi abandonado pelo Loide Paranaense, que o utilizava como ponto de abastecimento, o terminal da picada procedente de Guarapuava, passou para o Porto São José (WACHOWICZ, 1939, p. 87-88).

Wachowicz (1939) ainda descreve que a cavalaria da Coluna Tenentista seguiu pela Boiadeira em direção a Campo Mourão e dobrou à direita na altura do rio Ivaí, em direção ao Porto Camargo (Xavier da Silva). Naquela época esse porto praticamente não era utilizado e uma expedição ornitológica que passou ali em 1923, assim o descreve: “(...) encontramos um quadro de completo abandono (...). Um calendário folhinha que se encontrava no interior do rancho acusava que o dito porto havia sido abandonado no fim de 1921” (WACHOWICZ, 1939, p. 88).

do Paraná (DER), Saul Raiz, e dos prefeitos de Campo Mourão e Tuneiras do Oeste, Milton Luiz Pereira e Antônio Dias Gama, respectivamente.

Figura 21 - Trecho da página do livro "A construção de uma cidade" (2016)

Apesar do abandono, o governo do Estado fez inaugurar o trecho Campo Mourão a Tuneiras do Oeste, com expressivas melhorias, em 21 de abril de 1964. O ato inaugural contou com a presença do diretor de Departamento de Estradas e Rodagem (DER), Saul Raiz; do prefeito de Campo Mourão, Milton Luiz Pereira; Antônio Dias Gama, prefeito de Tuneiras do Oeste e de outras autoridades. Existia, até o final da década de 1980, um totem de madeira, com uma placa de bronze nas proximidades da atual Rodoviária de Campo Mourão, marcando o acontecimento.

Fonte: SANTOS JÚNIOR (2018)

O novo projeto da estrada Boiadeira baseado nos anteriores aqui relatados traçou uma linha reta, ligando Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, passando por Tuneiras - um exemplo de como deve ser uma rodovia, sem os absurdos que se vê em nossas rodovias repletas das criminosas "curvas perigosas", que deveriam envergonhar qualquer engenheiro que se preza desse título.

Sua pavimentação asfáltica ligando o trecho entre os municípios de Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste, passando por Tuneiras, só foi concluída em dezembro de 2017. Até então ela era praticamente intransitável, principalmente em dias de chuva. Considerando o ano da fundação de Tuneiras, 1955, são 62 anos de entrave e frustração para seus moradores.

Para se ter uma ideia, os tuneirenses que quisessem ir à Curitiba tinham que se deslocar até Maringá, dando uma volta considerável. Devido a essa precária situação, as poucas linhas de ônibus que um dia circularam por lá foram desativadas, e a população ficou sem esse serviço de concessão pública imprescindível, principalmente para as populações mais pobres, durante anos.

O jornalista e escritor Wille Bathke Júnior publicou em seu *blog* uma entrevista feita com um morador de Tuneiras, onde descreve o seu drama com a Boiadeira:

Sebastião Rodrigues parou de vender leite por causa do péssimo estado da Boiadeira: “Ouço falar da conclusão desde que cheguei”. Há mais de 20 anos, Sebastião Rodrigues trocou Londrina por um pequeno sítio às margens da BR-487, a cerca de 50 quilômetros de Campo Mourão. Parte da esperança de melhorar a vida da mulher e dos dez filhos estava baseada na possibilidade do asfaltamento da rodovia conhecida como Estrada Boiadeira. Depois de duas décadas no local, o desenvolvimento econômico esperado pelo agricultor de mais de 70 anos não aconteceu. Com isso, nove filhos foram para outras regiões, em busca de boas oportunidades. Mais recentemente vendeu 15 vacas porque o caminhão que transportava leite não conseguia mais entrar na propriedade. “Quando chove, a gente sai de carroça ou a pé. De carro não sai. Tem que esperar quatro ou cinco dias pra secar” (BATHKE, 2011).

Como já citado, esse trecho da rodovia foi concluído e inaugurado em 2017, chamando a atenção da imprensa principalmente regional, mas também da nacional como se ela tivesse sido concluída em sua totalidade. Inclusive em comemoração ao evento foi elaborada uma revista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a manchete "Boiadeira: BR487, sonho que se realiza". Um título bem vago, pois como a rodovia é para ligar até o rio Paraná no Porto Camargo, ela ainda não foi concluída, e, portanto, o sonho ainda está para ser plenamente realizado.

Nascimento (1903), no mencionado livro, ao encerrar o capítulo sobre a urgência em se construir estradas no Estado do Paraná, inclusive a estrada que ligaria o Paraná ao Mato Grosso, parecia prever a morosidade a que estaria sujeita a construção da Boiadeira, ele diz:

Não é possível principiar pelo optimo e pelo perfeito absoluto. Exigir demasiado é correr o risco de permanecer por longos annos no marasmo actual.» E isto o notável e saudoso engenheiro ja dizia, vae para mais de 25 annos! (NASCIMENTO, 1903, p. 216).

Figura 22 - Capa da Revista Estrada Boiadeira 2015



Fonte: UFPR / ITTI (2015).

A Estrada Boiadeira separava as terras que pertenciam ao Estado daquelas que outrora eram da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, com dois projetos distintos de colonização, o do Estado e da CMNP.

3.6 BAIRROS RURAIS E A VIDA NESSAS COMUNIDADES, ANOS DE 1950 - 1970

Nesse período de início dos anos 1950, quando chegaram efetivamente as primeiras famílias para povoar o município de Tuneiras do Oeste, e os anos de 1960 até início de 1970, período objeto deste trabalho, mais de 87% (oitenta e sete por cento) da sua população habitavam a zona rural, conforme censos do IBGE, época marcada por uma intensa atividade e movimentação de pessoas que ali chegaram, desmataram suas terras e foi rapidamente modificando a toda uma paisagem. Para Santos (1994, p. 52), "o lugar abarca uma permanente mudança, decorrente da

própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que estão sempre transformando o espaço geográfico".

Sua floresta foi praticamente dizimada, dando espaço inicialmente ao verde de uma floresta de cafezais. Aonde o olhar conseguia enxergar era o que se via: os cafezais e os trabalhadores espalhados entre as ruas de café, carpindo, desbrotando, enfim, cuidando da sua plantação; na época da colheita eram vistos derriçando, abanando e ensacando o produto. Fazia-se mutirões para finalizar as colheitas, quem primeiro terminava de recolher a sua safra ia ajudar os vizinhos, gratuitamente, como lembra Arnaldo Lanza (2019), que "sabia que poderia contar com os vizinhos em algum momento".

"O espaço é resultado da ação do homem sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais" (SANTOS, 1994, p. 71).

O fato de o município ser composto por pequenas propriedades exploradas no regime familiar, associadas à cultura do café, o que demanda uma considerável quantidade de mão de obra (como já explanado), proporcionava certas aglomerações de casas e uma afinidade entre seus vizinhos.

Nesse alvoroço todo vão se criando os espaços de sociabilidade. Pois isoladamente ninguém resiste aos desgastes de um trabalho tão intensivo, e o convívio social além do familiar é indispensável. A esses espaços seus integrantes vão dando nomes, são os bairros rurais, que em Tuneiras vão sendo nominados de Canaã, Guaraitava, Concórdia e outros, que aos poucos serão aqui identificados.

Encontramos na bibliografia alguns conceitos de bairros rurais na área da geografia e da sociologia, um dos mais significativos e citados está na obra do sociólogo Antonio Candido, "Os parceiros do Rio Bonito". Segundo ele, bairro rural:

Consiste no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega (CANDIDO, 2010, p. 77).

Essas são características encontradas em praticamente todos os bairros rurais tuneirenses. Eu só acrescentaria mais um tópico: o futebol, que estava presente em todos os bairros. Complementando esse conceito, Antonio Candido conclui:

Mas além de determinado território, o bairro caracteriza por um segundo elemento, o sentimento de localidade existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. - "O que é um bairro?" - perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - "Bairro é uma espécie de naçãozinha". - Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras (CANDIDO, 2010, p. 79).

No período estudado, os bairros que foram surgindo em Tuneiras tinham peculiaridades específicas. Alguns surgiam como comunidades das grandes fazendas locais: Gravina, Fátima e Tuneiras. A fazenda Tuneiras pertencia à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e é a maior de todas. Pelo grande número de famílias residentes na fazenda, elas passaram a ser referência e núcleo para toda a redondeza, com seus times de futebol e os jogos aos domingos, que reuniam grande número de pessoas do local e torcedores dos times visitantes.

Os bairros próximos à área urbana, caracterizaram-se pela homogeneidade de local de procedência das famílias e pelo sentimento de pertencimento daquela área. Não havia um local físico de ponto de encontro, a não ser os precários campos de futebol onde aconteciam jogos aos domingos. Com essas características havia os bairros: estrada Glória, Pé de Galinha, Subaqueira e Santa Rosa.

Ressalta-se aqui que é justamente por intermédio dos times de futebol que se consegue ainda hoje mapear a maioria dos bairros. Eles marcaram a memória não apenas dos que ali residiram, mas também do público de fora. Sobre os espaços Santos diz: "o sentimento de pertencimento a um determinado lugar constrói uma introspecção de valores que condiciona o modo de vida dos indivíduos" (SANTOS, 1999, p. 65).

Seguindo uma rota partindo de Tuneiras pela atual rodovia PR-479 que faz ligação com Moreira Sales temos: (a) o Santa Adélia, nome dado em referência a uma propriedade de mesmo nome cuja família proprietária era oriunda da cidade de Santa Adélia (SP); (b) o Arapiraca, que fazia divisa com Santa Adélia, era um bairro onde predominavam migrantes nordestinos. Seu nome, segundo Lanza (2019), é uma referência a um fumo de corda muito famoso na época, por ter uma espessura bem maior do que os normalmente comercializados. Quando se queria mensurar um grande problema alguns dizia "é fumo de Arapiraca!"; (c) o Canaã, nome bíblico, que

se localiza depois do Arapiraca; (d) o São Francisco, que leva nome do santo da capela local, e ficava na divisa com Cruzeiro do Oeste; e deixando a PR 479 e rumando em direção a rodovia que liga a Cruzeiro do Oeste, temos mais três bairros rurais (e) Venda Torta; (f) Altamira; e (g) Fátima.

Dos dois primeiros bairros citados, Santa Adélia e Arapiraca, saíram três prefeitos do município, o que mostra a força do eleitorado da zona rural.

Ao circundarmos o município partindo de Canaã temos os bairros (h) Lavoura e (i) Hortelã (devido à grande quantidade de terras com o plantio dessa erva aromática); depois (j) Santo Amaro, nome do santo da capela local; (k) Quati, nome do rio local; (l) Rancharia; (m) Ponte Preta; (n) Três Perobas; (o) Ponte Mineira; (p) São Paulino, nome do santo da capela local; (q) Ouro Verde, devido às plantações de café; (r) Guaraitava, nome em referência a uma árvore denominada guaritá (ainda hoje tem uma enorme em frente ao colégio local, a Escola Estadual do Campo).

Figura 23 - Vista aérea do Bairro Guaraitava, servido pela BR 487 (Estrada Boiadeira)



Fonte: Google (2019)

Os bairros Canaã, Guaraitava e Ouro Verde possuem pequenas áreas com conjuntos de casas e prédios comerciais que são seus núcleos. No período estudado, esses bairros desenvolviam uma intensa atividade. Era ali que se localizavam as escolas, igrejas e pequenos estabelecimentos comerciais, como vendas, bares, açougue, máquinas de beneficiamento de arroz, cerealista atuando na compra e venda de cereais produzidos na localidade, suprindo assim as necessidades da população local.

Figura 24 - Vista aérea do Bairro Canaã, ao longo da PR-479, que passa por Tuneiras e segue para Moreira Sales



Fonte: Google (2019)

"Morei lá quando o Ouro Verde era uma cidade". Essa declaração de um morador do município retrata bem como era a dinâmica local.

Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social (SANTOS, 1985, p. 2).

O Bairro Guaraitava fica às margens da BR-487, a 16 km de Tuneiras no sentido de quem vai para Campo Mourão. Ele foi estudado em um trabalho acadêmico da área de turismo de Josemara Marques dos Rêis e Juliana Teixeira (2016) intitulado "Festas Tradicionais no Entorno da Estrada Boiadeira no Paraná: um potencial para o turismo rural". As autoras demonstram como a tradição das festas nos bairros rurais de Tuneiras ainda continuam vivas, com a participação ativa da comunidade. As festas acontecem na Capela São Sebastião, onde há um pequeno salão que é somado a uma extensão de bambu coberta com lona, para acomodar os visitantes. O espaço conta com uma diminuta cozinha e um campo de futebol onde é realizado um tradicional torneio de futebol suíço - período em que a população da região quadruplica. No cardápio da festa, que é preparada pelos membros da comunidade, o prato principal é costela assada na brasa. Cinquenta por cento dos ingredientes são arrecadados através de doações das pessoas da comunidade e de comunidades vizinhas, enquanto os outros cinquenta por cento são adquiridos pela Igreja. Além do

torneio de futebol outra grande atração é o baile e a eleição da Miss Simpatia de Guaraitava.

Figura 25 - Foto de moradoras do Bairro Guaraitava, na panificação de pães e bolos



Fonte: RÊIS e TEIXEIRA (2016).

Entre o distrito de Marabá e Tuneiras estão os bairros Venda São Paulo, Concórdia e Fazenda Tuneiras (já especificado). Na divisa com Tapejara havia o bairro Ricassolo, que levava o nome de uma empresa de fertilizante paranaense.

O bairro Concórdia, localizado em área que pertencia a CMNP, recebeu esse nome conforme planejamento da Companhia (que utilizava o nome do rio que banhava o local para por o nome no bairro). Refere-se a um córrego do mesmo nome e foi objeto de pesquisa de Márcia Chies (2006) em "A população do Bairro Concórdia - Tuneiras do Oeste – Brasil: o tradicional e o moderno produzindo o espaço total". Essa pesquisa foi elaborada com Márcio Mendes Rocha e publicada na Revista Agrária, São Paulo, Nº 3. Assim o descrevem:

O Bairro Concórdia, no município de Tuneiras do Oeste, noroeste do Paraná, sul do Brasil, demonstrando como a produção cafeeira determinou a caracterização e organização populacional e espacial no período de 1950 a 1980, tempo em que predominou a cafeicultura na região. (...) que

predominava uma estrutura fundiária em pequenas propriedades onde era desenvolvida a agricultura familiar. Para o cultivo do café, correspondia um modo tradicional de produção e uma vida comunitária intensa, já que a população era numerosa por conta de que o café exigia grande mão-de-obra. Formou-se então neste local, uma comunidade homogênea, onde se estabeleciam relações sociais diversas, hábitos e ritmos de vida comuns (CHIES, ROCHA, 2007).

Nesse mesmo artigo eles transcrevem uma entrevista com um morador que reside no bairro desde 1965, identificado como Morador "A". Ele afirma, sobre a vida social no bairro:

Tinha a venda da família Gimenes, onde as pessoas se reuniam, na época, a maior casa comercial do município, (...) tinha campo de futebol, tinha time de futebol, tinha festa, depois fez a capela na cabeceira, que tem até hoje, tudo isso reunia as pessoas (...) aquele tempo, tinha uma convivência, podia ter mais confiança nas pessoas, não tinha essa coisa que tem hoje, hoje tem muita malandragem, aquele tempo as pessoas eram mais confiáveis (...) tinha vizinhos que de tão amigos eram quase parentes, a gente podia contar com eles (CHIES, ROCHA, 2007, p. 66).

Na segunda metade dos anos 1960 a monotonia verdejante dos cafezais observada das estradas vai sendo pincelada pela candura dos algodoais em época de colheita, inspirando leveza e pureza na paisagem. Em grandes lavouras, olhando ao longe mistura-se sua brancura com a das nuvens, dando a impressão de que formavam uma só camada. Em outros pontos se vê como uma obra de arte, desenhada com auxílio da natureza no verde das pastagens, sendo o "desenho" em branco, marrom avermelhado ou o malhado; o gado desfilando no prado, e cada vez menos pessoas circulando entre eles.

Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social (SANTOS, 1985, p. 2).

3.7 A VIDA DA ROÇA

Os moradores das pequenas e médias propriedades rurais da região denominavam essas propriedades de "sítios", e quem trabalhava nelas, independentemente de serem proprietários ou não, quando questionados sobre suas profissões, respondiam que eram "lavradores". O local de trabalho era na "roça", o

que, inclusive, faz parte do rito das quadrilhas das festas juninas: "olha o caminho da roça!".

Quando os primeiros vestígios da luz solar atravessavam as frestas da rústica moradia, clareando seu interior, era hora de acordar, levantar e enfrentar a vida dura de homem da roça. O cantar insistente do galo acelerava o despertar, enquanto as galinhas deixavam aos poucos o poleiro e a choca acordava os pintinhos, que saiam piando pelo terreiro. Os pássaros também despertavam e saiam em busca de alimentos por entre uma vegetação ainda molhada pelo orvalho da madrugada.

As pessoas na roça tinham uma relação estreita com a natureza e iam "dormir com as galinhas", como dizem, o que é uma referência a dormir cedo, e acordavam com o raiar do sol. A primeira obrigação era na mangueira, onde tiravam o leite das vacas após amarrá-las no palanque, bem como amarrar entre as pernas da vaca sua cauda, para não levar "umas rabadas". Na sequência, lavava-se e secava-se o úbere e passava-se à ordenha, espremendo as tetas com a mão. O leite espirrava para dentro do balde de alumínio preso entre as pernas firmes do homem fazendo um som característico.

Assim como o marido, a mulher não tinha tempo para preguiça. Ao abrir a janela da cozinha, espreitava rapidamente o movimento na mangueira do gado ainda na penumbra da manhã, então, com mãos firmes e calejadas, ajeitava palhas de milho entre gravetos finos, colocava umas lascas de lenha mais grossa por cima e acendia o fogo no fogão de barro. Às vezes era necessário assoprar ou abanar a brasa com uma tampa de panela para que o fogo se propagasse mais rapidamente. Ela então colocava uma chaleira de água para ferver, moía os grãos de café no moinho, pegava o coador feito por ela com pano de flanela, e preparava o café, cujo aroma se espalha por toda a casa, acordando os demais familiares. Depois, colocava na mesa o pão, que era feito em um forno à lenha aos sábados para toda a semana, e a manteiga, também de sua produção, além do leite fresco e fervido que completaria essa primeira refeição.

Naquela época, em muitos casos, os filhos se casavam, mas continuavam na mesma casa com os pais, de modo que as disputas começavam assim que se levantavam e iam lavar o rosto na bacia em um local próprio fora da casa. Às vezes, era necessário fazer fila. Para fazer a higiene matinal, pegava-se um canecão feito a partir de uma lata de óleo na qual colocavam um cabo e enchia-se a bacia com água

tirada de uma lata que alguém já havia trazido do poço. Depois disso, era hora de tomar o café da manhã: encher a caneca de ferro ágata com leite e café e complementar essa primeira refeição com o que tinha na mesa. Esses são relatos constantes das pessoas entrevistadas, e aquelas que não tinham pão comiam mandioca cozida ou polenta com leite.

Mesmo antes de o sol estar brilhando plenamente já era hora de os homens, algumas mulheres e jovens colocarem a enxada sobre o ombro, pegarem a moringa de água e irem para roça, de calça grossa de mescla, camisa de manga longa, lenço no pescoço e palheta de aba larga para a proteção contra os raios solares.

O horário era marcado pelo sol. Para saber qual é a hora do dia, colocava-se a mão espalmada sobre os olhos e calculava-se a posição do sol. Isso permitia que eles determinassem as horas com certa precisão.

Assim que o sol estivesse a pino, seria meio-dia e, principalmente nos dias mais quentes, seria hora de dar um cochilo na sombra de um pé de café ou embaixo de uma árvore, retornando em seguida ao trabalho até que a terra em seu movimento de rotação desse o sinal de que estava na hora de retornar para casa, pois esconderia o astro rei em poucas horas até o dia seguinte.

Os agricultores, segundo relatos unânimes, faziam as refeições na roça, sentados sobre um tronco de árvore caído ao chão. A comida era levada em marmitas ou em um pequeno caldeirãozinho de alumínio. Quando o almoço atrasava um pouco, a fome era muita, devido ao esforço físico do trabalho, e a comida era ingerida com apetite redobrado. Arnaldo Lanza conta que era comum que uns mosquitinhos aparecessem nessas horas e, em tom de brincadeira, afirma que, se acaso algum pousasse na marmita, seria engolido mesmo assim, tamanha era a fome. Essa refeição era entre dez e onze horas da manhã.

A caça era abundante e fazia parte também das refeições, como conta José Ferreira Bispo. Há relatos quase unânimes de que, em determinadas épocas, varas de porcos do mato passavam pelos sítios devastando as plantações: "por onde passavam não ficava nada". Nesses relatos, acrescentam ainda que a notícia da passagem dos porcos se espalhava por toda a região e, quando percebiam sua aproximação, alguns homens subiam em tocos de árvores com suas espingardas e aproveitavam para matar diversos deles para sua alimentação.

À tarde, lá pelas três horas, tinham um café reforçado, com pão com manteiga, linguiça frita, chá mate, limonada e, às vezes, *Toddy* preparado com leite. A polenta algumas vezes também fazia parte dessa refeição. Descansavam por cerca de meia hora e retornavam ao trabalho até o "sol descer". Chegando em casa, em época de colheita, amontoavam o café e cobriam-no para não molhar com o sereno da noite, pois a umidade diminuía a qualidade do café. Só então iram tomar banho e jantar.

Em meio aos cafezais ou na lavoura em geral, sempre havia uma fruta para degustar. Os relatos contam com alegria que, na hora daquela fome fora de hora, encontrar mamão maduro, melancia e melãozinho, ou um cacho de banana que foi colhido e escondido entre as folhas da moita da própria bananeira, ou mesmo chupar laranja, mexerica ou cana aliviava um pouco a dureza de uma rotina fisicamente desgastante.

Cada um pegava uma rua de café para carpir o mato e, de enxadada em enxadada, às vezes assobiando ou cantarolando alguma música, iam até o fim do eito, momento para parar, beber água, trocar algumas palavras e aguardar os que estavam mais atrasados. Sempre havia os mais rápidos e aqueles que não conseguiam acompanhar a maioria.

Além da enxada, que era o que se usava frequentemente, a tecnologia que existia era à base de tração animal, conta, entre outros, Claudiney Batista. Tinha a roçadeira que fazia o serviço de capina do mato. O sulcador que servia tanto para a plantação de sementes, abrindo um sulco na terra, como para encostar terra nos pés das plantações, garantia uma melhor produtividade. Esses instrumentos eram puxados por animais e controlados pelos lavradores, são lâminas de ferro que eram colocadas, ou substituídas umas pelas outras em um artefato de madeira, o mais conhecido é o arado.

A figura 26 mostra na parte de cima um tombador, que é formado por uma única lâmina, e embaixo aparece uma roçadeira, em forma de um "v" aberto, e um sulcador.

Figura 26 - Instrumentos puxados por animais e controlados por homens



Fonte: Claudiney Batista.

Já o arado removia e descompactava a terra, eliminando ervas daninha e permitindo uma melhor infiltração da água, assim como o tombador, que promovia um aprofundamento maior da terra, revolvendo a terra em uma maior profundidade. Esse equipamento, o tombador, necessitava de um animal de mais força, como parselhas de burros ou o boi.

As juntas de bois eram utilizadas para tombar as terras nos chamados brejos, áreas de terras às margens dos rios, amolecidas e encharcadas pelas pequenas nascentes de água – chamadas de minas d'água e que alguns agricultores utilizavam para plantar o arroz de brejo. Essas terras normalmente eram desprezadas pelos agricultores por serem um tipo de solo argiloso e não produtivo, segundo Domingues, ficando como área de preservação de vegetação arbustiva rala e *habitat* de uma grande variedade de animais como sapos, rãs, cobras, grilos e outros que se adaptavam ao meio de muita umidade e onde, à noite, promoviam um verdadeiro *show* de cantos e coxos que se ouvia a grandes distâncias, embalando o sono dos exaustos lavradores e seus familiares.

A divisão do trabalho era normalmente bem definida, pois nesse período estudado as famílias eram numerosas, e ela era feita em forma individual ou coletiva. Praticamente todos eram responsáveis pelos tratos culturais, que correspondiam a

plantar as sementes (de feijão, arroz, amendoim, entre outras), carpir o mato, fazer as podas e o controle das pragas, colher, transportar até os terreiros e, depois de seco, abanar, ensacar e armazenar no paiol ou na tulha.

Os terreiros para secagem eram a princípio de terra batida, e por isso junto com os grãos de café iam para a peneira também alguns pequenos torrões de terras, o que dificultava a abana. Às vezes usava-se o encerado ou um pano próprio para despejar os grãos de café, facilitando o trabalho.

O plantio dos cereais era feito com uma máquina manual própria para esse evento. Alternativamente, um trabalhador com um enxadão ou enxada abria pequenas covas e outro jogava as sementes, cobrindo e pisando em cima para fixar melhor. Muitas vezes havia ataque de pássaros, que pousavam para comer as sementes. Nessas ocasiões entravam em ação os meninos, que iam bater latas ou soltar bombinhas para espantá-los.

Figura 27 - Máquina manual de plantar grãos, foto tirada na propriedade da família Batista



Fonte: Arquivo do autor (2019).

Segundo relatos, em algumas famílias, os meninos, meninas, idosos ou as mulheres ficavam encarregados de levar a comida para a roça, descascar, debulhar e moer o milho para os pintinhos, tratar dos porcos e galinhas (também colhendo seus ovos), além de recolher a lenha para usar no fogão, separar os bezerros de suas mães no período da tarde (garantindo mais leite no dia seguinte), ao mesmo tempo em que evitavam que não mamassem demais e ficassem doentes.

Eles também se juntavam aos demais na roça em épocas de acúmulo de serviços, como, por exemplo, durante a colheita, pois precisavam aproveitar o tempo propício para não perder todo o cultivo com as chuvas. Segundo Lanza, nessas ocasiões, as crianças, mulheres e idosos auxiliavam nas tarefas menos cansativas, como, nos cafezais, fazer "rodinha" ao redor dos troncos dos cafeeiros para facilitar na hora de juntar os caroços por meio dos rastelos (instrumento dentados parecido com uma enxada destinado para esse tipo de serviço). Normalmente, essa tarefa era feita com o auxílio de um pedaço de pau, pois, às vezes, quando iam afastar os grãos, traziam junto uma famosa cobra, a dormideira – que era inofensiva, mas assustava.

Outra ocasião em que mulheres, idosos e crianças precisavam somar à força de trabalho eram as colheitas do algodão e amendoim, quando essas culturas passaram a ser uma atividade importante na região, sendo inclusive um dos motivos de grande evasão escolar nesses períodos.

Thereza Iracema Mariano dos Santos foi a primeira professora do Bairro Santa Adélia, e diz que começou à noite, em casa, ensinando os filhos de um morador. De dia, trabalhava na roça e, à noite, ensinava essas crianças. Isso despertou o interesse dos demais moradores da localidade, que procuraram o vereador Antonio Dias Gama, o qual, indo à localidade, reuniu-se com os moradores para viabilizarem a construção de uma escola. A ideia foi prontamente aceita, e o local escolhido e disponibilizado foi o Rancho da Carroça, de Ângelo Lanza, cujas paredes eram de palmitos cobertos por tabuinhas e o chão de terra batida. O espaço foi batizado de Escola Municipal Santa Adélia, e os próprios moradores da região construíram as carteiras e os bancos com tábuas que eles compraram. Nos bancos sentavam vários alunos juntos. O quadro-negro e o giz foram providenciados pelo vereador.

No início, a professora dividia os trabalhos da roça com os da escola: era professora pela manhã e ajudava na roça à tarde. A turma, a princípio, era apenas do primeiro ano, mas, quando a notícia da nova escola se espalhou, chegaram mais

alunos até um total de trinta e três, indo do primeiro ao quarto ano primário, todos na mesma sala e ao mesmo tempo. A partir do aumento dos alunos, a turma do primeiro ano foi transferida para o período da tarde.

Para receber seu salário, Thereza tinha que se deslocar a cavalo até Cruzeiro do Oeste, a aproximadamente 25 quilômetros, que era a sede do município, pois Tuneiras ainda era um distrito. O pagamento era feito pela prefeitura e o recebimento era na coletoria, pois não havia banco na cidade naquela época³.

No fim do ano, havia o exame final, que era aplicado por uma equipe que vinha de Cruzeiro do Oeste com as provas já elaboradas. Eram eles que aplicavam e corrigiam o exame. Posteriormente, as professoras tinham que ir a Cruzeiro do Oeste para ver o resultado e, dos trinta e três alunos matriculados, trinta foram aprovados. Quando Thereza se casou, foi morar na cidade, onde continuou trabalhando como professora, conseguindo a nomeação do Estado.

Por muitos anos havia poucas escolas na zona rural, e os alunos que moravam menos distante tinham que ir a pé, enquanto os que residiam mais longe se deslocavam a cavalo até a cidade para estudar, como, por exemplo, Rodolfo Lanza, sua irmã Maria, primos e vizinhos. Conta ele que pegavam o cavalo no piquete, colocavam o cabresto, freio, arreio, pelego, apertavam as barrigueiras e, se o tempo estava para chuva, acrescentavam a capa, que era amarrada ao arreio. Alguns usavam esporas ou o rabo de tatu para fazer com que o animal andasse mais rápido, mas normalmente não era necessário: só cutucando com o calcanhar e gritando eles se apressavam.

Lanza descreve o grupo escolar (colégio) da cidade como feito de tábuas, coberto com telhas, no modelo de duas águas. O ensino oferecido pela rede só ia até o quarto ano primário. Apenas na segunda metade dos anos de 1960 é que o Estado passou a oferecer o ensino ginásial no município.

Às vezes, na volta para casa, resolviam apostar corrida e o cavalo chegava todo suado em casa, quando levavam uma bronca dos pais. Era normal encontrar

³ Conforme o livro “50 Anos da Receita Federal, 1968 – 2018”, as coletorias eram repartições públicas onde a população pagava seus impostos, e sua chefia era exercida por um coletor que coletava o dinheiro dos tributos. Também nas coletorias eram efetuados os pagamentos dos funcionários públicos. A partir de 1965, essa prestação de serviço foi aos poucos sendo repassada para a rede bancária, por sugestão da Comissão Especial de Estudos de Reforma Administrativa (COMESTRA), criada pelo Diretor Geral da Fazenda Nacional, em janeiro de 1964.

grupos de estudantes indo a cavalo para a escola, saindo de manhã ou à tarde. Deixavam os cavalos amarrados em árvores, próximas ao grupo escolar. Para isso, tiravam o freio, pois a embocadura dele incomodava o animal, e os deixavam amarrados pelo cabresto de corda, o que permitia que os cavalos comessem alguma gramínea. Retornando da escola, o estudante tinha que desarrear, tirar água do poço e dar para o cavalo antes de entrar em casa.

O poço, aliás, tinha um papel importante por ser a principal e indispensável fonte para o abastecimento das pessoas e dos animais domésticos. Sua perfuração era feita manualmente pelos próprios proprietários dos sítios, diz Silva, ou pelos posseiros, cavando muitos metros na terra – dependendo do local, de cinco, dez ou até vinte metros de profundidade, e normalmente um metro de diâmetro. Na altura da superfície, era construído uma espécie de caixão de madeira com duas vigas laterais que prendiam o sarilho, que era um artefato de madeira com uma manivela em uma das pontas. No sarilho, prendia-se a ponta de uma corda, enquanto na outra ponta da corda prendia-se um balde. Quando se girava o sarilho com a manivela, o balde ia subindo e chegava ao topo com água fria e cristalina.

Se, se descuidassem da verificação da condição da corda (pois com o tempo ela ia se deteriorando), às vezes ocorria de, quando o balde cheio de água estava já a certa altura, a corda arrebentava e o balde caía, provocando um forte ruído no fundo do poço. Então, era necessária a utilização de ganchos, que, amarrados em uma corda, procuravam resgatar o balde pela sua alça.

Em épocas de seca muito intensa, isto é, de pouca chuva, a água diminuía ou mesmo secava, necessitando que se aumentasse a profundidade do poço. Puxar a água do poço era uma briga: normalmente, era serviço para os adultos, mas cabia também aos meninos e meninas mais grandinhos ajudar dessa tarefa, pois essa água era usada para tudo, desde o banho, o preparo das refeições e para beber como para dar às aves e demais animais domésticos. Ao lado do poço ficava a "lavanderia", pois utilizava bastante água.

As donas de casa executavam e controlavam todas as atividades na casa da família. Fora do âmbito da produção agrícola, eram elas que dominavam tudo. Algumas também iam à roça e trabalhavam lado a lado com os homens. Elas também distribuía as tarefas dos menores que ficavam em casa, preparavam a refeição (era

feita todos os dias, pois não havia geladeira) e as marmitas para serem enviadas aos trabalhadores que estavam na roça era uma vida difícil, declararam elas.

As mulheres lavavam as roupas esfregando e batendo na vasca (prancha de madeira). Puxavam a água do poço para encher as vasilhas e tinham que ficar atentas, pois às vezes dentro do balde vinha alguma cobra d'água. A maior dificuldade estava em lavar a roupa de quem trabalhava na lavoura o dia todo em um sol escaldante: o suor ensopava a camisa e deixava úmida a calça cuja barra era a principal atingida por respingos da terra removida pela enxada enquanto se carpia o mato. Para se ter uma ideia de como chegava a roupa ao final do dia, era necessário ferver a roupa em uma lata de vinte litros de água com sabão de soda, que era colocada em um fogão improvisado feito com alguns tijolos – fogão esse que fazia parte das "lavanderias". Estas eram uma espécie de galpão com apenas uma cobertura e tabuinhas, sem paredes, que ficava ao lado do poço. O poço e as "lavanderias" frequentemente serviam duas famílias, e contavam com bacias e latas de vinte litros de querosene, tinas de vinhos com água, varal para estender as roupas (feito com arame farpado e cujas partes pontiagudas impediam que as roupas caíssem). Também havia nas "lavanderias" o quarador, que era um local onde se colocava a roupa para quarar (clarear) ao sol, normalmente em um gramado. Usavam também o anil e contam que até folhas da mamona às vezes eram usadas para tornar os tecidos mais claros.

O sabão de soda era feito quando se matava o porco. Sua barrigada era o principal ingrediente para fazê-lo. Ela era retirada e lavada, normalmente na corredeira dos rios, e depois era fervida com água e soda cáustica em um taxo de ferro, que era mexido com uma pá de madeira até "dar o ponto". Então, esperava-se até o dia seguinte para esfriar e cortar o sabão em barras e, depois, guardá-lo sobre uma tábua amarrada no alto dentro do paiol. O sabão de soda era utilizado para limpeza em geral, inclusive para o banho, pois sabonete era algo raro e, mesmo quem o tinha, usava o sabão de soda para lavar os pés e mãos, devido ao tipo de atividades que exerciam.

A bexiga do porco, depois de lavada, era enchida de ar com o auxílio de um canudinho feito com o talo de uma folha de mamona e usado como bola de futebol.

Por falar em banho, apenas algumas famílias tinham chuveiro, e este era uma espécie de um balde de latão, em que se colocava água morna. Na sequência, o balde era erguido por uma corda. Em sua extremidade inferior havia uma espécie de chuveirinho e uma alavanca que, quando acionada, liberava a água para o banho.

Porém, os relatos contam que muitos tomavam banho em bacias enormes e apenas uma vez por semana, geralmente aos sábados. No meio da semana apenas lavavam o rosto, as axilas, passavam água na cabeça e lavavam os pés. O calçado utilizado era o “sapatão”, também conhecido como botina e, após o banho ou lavagem dos pés, usava-se as alpargatas, uma espécie de chinelo feito de tecido com solado de cordas de sisal enroladas. Botas também eram utilizadas normalmente na lida com o gado e para passeio. Andar descalço também era normal e, aliás, a maioria das pessoas, principalmente as crianças, só andava descalça. Algumas pessoas iam descalças até à cidade e levavam o calçado em um bernal, que era uma espécie de bolsa de pano com alças longas, feita em casa e usada para transportar objetos em geral ou mesmo frutas. Chegando à cidade, procuravam a casa de um conhecido para lavar os pés e, só então, calçavam o sapato ou a botina.

As jovens, usavam saia e blusa. Só após os anos de 1960 é que começaram a usar calça comprida, feitas de brim, usadas a princípio para andarem a cavalo. Os meninos usavam calça curta, semelhante às bermudas de hoje. Não usavam cueca, mas calção, muitas vezes confeccionado com o tecido dos sacos de 50 ou 60 quilos de farinha ou açúcar. Às vezes, por descuido das mães na hora da costura, ficava à mostra a marca do produto e, como usavam esses calções também para jogar bola, às vezes eram motivo de gozação. Há um caso bastante conhecido, contado por mais de um entrevistado, de certo jogo não especificado, no qual um dos jogadores entrou em campo e na parte de trás de seu calção aparecia a descrição "Usina Porecatu". Provavelmente se trata de uma piada famosa à época.

O cabelo era quase todo raspado, chamava-se de bodinho, explica Rodolfo Lanza, mas também havia o corte militar e o cheio. Nesse, rapava-se em volta e deixava algum cabelo no alto da cabeça. O barbeiro era uma pessoa da comunidade mesmo, que cortava os cabelos aos sábados à tarde e domingos de manhã. As mulheres iam à cidade cortar os cabelos e fazer permanente.

Além dos barbeiros, havia sempre alguém que aplicava as injeções nas pessoas. Para isso, utilizavam um estojo com seringa e agulhas que eram desinfetadas e reaproveitadas, até que gastasse a ponta da agulha e ela ficasse "rombuda". "O estojo, que era de lata, servia para desinfetar as agulhas. Essas pessoas eram muito queridas pela população" diz Santos. E continua, dizendo que as parteiras e benzedadeiras também eram muito respeitadas: às últimas se recorria na

hora em que se estava doente, principalmente para resolver o quebranto em crianças recém-nascidas. Aliás, caberia até um capítulo dedicado àquelas que ainda hoje estão na ativa, já que mesmo para os animais doentes havia algum(a) benzedor(a) que "dava um jeito".

Figura 28 - Estojo de injeção antigo



Fonte: Arquivo do autor (2019).

Figura 29 - Chuveiro antigo, foto tirada na propriedade de José Bispo Ferreira



Fonte: Arquivo do autor (2019).

Não havia uma assistência médica mínima. Tuneiras só foi ter um médico em meados dos anos de 1960.

Não precisaria nem se enumerar os itens de conforto que não se tinham naquela época, pois se tratava de um lugar onde estavam desmatando para iniciar tudo, desde as estradas, as casas, as plantações. Demorou-se anos e anos para que itens como água encanada chegassem à cidade - a água era retirada do poço como já especificado. Em alguns lugares as mulheres lavavam as roupas nos rios.

Não havia energia elétrica. A luz utilizada era a lamparina e o lampião à querosene, aliás, até hoje em alguns lugares da zona rural ainda se vive sem energia. Como não havia luz elétrica, também não havia geladeira ou qualquer outro eletrodoméstico.

Não havia sanitários, muito menos papel higiênico. As necessidades fisiológicas eram feitas na privada, que era um buraco no chão feito dentro de uma casinha, para garantir a privacidade e proteger das intempéries climáticas. Algumas tinham um assento de tábua, tipo caixão, com um buraco. Os poucos que não tinham privadas faziam as necessidades fisiológicas no mato contaminando o meio ambiente.

Televisão nem pensar, o rádio é que animava as noites. As pilhas do rádio eram maiores que o próprio aparelho. Segundo explicações, tratava-se de um conjunto de pilhas ligadas umas às outras dentro de uma estrutura de lata, o que encarecia muito.

Figura 30 - Privada ou mictório, foto tirada em uma propriedade rural de Lauro P. da Silva



Fonte: Arquivo do autor (2019).

A atividade agrícola era, principalmente naquela época, um risco. Por estar diretamente ligada ao fator climático, dependia de "São Pedro". A falta ou o excesso de chuva pode prejudicar o desenvolvimento das plantas, favorecer a ocorrência de doenças e atrapalhar a colheita.

A preparação da terra para o plantio das lavouras temporárias se dava no final do inverno e a semeadura na primavera, quando eram necessárias chuvas constantes. Se não chovesse ou se ficasse muito tempo sem chover, recorria-se às novenas, apelava-se a algum santo. As novenas duravam nove dias. Em procissão, os moradores entoavam orações e cantos religiosos enquanto se dirigiam até um córrego. Lá molhavam com as águas do córrego a imagem do santo de devoção. As chuvas são necessárias em diferentes etapas do cultivo – na preparação da terra para o plantio, na semeadura, quando as plantas iniciam a floração e quando os grãos começam a granar e tomar forma -, porém não são bem vindas nas épocas de colheita, período em que se espera que predomine o sol.

Nessas épocas de preparo da terra, semeadura e colheita trabalha-se dobrado, não há folga e a jornada diária se torna ainda mais extensiva, trabalha-se de "sol a sol". Desde que o sol aparece no firmamento até os últimos raios solares, todos os dias da semana.

Segundo Lanza, quem terminava a colheita primeiro auxiliava os outros. Quando todos terminavam organizava-se uma festa. O terreiro usado para secar os cereais era coberto de lona, compravam-se tinhas (barris) de vinho. Animados pelos sanfoneiros, violeiros e demais artistas do local, os moradores dançavam e celebravam a colheita. Os laços de amizade eram muito fortes, segundo Mariano dos Santos.

Lanza (2019) também relata que nas relações com as vizinhanças havia o costume de trocarem sementes para melhorar a produção. O mesmo acontecia com animais reprodutores ou de cria, para melhorar a raça.

Os dias de chuvas decretavam feriado na roça. Não tinha como trabalhar, a terra molhada não permitia a carpa. As máquinas manuais utilizadas no plantio enchiam o seu bico de barro e não liberavam as sementes. A chuva trazia umidade e refrescava o dia e a noite. Seu barulho ajudava no sono e estendia horas a mais na cama para muitos, mas não para aqueles que tinham que tirar o leite. Para esses as coisas se complicavam: a maioria das mangueiras tinha apenas uma pequena parte

coberta e o barro dos cascos dos animais deixava o chão enlameado, com pequenas poças de água que cobriam até a canela.

Nesses dias de chuva aproveitava-se para consertar algum instrumento agrícola, amolar ou encabar algumas enxadas, revisar os arreios dos animais, verificar e consertar as cercas de arame farpado. As mulheres revisavam e remendavam as poucas roupas e bordavam normalmente tecidos de sacos após serem bem lavados e clareados.

A tardezinha costumava-se arrancar minhocas e pescar bagre nas águas que ficavam escuras devido à terra levada pelas enxurradas. O rio era o ponto de encontro dos vizinhos que contavam alguma piada relacionada ao dia a dia, davam boas risadas, tomavam um gole de cachaça que levavam do bornal ou piquá. Sempre levavam um farolete, pois era no cair da noite que se pegava mais peixes dessa espécie muito apreciada, principalmente por ser de couro e não de escamas, e por não ter espinhos. Acendia-se um cigarro de palha para espantar os mosquitos e ia enchendo a fieira, que poderia ser feita ali mesmo com um pedaço fino de um arbustivo qualquer ou ser trazida de casa pelos mais caprichosos, essas feitas de arame. O arame da fieira era enfiado entre a guelra e a boca, e a fieira era amarrada em algum arbustivo à beira do rio, permitindo que o peixe ficasse dentro da água.

Se os dias de chuva se alongavam às vezes sobrava um momento para jogar baralho com os vizinhos. O jogo preferido era o truco. Em casa, se todos os membros da família fossem jogar, optava-se por jogar mico, rouba monte, pif paf, escopa, ou algum jogo de tabuleiro como trilha, que era muito comum. Jogavam enquanto estralavam e comiam pipoca e torravam amendoim produzidos por eles mesmos. O café ou chá (mate, erva doce ou cidreira) não podia faltar.

Naquela época além da cultura principal havia as lavouras de subsistência que eram de grande importância. Como o nome já diz, eram apenas para o consumo das famílias. Guardava-se certa quantidade de sementes para a semeadura da colheita seguinte e às vezes trocava-se por outras mercadorias na vizinhança, a comercialização era muito pequena, declara Lauro P. da Silva, que comprava milho para os porcos que criava. Há vários relatos de super safras de feijão e, como não havia para quem vender, os agricultores cozinhavam e davam para os porcos se alimentarem.

O arroz colhido era levado para as máquinas de beneficiamento na localidade mais próxima, e o dono da máquina ficava com uma parte do produto como forma de pagamento, o mesmo acontecia com o milho quando transformado em fubá para o preparo da polenta. Havia aqueles que realizavam esses serviços em casa mesmo através do pilão, que é um artefato de madeira dura (geralmente peroba), com um buraco escavado no meio por algum instrumento cortante ou fogo e uma haste denominada mão de pilão, usada para socar os alimentos. Esses pilões eram muito comuns na zona rural. Os mais habilidosos socavam os grãos em duas pessoas ao mesmo tempo: enquanto um atingia o fundo do pilão o outro erguia a sua mão de pilão, e assim sucessivamente.

Na época do milho verde se fazia curau, pamonha, bolo de milho. Cozia-se ou assava-se milho na brasa do fogão. O milho seco, além de ser transformado em fubá, era a ração principal dos porcos e complementava a ração dos galináceos (que eram criados soltos no quintal) e dos animais de montaria e tração (que ficavam no chamado piquete, uma área pequena delimitada no pasto para facilitar seu manejo).

Figura 31 - Pilão



Fonte: Arquivo do autor (2019).

Os porcos eram criados em chiqueiros rústicos, no meio da terra que quando chovia virava lama. Revestia-se alguma área com troncos e uma cobertura para abrigá-los em tempos de muita chuva. Também eram criados nos mangueirões, áreas maiores com grama ou capim devidamente fechadas com cercas de madeira para que não escapassem. Sua ração era composta principalmente de milho, mas também de farelo que era comprado ou trocado por milho nas máquinas de beneficiamento de arroz e misturado normalmente com a lavagem, que era o resto da alimentação que sobrava das refeições.

Como ração também se cozinhava abóbora, mamão e mandioca para a sua alimentação, contam que alguns colocavam um pouco de soda nessa ração para combater os vermes. As porcas eram separadas dos demais quando estavam próximas de criarem, assim como os leitões quando nasciam, até atingirem um tamanho próximo do adulto.

A transformação do porco em alimento exigia a participação de toda a família num processo que se iniciava à tarde. Em um fogão improvisado feito com alguns tijolos era colocado um grande tacho de ferro com água para ferver. Amarrado pelo pescoço o porco era levado até uma espécie de mesa feita com algumas tábuas improvisadas, rente ao chão. Ali o porco era sangrado. Em seguida, após lavá-lo com água fria, jogava-se a água quente do tacho no porco para facilitar a raspagem dos pelos. Com uma faca se retirava uma pele fina juntamente com os pelos, deixando o porco que era preto, todo branco. Os pés necessitavam de uma atenção especial: eram colocados dentro de um canecão com água fervente para amaciar, e então se retirava os cascos. Às vezes era necessário o auxílio de um alicate e depois uma faca finalizava a limpeza. A orelha também merecia uma presteza melhor para deixar bem limpa.

Na sequência abria-se a barriga com uma faca bem afiada e se retirava as entranhas - desde a língua e toda a barrigada. Fígado, rins e coração, depois de separados e extraídos, eram temperados com sal e assados ali mesmo, servindo como aperitivos. Comia-se com farinha de mandioca, enquanto os trabalhos continuavam. Havia um cuidado especial para não furar as tripas, por razões óbvias, e principalmente para que a fel (bílis) não amargasse toda a carne – isso impossibilitava o consumo. A barrigada era lavada normalmente em um rio com água corrente, o que facilitava o trabalho. Então penduravam o porco em um local seguro e

deixavam lá até o dia seguinte, para que todo o sangue escorresse e eles pudessem continuar na lida.

As tripas, depois de bem lavadas e desinfetadas com suco de limão rosa, eram utilizadas para o enchimento da linguiça. Uma parte da banha era separada e colocada em uma lata especial para a preparação da alimentação em geral - para cozinhar o arroz, feijão e para frituras praticamente não se utilizavam óleos. Outra parte da banha era já utilizada para cozinhar as carnes do porco e colocada em outras latas para assim serem conservadas e guardadas. Aos poucos seriam consumidas, pois não havia geladeira. Alguns pedaços do tocinho eram deixados com o couro temperado com sal e pimenta do reino moída e deixado para curtir.

Assim como os ovos e frangos, os porcos eram fontes de proteínas e os melhores eram aqueles que produziam mais banha. Da carne, uma parte era moída, temperada e com a ajuda de um funil, introduzida nas tripas do porco e amarrada nas extremidades, se transformando assim em linguiça. Algumas famílias faziam também outros embutidos como o codeguim e a morcilha, também conhecida como chouriço. Alguns recheavam o bucho de porco com carne bem temperada que servia de mistura. O toucinho era raspado do couro ou cortado em pedacinhos com o couro e ia para o tacho. Após ferver por um determinado tempo era coado e separado da gordura transformando-se em torresmo - que era utilizado na alimentação e também para fazer sabão. Há um ditado na roça que diz que "a alegria do pobre era quando matava porco", porém nessa ocasião eles comiam tanto que acabavam tendo "dor de barriga" (diarreia), e a principal causa era o excesso na ingestão do delicioso torresmo tirado do tacho na hora, quentinho ainda. O couro separado da gordura é também salgado, posteriormente secado e colocado no feijão e disputado durante as refeições.

Com referência ao gado, nos sítios de café, onde a economia era voltada para o sustento da própria família, prevaleciam as vacas leiteiras e um touro. Assim que desmamavam os bezerros eram vendidos para os sitiantes ou fazendeiros que se dedicavam a engorda e venda, pois o objetivo principal dos agricultores era o leite.

O leite era outro ingrediente importante na dieta dos agricultores, era bebido *in natura*, no café da manhã ou da tarde, misturado normalmente com café ou achocolatado. Também era adicionado à polenta, fazendo o tradicional prato polenta com leite e era utilizado na fabricação de manteiga, queijos, requeijão e coalhada. O leite era ingrediente de doce de leite (cremoso ou em pedaços), consumido à parte ou

junto com o pão caseiro. E por que não se lembrar daquela sopinha de pão com leite e café na tigela? Mariano dos Santos relembra.

Vários relatos descrevem a alegria das crianças que às vezes pegavam a caneca, colocavam um pouco de café e açúcar e iam até a mangueira onde o pai estava ordenhando a vaca. O pai então esguichava o leite diretamente na caneca que saindo morninho do úbere da vaca, fazia até um colarinho de espuma e saciava a vontade das crianças.

Os doces caseiros eram famosos. Eram feitos com os produtos locais e de época, como mamão, abóbora, goiaba, cidra. Além deles, fazia-se tortas, pão doce e pão recheado com torresmo. Os doces eram tão deliciosos que se conta que certo sujeito enfiava a mão na panela do doce que tinha acabado de ser produzido, para que as outras pessoas não comessem o doce. Ele enfiava a mão e dava uma mexida, aí os outros por nojo não comeriam o doce, isso dá a dimensão da delícia que eles eram.

O cotidiano das mulheres começava com o preparo do café da manhã, em seguida lavavam a louça do café. O bule e a leiteira, com o pouco que sobrou de leite e café, ficavam sobre a chapa para manter a temperatura quente - o fogão ficava com um pouco de fogo ou brasas o dia todo. Às vezes em um momento de descuido, achando que o café estava morno pois não se via sair aquela fumacinha característica do bico do bule, quem ia beber o café queimava a língua.

Enquanto as mulheres lavavam a louça, já colocavam o feijão para cozinhar. As panelas, latas ou caldeirões eram enchidas com água, que ia aquecendo até a hora de preparar os alimentos. Aos poucos verificava-se a lenha, para não deixar o fogo apagar, quando necessário acrescentava-se mais alguns gravetos.

Os serviços domésticos eram sempre compartilhados. Escaladas pela mãe, as filhas menores partiam para arrumar as camas, chacoalhar as palhas do colchão, varrer o chão que era de terra batida. Fora de casa a responsabilidade era dos meninos. Os mais novos ajudavam um adulto e os mais crescidinhos (adolescentes), ficavam encarregados de descascar as espigas de milho para tratar os porcos. Eles descascavam o milho para os porcos, e debulhavam as espigas jogando para as galinhas que vinham correndo de todos os lugares do terreiro. Era a festa dos bichos no quintal: moer os grãos de milho para tratar os pintinhos que ficavam em um viveiro com a choca, separados dos demais, senão os maiores comiam a ração deles. Depois

de comerem a quirela do milho eram soltos para ciscarem pelo quintal a fora com os demais galináceos. Separar os bezerros era outra das atividades diárias.

A dona da casa preparava os alimentos, geralmente arroz e feijão – ao que os nordestinos e mineiros acrescentavam a farinha de mandioca. De mistura, uma dessas opções: ovo frito, carne de porco ou de frango ou linguiça frita, e acompanhava algum legume cozido, como abóbora, mandioca, chuchu, caxi, couve cozido com torresmo por cima e/ou serralha, que era abundante em meio aos cafezais. Ainda se comia uma espécie de almeirão branco ou uma salada de verduras da horta, ou de pepino, que se produzia bastante na roça se fosse época de produção.

Tanto os legumes como as saladas dependiam da época, pois eram cultivados por eles mesmos. Aliás, toda refeição era preparada com produtos produzidos por eles ali mesmo. Nos armazéns da cidade só se adquiria sal, açúcar e farinha.

Segundo Josefina Pauluci Lanza, as roupas eram feitas em casa em máquinas e à mão. Com a mão esquerda segurava-se o tecido e com a direita girava-se a manivela. Mais tarde surgiram as máquinas de pedal que deixavam as mãos livres, com os pés pedalando, fazendo as vezes do motor. A mulher, a dona de casa propriamente dita, era costureira e lavadeira, e nas redondezas tinha a benzedeira, a parteira, e em algumas famílias também a professora.

3.8 O LAZER

Quanto ao lazer, adultos e quem foi criança naquela época, como Rodolfo Lanza e outros, detalham que durante a semana, devido ao tipo de atividades, havia pouca interação entre a vizinhança. Às vezes um convite para participar de um terço (reza do rosário) ou voltando para a casa, da roça, descendo o carreador que dividia os sítios no final de um dia de serviço coincidia de se encontrarem e irem conversando. Em geral, o encontro com os amigos ficava para sábado à tarde, domingos e feriados.

As crianças normalmente brincavam no quintal de suas próprias casas.

A lata de sardinha ou o carretel de linha de costura virava carrinho. Em um pedaço de tábua faziam duas cavidades, uma em cada ponta, e faziam uns cortes no pedaço de tábua para imitar a carroceria e a parte da frente (capô) de um caminhão: estava feito o caminhão. Outro brinquedo era o cavalinho de madeira: um pedaço de pau, poderia ser um cabo de vassoura, um barbante amarrado na ponta para fazer as

rédeas e pronto! Era só sair correndo e imitando um cavalo. Caçar passarinho com estilingue era outra atividade prazerosa.

A brincadeira preferida era jogar bola. A bola de meia era muito usada, porque as bolas de borracha e de capotão (principalmente) eram muito caras. Os meninos também brincavam de rodar pião e soltar papagaio (pipa). As pipas eram feitas com papel de seda ou jornal, e eram coladas com café de bugre, um frutinho semelhante ao café que quando está maduro solta uma gosma colante.

Outras brincadeiras eram mistas. Meninos e meninas brincavam de pique e balança caixão, que são brincadeiras semelhantes. Brincavam de bilboquê de madeira, rodar peneira, pneu, carrinho de rolimã, amarelinha, salva, bola, queimada.

Com bolinhas de gude se jogava triângulo: risca-se um triângulo no chão e cada jogador coloca dentro do triângulo uma determinada quantidade de bolinhas. Cada jogador vai com a sua bolinha tacadeira tentar tirar o máximo de bolinhas do triângulo. Ganhava quem conseguia tirar mais bolinhas do triângulo. Quando se jogava a valer as bolinhas que iam sendo tiradas do triângulo ficavam para o jogador que o tivesse feito.

O jogo mais clássico e jogado era a biroca. Quatro buracos eram feitos no chão, as birocas, três em sequência e um separado, em forma da letra L. Os jogadores tinham que embirocar a bolinha. Ganhava quem conseguia "matar" os outros acertando sua bolinha. Também se jogava o mata-mata, em que um tentava acertar a bolinha do outro jogando com força. Se erravam a bolinha ficava longe e dificultava para outro acertar.

Uma das brincadeiras das meninas era com as bonecas. Algumas bonecas eram feitas de panos, confeccionadas em casa mesmo. Na época do milho verde as espigas que estavam em processo de crescimento eram utilizadas como bonecas. Inclusive é comum que os agricultores digam que o milho nessa fase está "embonecando".

Além de brincar de boneca as meninas brincava, de casinha e de fazer comidinha. Usavam como ingredientes alguma erva qualquer ou pedaços de frutas que caíam das árvores.

A comunidade se reunia de forma integral nas rezas do terço, nos bailes e casamentos. Quando tinha jogo, os campos de futebol também eram lugar de reunião de homens, moças solteiras e crianças. As mulheres casadas pouco frequentavam os

campos, preferiam visitar umas às outras em companhia das crianças menores. Visitavam-se para tomar um café e comer uma bolacha caseira ou algum doce que tinham feito durante a semana; para falar da vida cotidiana ou trocar alguma receita caseira.

Sempre que tinha alguém doente se rezava o terço, assim como quando nascia uma criança: rezava-se em agradecimento. Mas também se rezava o terço regularmente. Alguém fazia um terço e convidava as pessoas que compareciam em peso. Na ocasião era servido um chá mate ou um chocolate, e anisete. Às vezes servia-se uma bolacha de sal amoníaco.

No mês de maio tinha terço todos os dias, cada dia na casa de uma pessoa diferente. Após o terço seguia-se em procissão até a casa onde se ia rezar no dia seguinte, levando a imagem de Nossa Senhora de Fátima. As pessoas seguiam em meio aos pastos de gado, iluminadas pelas tochas que eram feitas com latas vazias de óleo de soja - dentro delas se colocava óleo queimado e serragem de madeira. Segundo Lanza, eram os meninos que as carregavam.

Já os jovens, moços e moças, se reuniam à noite. Costumavam brincar de passar o anel, lenço atrás e até alguma brincadeira de roda.

Um dos pontos de encontro dos adultos homens eram as vendas, onde aproveitavam para conversar e jogar baralho. Em algumas dessas vendas tinha um campo de bocha que movimentava a plateia, mas o principal *point* eram os campos de futebol, pois havia dezenas de times espalhados pelo município.

A religiosidade estava presente nas festas e nas quermesses da Igreja da cidade que agitavam a população. Os festeiros eram escalados por toda a zona rural e iam angariar as prendas: frangos e leitoas eram os mais oferecidos, mas novilhas também eram oferecidas para se preparar o churrasco.

Frangos e leitoas depois de limpos, temperados e assados eram vendidos no salão de festa que ficava repleto de pessoas. Havia também os leilões de assados, pudim, bolos e outras guloseimas.

Muitas vezes aproveitava-se os domingos de missa (que não eram todos) para realizar festas e arrecadar verbas para suprir as despesas com a manutenção da igreja ou para a construção de alguma dependência, como a casa paroquial. Nesses dias as estradas eram tomadas por carroças puxadas por cavalos ou burros. Quanto mais próximo à cidade mais se viam cavaleiros e pedestres. Era gente de todas as

idades e raças e momentos propícios para irem conversando com os vizinhos coisas corriqueiras. Imagina-se uma verdadeira peregrinação rumo a cidade. Uma somatória e interligações de relações e culturas entre as pessoas, um momento mesclado de religião e festa.

Figura 32 - Visita dos missionários Capuchinhos a Tuneiras do Oeste, o ano é 1957



Fonte: Acervo da Família do Milton Honorato. Foto editada pelo autor (2019).

Uma das grandes atrações na cidade entre o final dos anos de 1950 e por toda a década de 1970 era o cinema, que exibia filmes e seriados. Os seriados eram exibidos antes dos filmes. Eram divididos em capítulos e as pessoas tinham que esperar até o próximo final de semana para ver a continuação, para descobrir se o mocinho ou o super herói conseguiu se livrar dos perigos e sair vivo das enrascadas. Entre os seriados, que eram exibidos apenas aos sábados e domingos, um dos mais lembrados eram o do Capitão Marvel, que foi filmado em 2019 com o nome de Shazam, mas que lembra muito pouco o grande super herói de antigamente, segundo depoimentos. O outro seriado era o Fantasma, um personagem que usava roupa especial e máscara. Quanto aos filmes, os mais citados são os do Mazzaropi, do Tarzan e os de faroeste, tanto americanos como italianos.

Quando chegava um circo, era uma festa. Palhaços, acrobacias e os animais adestrados faziam a alegria de todos. Uma das diversões dos meninos era "furar o pano", ou seja, passar por baixo da divisória que servia de parede e cercava o circo.

Os parques de diversões também eram muito frequentados, com o tiro ao alvo, carrossel, pescaria e demais atrações. Além dos parques havia as touradas que incluíam a luta livre e o desafio aos valentões do lugar. Quando havia a apresentação de uma lutadora feminina como desafiadora a curiosidade aumentava, assim como a responsabilidade dos marmanjos de não "perder uma luta para uma mulher", o que normalmente acabava acontecendo.

Nesse período havia grande movimentação nas propriedades rurais. As estradas ficavam movimentadas aos sábados, dia de ir à cidade fazer algumas compras, e as vendas ficavam cheias de gente aos sábados à tardezinha e aos domingos, principalmente se havia jogo de futebol.

Essa é uma visão geral do tempo em que a cafeicultura reinou na região conhecida como Norte Novíssimo e é lembrada por aqueles que vivenciaram aquela época, anos de 1950 até os primeiros anos de 1970.

4 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE OS MODELOS DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO E DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP)

Os capítulos anteriores trataram dos projetos de reocupação da região em estudo, tanto pelo Estado como pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Já este capítulo volta-se a uma comparação entre os dois modelos, aproveitando o fato de eles estarem compreendidos dentro do mesmo município, bem como a disponibilidade de documentos que tornam possível este intento.

4.1 O INÍCIO NAS TERRAS DA COMPANHIA

Apenas a partir do ano de 1956 é que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná iniciou a comercialização de suas terras em Tuneiras. Uma das primeiras pessoas que adquiriram terras e mudaram para a região foi Augusto Guilherme, já falecido, e sua esposa Luzia Ruiz Guilherme, a qual ouvimos em uma entrevista em sua casa na zona urbana de Marabá.

Segundo ela, quando lá chegaram, ninguém morava por perto. Havia apenas alguns habitantes espalhados por todo o Marabá. A estrada que dava acesso à região era um picadão em meio às árvores, que inclusive rasgaram o tecido de seu colchão de palha, esvaziando-o.

"Quando nós chegamos, colocamos nossas coisas embaixo de um pé de guabiroba", disse ela, que, acompanhada pelo esposo, foi abrir palmito ao meio, derrubar pinheiros e, com um trançador, dividi-lo em toletes. Com uma espécie de facão e uma marreta, faziam taboinhas a partir desses toletes para cobrir o rancho. Esse trabalho durou nove dias, e depois as paredes foram rebocadas com saibro retirado da beira do rio.

Não havia nenhum tipo de comércio no lugar: o mais próximo era em Cianorte. Para comprar uma simples cibalena (que assim como o melhoral era um medicamento em forma de comprimido muito usado para a maior parte das indisposições), seu marido tinha que vender um frango na ponte do rio dos Índios, que era um local onde quem transitava pela estrada parava para beber água e mesmo se lavar da poeira; dali ele seguia até Cianorte. Quando ele fazia esse trajeto, tinha que colocar o pé em

uma vasilha com água quente na volta, para aliviar as dores e o cansaço da longa caminhada.

Luzia contou também a respeito de uma família que chegou pouco depois, composta por um homem chamado Jacinto, sua esposa grávida e um casal de filhos. Quando a mulher estava para dar a luz à nova criança, não havia nenhum tipo de veículo nas redondezas, nem mesmo uma carroça puxada a cavalo para transportá-la até Cianorte. Assim, foram buscar uma parteira a alguns quilômetros, mas houve muitas complicações e morreram a mulher e a criança.

Após a derrubada do mato, plantaram cinco mil pés de café, além de milho, arroz e feijão, que produziam demais. Todos plantavam café, não tinha gado, não tinha leite e, quando nascia uma criança, além do leite materno, as mães davam uma água de arroz fervida com farinha. Depois de um tempo, compraram uma cabrita na região, de onde passaram a tirar o leite.

História semelhantes aconteceram com os primeiros que chegaram naquela região.

4.2 INTERESSES E MOTIVAÇÕES DOS PROJETOS DO ESTADO E DA CMNP

Uma das diferenças entre os projetos do Estado e da CMNP foi a motivação que os levaram a tomar a decisão de ocupar e colonizar a região. No Estado, a motivação era política e econômica. Vislumbrava-se ainda o fantasma de ter seu território ocupado por habitantes de países vizinhos, especialmente paraguaios e argentinos. Outro motivador foi o projeto do governo Vargas da "Marcha para o Oeste", acrescentando a essas motivações já mencionadas o afã de reocupar e transformar as matas em terras a serem exploradas pela agropecuária, o que atendia também aos desejos de empresas colonizadoras, suas aliadas, vendendo parte das terras do estado ou retirando a concessão de uma empresa e transferindo para outra, como já discorrido.

Em relação aos indígenas que habitavam a região, propagou-se a ideia do "vazio demográfico". Portanto, as terras estavam livres e desimpedidas para o Estado fazer delas o que bem entendesse.

Ao transformar terras produtivas cobertas por uma rica flora em lavouras e pastagens, atraindo pessoas de diversas regiões, o Estado tinha como objetivo também econômico: aumentar sua receita não só com as vendas das terras, mas principalmente arrecadando mais impostos, criando cidades e atraindo empresas. Essa era a lógica do progresso naquela época, "cuja coragem em enfrentar o desconhecido merece tanta admiração quanto os gestos audaciosos de comprar terras, de derrubar florestas, de plantar extensas lavouras" (CMNP, 1977, p. 47).

A Figura 33 mostra o mapa das regiões abarcadas pelo Plano de Colonização do primeiro governo Moysés Lupion (1947-1951) para as regiões de Campo Mourão e Paranavaí, bem como as divisões de suas glebas em lotes de terras a serem comercializadas.

Figura 33 - Mapa do Estado do Paraná destacando as regiões de Campo Mourão e Paranavaí incluídas no Plano de Colonização do Paraná para o quinquênio 1947 - 1952



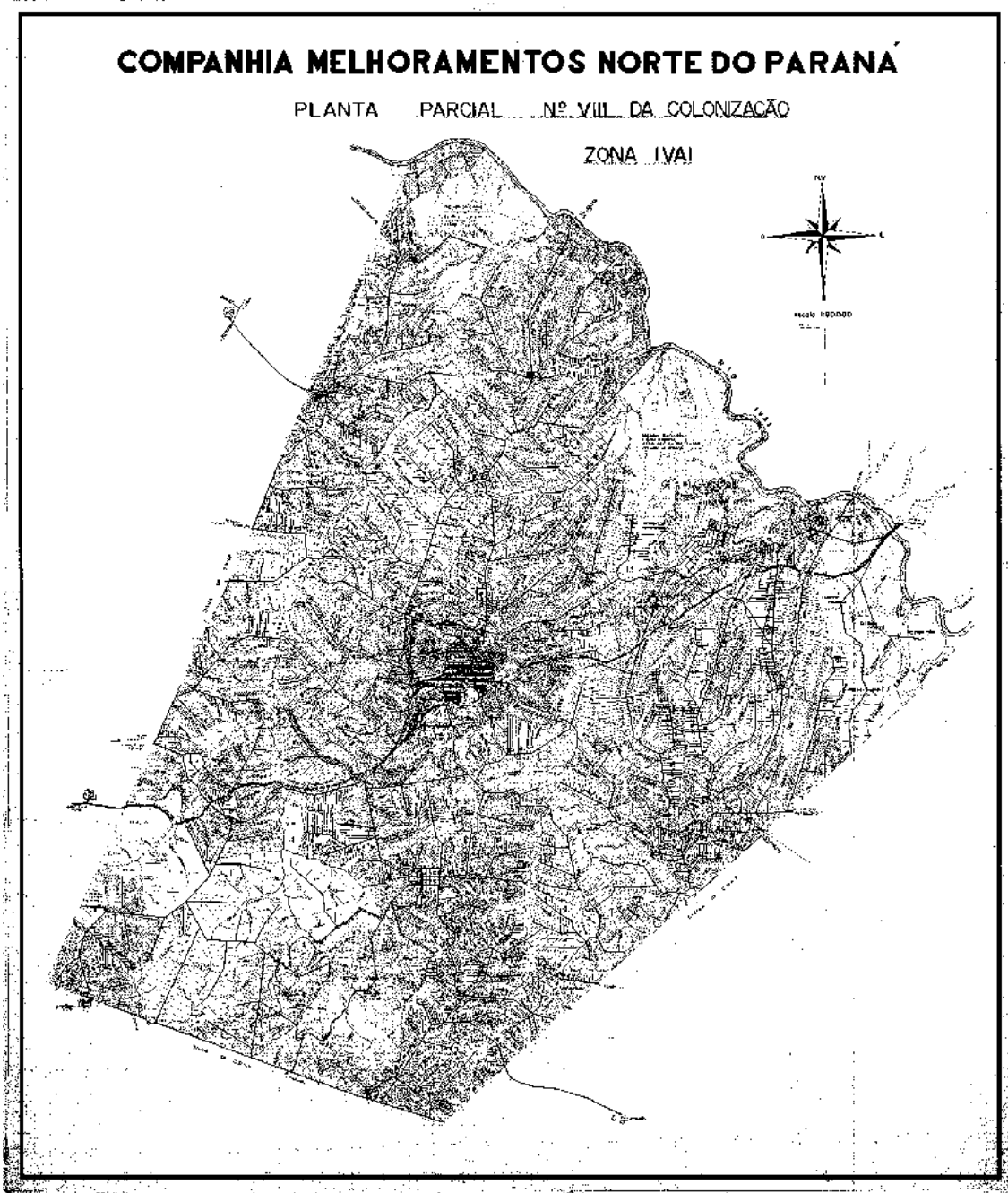
Fonte: LEITE JÚNIOR, H. M. T., & ESCUBEDO, M. L. (2006, p. 89).

Já na CMNP, conforme Tomazi (1997, p.207), o objetivo principal era a obtenção de lucro rápido com a comercialização das terras que adquirira do Estado, admitido pela própria. Ou seja, buscava-se a "certeza do lucro, proporcionado [...] pela escolha criteriosa de terras férteis e de uma atividade agropastoril de rendimento assegurado – o café" (CMNP, 1977, p.54).

Quanto à estratégia de dividir as terras em chácaras e pequenos e médios lotes rurais, financiados a longo prazo que poderiam ser pagos, segundo eles, com a própria produção (aspecto que facilitaria o acesso do pequeno produtor à terra), Oberdiek(1989) diz que isso os tornavam mais valorizados quanto mais próximos estivessem das áreas urbanas, em detrimento das mais afastadas, que eram vendidas por um preço menor.

A Figura 34 mostra o mapa dos cem mil alqueires adquiridos pela CMNP, compreendendo as terras após o rio Ivaí, no sentido Maringá a Umuarama, dividido em lotes de terras individuais, tendo como núcleo a cidade de Cianorte. O valor pago não foi informado, só obtivemos a informação de que "A Companhia de Terras Norte do Paraná, adquiriu a maior parte de suas terras - 450.000 alqueires - pela quantia de 8.712 contos de réis, em 1925, diretamente do Governo do Estado do Paraná" (CMNP, 1977, p. 54)

Figura 34 - Área da CMNP, adquirida em segunda etapa à esquerda do Rio Ivaí



FONTE: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Contudo para terem sucesso em seus empreendimentos, tanto o Governo como a Companhia precisavam atrair um elemento primordial e imprescindível: o homem. Para que isso acontecesse, criaram facilidades para a aquisição das terras, divulgaram sua alta produtividade, e a motivação final veio com a possibilidade de

ganhar dinheiro cultivando o café. Era uma nova “corrida do ouro”, uma vez que, na época, o café era chamado de "ouro verde", devido à sua alta lucratividade.

4.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA ENTRE OS DOIS PROJETOS

Ao analisar os dados e as variáveis (quantidades de lotes de terras e suas áreas em relação aos dois projetos, do Estado e da CMNP, conforme tabelas transcritas no Anexo 4 - TABELAS e os métodos estatísticos disponíveis que melhor espelhariam um resultado confiável, optamos pelo teste não paramétrico de *Wilcoxon*, também conhecido na literatura como teste de *Mann-Whitney*. Esse teste é aplicado quando se tem um par de amostras independentes para verificar a probabilidade de serem consideradas semelhantes ou não. Portanto, é indicado na situação em que as suposições realizadas nos testes paramétricos não são verificadas, uma vez que a distribuição dos escores se mostrou assimétrica.

O teste de *Wilcoxon* utiliza os postos das observações ordenadas, sendo um método de nível ordinal. Realizando a ordenação dos dados das duas amostras, e sendo n_1 e n_2 o tamanho das amostras dos grupos 1 e 2, respectivamente, um escore é atribuído a cada valor, X_i , $i = 1, 2, \dots, n_1 + n_2$, caso ocorram empates o escore é dado pela média das ordens das observações repetidas. Posteriormente, é realizada a soma dos postos R para o primeiro grupo. A estatística W é dada pela fórmula abaixo:

$$W = R - \frac{n_1(n_1 + 1)}{2}.$$

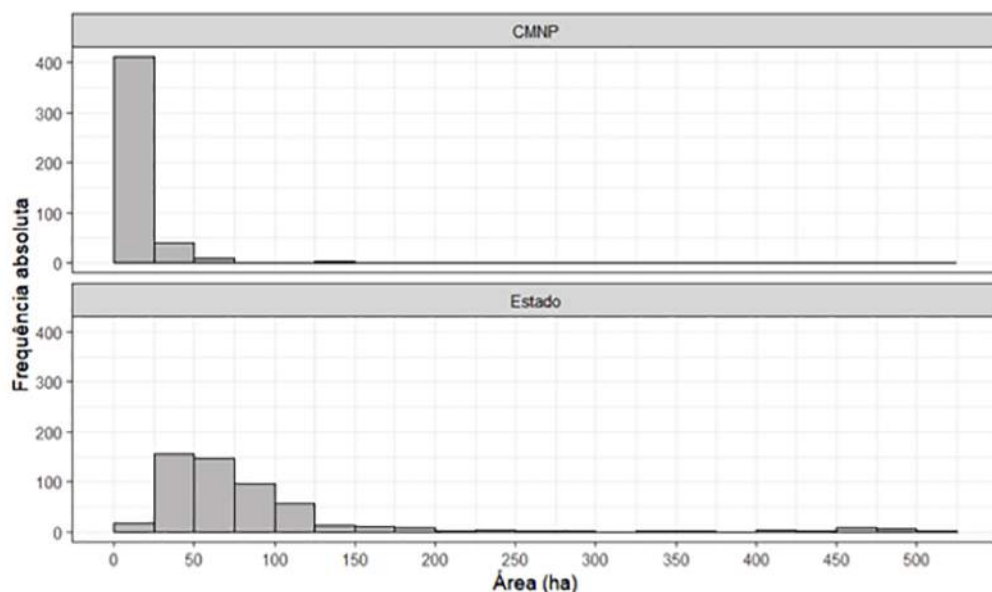
(SHESKIN, 2003, p. 444)

Todas as análises foram realizadas com o auxílio do *Core* ambiente estatístico R (*R Development Team*), versão 3.5., que pode ser obtido gratuitamente na *internet*⁴.

A seguir, é apresentada a distribuição de frequências dos tamanhos dos lotes de cada projeto, assim como os resultados do teste de comparação entre ambos, sendo que foram obtidos os dados das áreas de 466 lotes da CMNP e de 537 lotes do Estado.

⁴ Disponível no endereço: <http://cran.r-project.org>

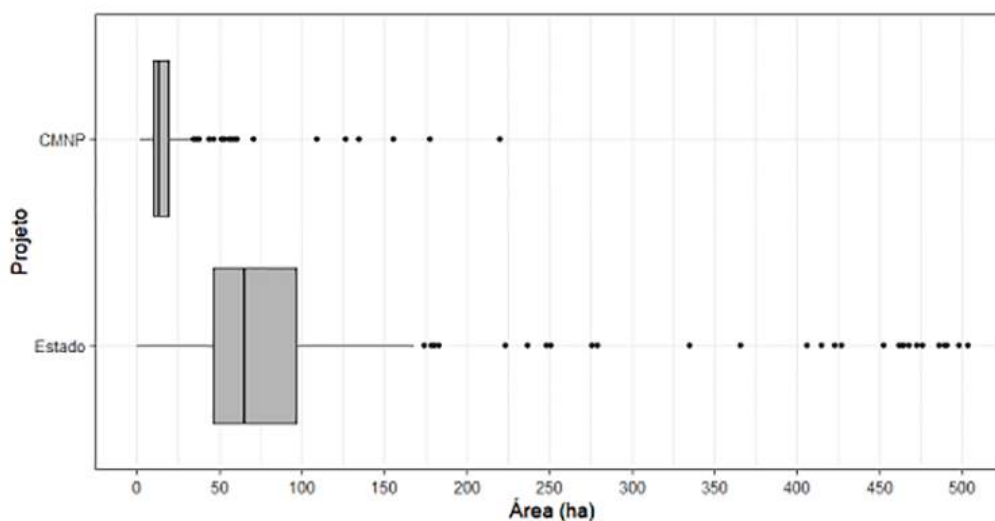
Figura 35 - Histogramas das áreas (ha) dos lotes do CMNP e do Estado



Fonte: ITCG e CMNP

Pela Figura 35 observa-se que a área da grande maioria dos lotes da CMNP concentra-se entre 0 e 25 ha, sendo que apenas alguns poucos lotes (cerca de apenas 3% deles) apresentam áreas superiores a 50 ha. Por outro lado, observa-se que, para os lotes do Estado, a área concentra-se entre 25 e 100 ha, sendo que mais de dois terços dos lotes possuem área superior a 50 ha. Alguns poucos lotes aparecem com área de 0 ha (zero hectare), e isto se deve ao fato desses lotes terem sido anexados a outros, e suas áreas integradas.

Figura 36 - Box plots das áreas (ha) dos lotes do CMNP e do Estado



Fonte: ITCG e CMNP

O *box plot* ou desenho esquemático é um gráfico que se costuma utilizar para sintetizar em uma mesma figura várias informações relativas à distribuição de uma determinada variável quantitativa (PINHEIRO et. at. 2015, p. 27).

Assim como a Figura 35, a Figura 36 apresenta a distribuição das áreas dos lotes de ambos os projetos. Fica evidente que a área de lotes da CMNP concentra-se entre 0 e 25 ha e do Estado entre 50 e 100 ha.

Tabela 4 - Distribuição de frequências das características dos lotes participantes da pesquisa

Projeto	Lotes com área	Lotes sem área	Média	Desvio Padrão	Mínimo	1º Quartil	Mediana	3º Quartil	Máximo
CMNP	466	29	17,16	18,84	1,57	9,68	13,31	19,36	219,73
Estado	537	5	89,94	89,12	17,00	46,00	65,20	96,60	503,00

Fonte: (BARBIZAN, 2019).

Corroborando os resultados observados nas Figuras 35 e 36, nota-se na Tabela 4 que a área média observada nos lotes do CMNP é de 17,16 há, o que é muito menos do que a área média dos lotes do Estado, que é de 89,94 há. Há também diferenças em relação às medianas, (de 13,31 e 65,20 ha, respectivamente), de maneira que há evidências suficientes de que a diferença entre os projetos chega ao nível de 5% de significância (valor $p < 0,001$), de acordo com os resultados do teste de Wilcoxon.

Destaca-se também que a variabilidade observada nas áreas do Estado também se mostrou maior em relação à da CMNP, uma vez que os desvios padrões obtidos foram de 18,84 e 89,12 ha, respectivamente. As diferenças, portanto, são significativas.

4.4 LOTES PEQUENOS, MARGEM DE LUCRO MAIOR

Ao observar como foram distribuídos os lotes, por tamanho das propriedades, temos, nas glebas Tuneiras e Marabá, noventa e oito chácaras de 12,10 hectares, o correspondente a cinco alqueires paulistas cada; quarenta e seis de 16,94 hectares, que equivalem a sete alqueires cada um, e sete de 2,42 hectares, isto é, um alqueire paulista.

A Companhia utilizava o alqueire paulista como medida para dividir seus lotes de terras, assim eles eram compostos por dois alqueires, cinco alqueires, vinte alqueires, e assim sucessivamente.

Nas terras que pertenciam ao Estado, o maior número de lotes com a mesma área verificada foram treze lotes com 40,00 ha, que correspondem a dezesseis alqueires e meio cada um, e dez de 50,00 hectares, correspondente a vinte alqueires e meio cada um.

O Estado preferiu utilizar a medida em hectare ou em metros quadrados para definir as áreas de seus lotes de terra. Por essa razão convertemos todas as áreas em hectares.

Se formos transportar esses lotes para uma área, digamos, de cem hectares, veremos uma quantidade imensamente maior de lotes na área da Companhia Melhoramentos. Seguindo o raciocínio dos textos estudados, lotes menores teriam maior valorização, e essa seria uma das explicações, porém não a única, para tantos lotes pequenos.

Uma observação relevante é que nos primeiros anos, inúmeros lotes nas áreas do Estado foram divididos em dois ou mais outros lotes, quando se acrescentavam uma letra aos nomes dos lotes, como o caso do lote 25 da gleba três, que, desmembrado, recebeu os números 25-A e 25-B, possibilitando assim que mais de uma pessoa adquirissem o seu pedaço de terra. Ou ainda, como no caso citado por Carvalho (2019), parte das terras eram trocadas por prestação de serviços, isto é, doava-se uma parte da propriedade a terceiros em troca da derrubada das árvores e da preparação da terra para o cultivo.

A comercialização dos lotes por parte da Companhia era feita com trinta por cento de entrada e o restante era parcelado em quatro anos para pagar com juros de 8% (oito por cento) ao ano, (CMNP, 1977, p. 131). Não há informações oficiais sobre como era feita a comercialização nas terras do Estado, mas se sabe o valor de algumas transações por meio das quais a Companhia havia adquirido as terras em épocas anteriores às do período ora em estudo.

4.5 ESTRATÉGIA E IMPROVISAÇÃO

A CMNP tinha um planejamento pré-determinado, bem detalhado e de longo prazo para a ocupação e comercialização de suas terras, que consistia em construir uma cidade para ser um centro regional a cada cem quilômetros aproximadamente e, entre elas, fundar as vilas distanciadas entre dez e quinze quilômetros entre si, como centros comerciais de abastecimento intermediário, conforme CMNP (1975, p.70). Os bairros recebiam os nomes dos rios ou córregos que atravessavam as terras, como fica bem evidenciado na tese de mestrado de Márcia Lupion (2003), "Nas Águas de Lobato".

Iniciando-se o plano de colonização "inspirado – como conta Gastão de Mesquita Filho – no êxito de um trabalho semelhante realizado entre 1910 e 1920 pelo inglês James Miller e pelo escocês Robert Clark em uma área de 40 mil alqueires, situada em Birigui - SP, na Noroeste" (CMNP, 1977, p. 70).

Os lotes rurais iam sendo organizados a partir e ao redor da zona urbana. No caso de Tuneiras, essa lógica foi parcial, pois não foi a CMNP que escolheu o local da implantação da cidade: ela já existia antes, o povoado se iniciou nas terras do Estado, na fronteira com as terras da Companhia Melhoramentos, sendo que a estrada Boiadeira dividia as duas áreas urbanas.

Assim, Tuneiras já era mesmo um distrito quando eles iniciaram a comercialização local. Apenas o distrito de Marabá e as glebas Patrimônio Marabá e Patrimônio Tuneiras foram totalmente colonizados pela Companhia. A figura a seguir apresenta o esboço do mapa da sede do distrito de Marabá, sua área urbana, elaborada pelos engenheiros da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

Figura 37 - Planta do Distrito de Marabá, elaborado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (2006)



Fonte: Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste (2006).

Os projetos arquitetônicos urbanos são bem distintos: quem chega a Tuneiras pela PR 479, sentido Tapejara a Moreira Sales. Ao chegar na cidade de Tuneiras, vai deparar com as chamadas rotatórias, cruzadas por largas avenidas. Após cruzar a estrada Boiadeira, deixa-se as terras que eram da Companhia e passa-se às terras que pertenciam ao Estado. Nessas, as ruas se cruzam em ângulo reto e os quarteirões são do mesmo tamanho, com um deles transformado em praça, modelo popularmente conhecido como tabuleiro de xadrez.

A Companhia desenhou as áreas urbanas e rurais em um projeto pré-determinado e bem definido. Seus lotes rurais eram compostos por chácaras próximas às áreas urbanas, que formariam o cinturão verde destinado ao abastecimento das cidades. Os sítios seriam maiores à medida que fossem se afastando da região central e, com raras exceções, a Companhia reservava grandes área para implementar suas próprias fazendas. Assim, fazem parte do território de Tuneiras as fazendas: Tuneira, com sede no próprio município. A Fazenda Tucano, com sede em Tapejara, e as fazendas Água do Índio e Porangatu, com sede em Cianorte. Todas elas têm parte de suas terras no município de Tuneiras.

Na área rural, a Companhia seguiu seu projeto pré-determinado, com chácaras ao redor dos perímetros urbanos de Tuneiras e Marabá. Na sequência, os lotes de terras iam aumentando a sua área enquanto se distanciavam das cidades, o "núcleo urbano é circundado por um cinturão verde repartido em chácaras que servem ao abastecimento da população" (CMNP, 1977, p.110), o que lembra de certa maneira a teoria da distribuição e localização da produção agrícola de Johann Heinrich von Thünen (LINHARES, 1997), com a cidade no centro e círculos concêntricos bem definidos e especializados ao seu redor.

A cidade determina os preços, neles embutidos o dos transportes. A distância será o fator determinante da constituição das áreas de produção organizadas em torno da cidade, em círculos concêntricos bem definidos e especializados. Seriam seis esses anéis agrários do centro para a periferia: o primeiro dedicado aos hortigranjeiros (culturas intensivas) e o sexto, o mais largo, destinado à criação de gado em regime extensivo, para consumo da cidade (LINHARES, 1997, p. 263).

Porém, no caso de Tuneiras, o chamado cinturão verde não se consolidou, pois as áreas urbanas eram uma extensão da rural, e seus habitantes cultivavam pequenas hortas caseiras, criavam galinhas e até porcos na cidade. Por isso, tanto os chacareiros como os pequenos e médios produtores cultivavam os mesmos produtos, que era principalmente o café, com lavouras de subsistência intercaladas aos cafezais, sendo a pecuária a segunda atividade mais exercida nos primeiros anos de ocupação.

Ao contrário do que foi feito pela Companhia Melhoramentos, os lotes de terras rurais na área pertencente ao Estado foram distribuídos de forma desorganizada, com chácaras, pequenos, médios e grandes lotes de terras distribuídos por toda a área, desde o entorno da cidade até toda a zona rural do município. Apenas em algumas áreas, como na divisa com o município de Araruna, e na divisa da gleba 1 com a gleba 2, havia uma melhor divisão dos lotes, porém com áreas bem variáveis, com: 48, 50, 150 e 248 hectares. Talvez isso tenha ocorrido pelo fato de o Estado ter respeitado as áreas já ocupadas anteriormente à sua medição oficial, enquanto a Companhia readquiriu as terras que estavam ocupadas dentro da área que havia comprado do Estado antes de realizar o loteamento.

Portanto, da fundação a 1928, foram comprados 515.017 alqueires, pagando-se o preço algumas vezes ao Estado, aos concessionários e aos eventuais

posseiros – dando ao domínio uma garantia cabal, jamais contestada (CMNP, 1977, p. 218).

Tal afirmação é contestada por pesquisadores como (TOMAZZI, 1997):

O que se sabe é que a CTNP/CMNP, como também outras companhias colonizadoras, possuíam uma "guarda particular", bem como utilizavam-se de "jagunços", também chamados de "limpa trilhos" ou "quebra milho" para remover e sanear as terras compradas (TOMAZZI, 1997, p. 225).

A forma como as companhias de colonização negociavam com os posseiros é contada por um proprietário de uma delas e registrada por Rompatto (2016):

Enio Pipino, um dos donos da Sinop, por meio de entrevista concedida em 1994, confirmou que essa era uma prática muito comum entre as companhias que adquiriam terras "devolutas" do Estado, ocupada por posseiros. Segundo ele, quando a área ocupada pelo posseiro era considerada grande, "era preciso negociar" e, normalmente, na "negociação", o posseiro ficava com a parte da terra cultivada e o restante a colonizadora vendia para outros. Buscava-se, na opinião dele, um acordo para que a parte menos favorecida não ficasse totalmente no prejuízo, sem a terra para sustentar sua família (ROMPAZZO, 2016, p.119-120).

Em relação ao estado do Paraná, os diversos governadores buscaram implantar projetos próprios de desenvolvimento de curto prazo sem dar prosseguimento aos projetos de seus antecessores. O que mais perdurou foi a divisão das terras primeiramente em colônias, as quais foram aos poucos divididas em glebas e, finalmente, as glebas foram subdivididas em lotes de terras.

Não havia um modelo de construção de cidades, nem uma prévia definição de locais a serem implantadas: elas foram surgindo espontaneamente com a ocupação e só depois eram organizadas pelo Estado ou por iniciativa de particulares. Em Tuneiras, a princípio foram abertas algumas ruas pelos próprios moradores, como relata Modesto Francisco de Carvalho. Anésio de Deus (2019) afirma que essas ruas eram tão estreitas que se uma carroça encontrasse com a outra em sentido contrário em uma rua, uma delas tinha que entrar no mato que beirava a rua para dar passagem para a outra. Anos mais tarde é que engenheiros e agrimensores do Estado as organizaram e hoje a cidade tem largas ruas e avenidas.

Os distritos refletem essas diferenças de organização, o de Marabá, que fica em terras que pertenciam à Companhia, foi desenhado antes da comercialização das terras da zona rural e urbana. Já o distrito de Aparecida do Oeste foi uma doação de um particular que havia se apossado de uma área grande de terras, que comercializou

uma parte dela e, para regularizar as posses, fez a doação das terras para se organizar a área urbana.

Nas terras que pertenciam ao Estado, também foram criados pequenos povoados com quadras divididas em diversos lotes destinados a residências e ao comércio em geral, assim como alguns lotes destinados à construção de capelas (igrejas). É o caso de Guaraitava, Canaã e Ouro Verde, que se distinguem dos demais bairros do município.

4.6 ALGUMAS SEMELHANÇAS ENTRE OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

As ruas e avenidas em ambos os projetos, do Estado e da Companhia, são bem amplas, garantindo mobilidade satisfatória. Os terrenos urbanos também são bem vastos, com área de 600 e 1.000 metros quadrados.

Uma preocupação comum era fazer com que todos os lotes rurais tivessem uma disposição tal que a "cabeceira", local mais alto, ficasse onde passava uma estrada e o fundo, local mais baixo e sujeito a geadas mais forte, concentrasse as residências e demais benfeitorias, sendo também o local onde corria um rio, normalmente utilizado para matar a sede dos animais.

Também as disposições das culturas eram semelhantes: nos lugares mais altos, ocupando a quase totalidade da área da propriedade, plantava-se café. Depois vinha um pequeno espaço chamado de palhada, o qual era destinado à "lavoura branca", de subsistência, com arroz, feijão e milho, entre outros. Em seguida, vinham as pastagens, que avançavam até a beira dos rios, onde também se encontrava as terras menos férteis, mais arenosas – com a presença de saibro (argila) – e um pouco alagadas, área esta chamada de brejo.

As residências, paiol, tulha, terreiro para secar os grãos colhidos, mangueira, chiqueiro de porcos e galinheiro, ficavam dentro dessa área, separados por cercas de arame farpado.

4.7 A REALIDADE DE TUNEIRAS E REGIÃO NO PERÍODO 1970-1980

Todas as informações trazidas nesta seção são baseadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos anos compreendidos entre 1970 e 1980. São dados da microrregião na qual Tuneiras está inserida, a Microrregião Norte Novíssimo de Umuarama⁵, e dados específicos do município de Tuneiras.

Na década de 1970 o café era a principal lavoura da microrregião, tanto em área ocupada como em valor de receita bruta com a sua comercialização. Além do café, a microrregião apresentava uma agricultura bem diversificada, com destaque para as plantações de soja, algodão, milho, feijão e amendoim, e, em menor expressão, as de arroz, trigo, mandioca e mamona.

No tocante a algumas lavouras de cultivos temporários, a microrregião se destacava em relação às demais microrregiões do Estado pelo cultivo da mamona e do amendoim. Ocupava a primeira colocação em termos de área ocupada com essas culturas, a segunda posição em área ocupada com algodão e a terceira posição em área destinada ao cultivo da mandioca, segundo dados do IBGE de 1980.

O IBGE passou a disponibilizar dados específicos de Tuneiras apenas a partir de 1974. Nesse ano, o café era o principal produto do município, respondendo por 42,45% da receita bruta recebida pelos produtores dentre os produtos agrícolas comercializados, seguido pelo algodão (34,41%) e o amendoim (3,57%). Já em 1980, o algodão foi a lavoura que mais contribuiu em valores comercializados, com 22,83%, seguido pelo café (12,70%) e o amendoim (11,17%) - um reflexo dos efeitos da grande geadada de 1975 sobre as colheitas do café nos anos seguintes e da acentuada redução da ocupação do solo com essa cultura, conforme já mencionamos.

No que diz respeito à área ocupada com terras destinadas à pecuária bovina, ela equivalia a 55% (cinquenta e cinco por cento) dos estabelecimentos rurais, porém contribuía com apenas 15% (quinze por cento) do valor total da produção agropecuária. Mesmo assim essa microrregião detinha o segundo maior rebanho bovino do estado. O censo do IBGE de 1974, contabilizou 44.086 (quarenta e quatro

⁵ Umuarama é destacada pelo IBGE como a cidade mais importante dessa microrregião, com a função de capital regional, e Cianorte é o centro sub-regional.

mil e oitenta e seis) bois em Tuneiras, número que passou para 64.481 (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e um) bois em 1980.

O setor secundário estava relacionado à indústria de processamento de produtos da agricultura. O maior valor alcançado de transformação industrial dessa matéria prima estava no município de Umuarama, que respondia por 35% (trinta e cinco por cento) de toda a região, referente a receita bruta com a sua comercialização.

O setor secundário Tuneiras contava, segundo informações da Prefeitura Municipal, com: a) um entreposto do Laticínio de Cruzeiro do Oeste; b) com alambiques de hortelã, que transformavam a planta em óleo para ser comercializada; c) com diversas pequenas fábricas de farinha de mandioca, movidas a água, que funcionavam em regime familiar, conhecidas como atafonas. As atafonas eram um conjunto de instrumentos artesanais de madeira, composto principalmente por engrenagem, prensa e moedor, dispostos em galpões semiabertos, elaborados pelos próprios moradores, que também plantavam e colhiam a mandioca em suas respectivas propriedades.

Ainda segundo o IBGE, na década analisada essa microrregião apresentava condições de acessibilidade inferior às demais regiões do norte paranaense, sendo destaque apenas a PR-323, entre Umuarama a Maringá. As ligações de Tuneiras com os demais municípios eram feitas por estradas de rodagens de chão batido, o que dificultava a acessibilidade, isolando essa região em tempos de fortes chuvas e frustrando o anseio por desenvolvimento, não só do município, mas em toda a região. Uma infraestrutura adequada era imprescindível para o escoamento da produção, para atrair novos investimentos e gerar emprego e renda, assim promovendo o crescimento de municípios e dessa nova região em formação.

Em relação à demografia o Instituto apontava um acentuado decréscimo populacional na década de 1970, com uma taxa média anual negativa de -2,88% (menos dois vírgula oitenta e oito por cento). O maior decréscimo se deu na zona rural, que em termos absolutos teve a mais alta perda de população rural do Estado (230.955 habitantes).

A urbanização naquele período foi muito significativa: a população urbana total representava 21,72% do total da população em 1970, e passou a representar 42,67% em 1980. A densidade demográfica da microrregião, que era de 47,54 hab/km² em 1970, teve uma redução para 35,49 hab/km² em 1980.

Tuneiras seguiu a tendência da microrregião: houve uma redução no total de habitantes de 19.838 em 1970 para 12.375 habitantes em 1980, e a taxa de urbanização que era de 12,65% em 1970 passou para 26,70% em 1980.

Essa tendência de redução de habitantes nos pequenos municípios da microrregião, entre eles Tuneiras, se manteve pelas décadas seguintes (e continua se mantendo). O IBGE prevê que no fim de 2020 a população de Tuneiras seja de 8.533 habitantes. O aumento da urbanização também se manteve por toda a microrregião, porém de forma menos acentuada, independentemente do tamanho dos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História é o estudo das ações humanas no passado e no presente, ou, como defende o historiador Marc Bloch (2001, p. 55), é a “ciência dos homens no tempo”. É a ciência que estuda pessoas, o ser humano. Fazendo uma reflexão entre esses conceitos e o que foi aqui pesquisado, temos uma desastrosa coincidência entre as ações dos dois projetos da ocupação do território em análise, que foi o desrespeito às pessoas. Ao procurar tornar invisíveis os indígenas e "caboclos" que habitavam as terras que o Estado declarou serem suas, em um vazio demográfico, de matas "ditas" virgens (isso sem citar as guerras promovidas contra os índios, para expulsá-los das terras ou mesmo extingui-los), fez o oposto do que seria uma política de integração, isto em um período ligeiramente anterior ao objeto de nossos estudos.

Na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – não na área em estudo, mas na sua atuação em geral –, prevaleceu a mesma lógica de se livrar a qualquer custo dos chamados posseiros, que atrapalhavam seu projeto de colonização, conforme descrito.

Estudando a formação de Tuneiras, encontramos um posto da guarda florestal que vai se transformando em um povoado, depois em distrito e rapidamente chega a município, atraindo um grande contingente de pessoas para implantar a lavoura do café e trabalhar nela, pois era uma cultura que necessitava de grande quantidade de mão de obra.

Como vimos a falta de continuidade de projetos dos governos, principalmente os estaduais para a construção de ferrovias, vias fluviais e rodovias, como a Boiadeira e o destinado entroncamento de um importante e integrado sistema ferroviário e fluvial, não permitiu que o município se integrasse de forma mais contundente aos mercados estaduais, nacionais e mesmo internacionais, já que um dos projetos era ligar o porto de Paranaguá, no Paraná, ao porto Isaly, no Peru, ligando os oceanos Atlântico ao Pacífico e passando por Tuneiras.

Essa deficiência nas vias de ligação de Tuneiras com os demais municípios da região e dos grandes centros dificultou tanto a mobilidade de sua população em se deslocar e retornar à cidade, como inibiu a atração de novos negócios e a modernização do município, principalmente para suprir a falta de opção da mão de

obra para os trabalhadores que ficaram desocupados, mas que podiam estar trabalhando após a erradicação dos cafezais.

Em relação ao confronto das políticas de colonização, percebemos que nenhum governador estadual se preocupou em promover uma política de Estado de longo prazo. Cada governador se preocupou apenas em pôr em prática políticas próprias e até contraditórias com as de seus antecessores, prejudicando as pessoas que estavam instaladas em suas terras, e os municípios que esperavam que a conclusão de projetos governamentais impulsionasse o seu desenvolvimento.

A CMNP, por sua vez, tinha um planejamento pré-determinado, bem detalhado e de longo prazo, e respeitou as diretrizes traçadas pela sua antecessora, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), o que permitiu uma colonização mais homogênea.

A disposição dos lotes com as residências situadas próximas aos rios e córregos, nas baixadas, coincide nos dois projetos, porém, se por um lado havia um benefício financeiro e evitava maiores prejuízos com as geadas, já que elas incidem mais nesses locais, percebemos, por meio das entrevistas, que essa configuração prejudicou uma maior interação entre os moradores cujos sítios faziam divisas frontais, e que as relações de vizinhança eram mais próximas com os que residiam nos sítios paralelos, isto se deve devido à distância entre as residências, no caso dos sítios que faziam divisa frontal, a distância entre suas residências eram em torno de dois mil metros ou mais, já nas propriedades com divisas em paralelo as distâncias entre as casas eram bem diminutas, em torno de cem metros; além de que, dentro dessas propriedades havia várias residências, a esses conjuntos de moradias davam-se o nome de colônia.

Se porventura essas residências tivessem sido construídas próximas das estradas, poderíamos imaginar as mesmas como uma extensa rua ou avenida com casas dos dois lados e uma interação muito mais intensa, bem como uma paisagem bem mais agradável do que só ver plantações. “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem (...). Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1994, p.61).

O fato de as terras que pertencem ao município de Tuneiras do Oeste estarem localizadas em áreas que pertenciam ao Estado do Paraná de um lado e à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná do outro, permitiu o cruzamento de dados a partir de mapas que conseguimos localizar ao longo deste trabalho de pesquisa - mapas estes

que continham lotes de terras rurais com suas devidas áreas individuais -, e assim conseguimos chegar a uma conclusão sobre a quantidade de pequenos lotes que existiam em cada um dos projeto e que era um dos principais objetivos dessa dissertação.

Conforme ficou demonstrado, havia uma quantidade significativamente maior de pequenos lotes na área de terras que eram da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná do que nas pertencentes ao estado do Paraná, o que, entre outras razões, proporcionava um maior lucro para aquela empresa.

Após as análises, interpretações e reflexões elaboradas a partir das mais diversas fontes de pesquisas, conforme relatamos no decorrer do texto, acreditamos ter atingido os objetivos aos quais nos propusemos no início desta dissertação, trazendo um novo olhar sobre a formação do município de Tuneiras do Oeste e região. Um trabalho inédito de comparação, entre tamanho e quantidade de lotes de terras rurais em um mesmo município, que analisou dois modelos de colonização: o do Estado do Paraná e o da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. "**O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa.**" *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV (2004): 13-31.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Jéssica A. de. **Levantamento florístico vascular e síndromes de dispersão de um remanescente de cerrado no município de Tuneiras do Oeste Paraná-Brasil**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 211- 282.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. **Circular nº 249, de 14 de abril de 1975**. Institui o programa de subsídios ao preço de fertilizantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de abril de 1975.

BATHKE JR, W. **Velha Boiadeira Sonho de Campo Mourão** [repostagem vinculada ao Blog do Wille Bathke Jr, em 04/04/2011] Disponível em: <http://wibajucm.blogspot.com/2011/04/velha-boiadeira-reatacada.html> acessado em 15 de outubro de 2019.

BELTRÃO, Alexandre F. **CAFÉ**. Revista de Estudos Históricos. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAF%C3%89.pdf>. Acessado em 13/10/2019.

BERNARDES, L. M. **O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná**. Rev. Bras. Geogr., v. 18, nº 3, p. 335-384, 1953.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, p. 51-68, 2001.

BOVO, Marcos Clair *et al.* **FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE (PR) BRASIL**. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 35, p. 4-23, jan. – jul. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2788>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934**. Institui o Código Florestal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 09 de fevereiro de 1934.
PARANÁ. Decreto-lei nº 433 de 26 de janeiro de 1946, do Governo do Estado do Paraná - Cria o Serviço Florestal.

Câmara Municipal de Cianorte. **Legislatura**. Disponível em:
<https://www.camaracianorte.pr.gov.br/?pag=T0dRPU9EZz1PR0U9T0dVPU9UZz1PVE09T0RnPU9XUT1PV1U9T1dRPU9HTT1ZVEE9&view=DET-LEG&idleg=15>.
Acessado em 17/12/2019.

Câmara municipal de Cruzeiro do Oeste - Paraná. **Regimento interno**. Disponível em:
https://www.camaracruzeirodoeste.com.br/upload/documentoshotsites/188/REGIMENTO_INTERNO_CRUZEIRO_original.pdf. Acessado em 03/09/2019.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense 1900/1970**. Ed. Grafipar. Curitiba-PR, 1981.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus meios de Vida**. 11ª edição da Editora Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro. 2010.

CARVALHO, Ely B de et al. **A modernização do sertão: terras, florestas, estado e lavradores na colonização de Campo Mourão-PR, 1939-1964**. 2008. 344 f. Tese (doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2008.

CHIES, Claudia; ROCHA, Márcio Mendes. **A população do bairro Concórdia-Tuneiras do Oeste-Paraná-Brasil. O tradicional e o moderno produzindo o espaço local**. Agrária (São Paulo. Online), n. 3, p. 83-102, 2005. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/89>. Acessado em 21 de agosto de 2019.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977.

CONSEA - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Tuneiras do Oeste. disponível em:
<http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/PLAMSANTUNEIRASFINALIZADO.pdf>
Acessado em 26 de outubro de 2019.

OLIVEIRA MAGALHÃES, C A; ORTÊNCIO FILHO, Henrique; DELARIVA, R. L. **Reserva biológica das Perobas: uma ilha de biodiversidade no Noroeste do Paraná**. Departamento de transportes da Universidade federal do Paraná, 2014. Ed. Única.

RÊIS, J. M.; TEIXEIRA, Juliana. **Festas Tradicionais no Entorno da Estrada Boiadeira no Paraná: um potencial para o turismo rural**. Revista Turismo em Análise, 2016, 27.2: 364-387.

SANTOS JÚNIOR, Jair Elias. **Campo Mourão: a construção de uma cidade**: Nova História Cultural Assessoria e Gestão Cultural. 2018.

DUARTE, Silvestre. **Campo Mourão: da saga dos Pereira ao Eldorado do Paraná (1897 - 1963)**: Editora Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 2018.

ENDLICH, Angela M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná. 2006. 505 f.** 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia–Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FERNANDES, Luiz Alberto. **Mapa litoestratigráfico da parte oriental da Bacia Bauru (PR, SP, MG)**, escala 1: 1.000. 000. Boletim Paranaense de Geociências, 2004, 55. Fonte IAPAR. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/IP132.pdf, acessado em 05/12/2019.

FONSECA, FP da; CZUY, Daniele C. **Formação Arenito Caiuá: uso, ocupação do solo e problemas ambientais na região noroeste do Paraná.** SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFICA AGRÁRIA JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, v. 2, n. 3, 2005.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios.** Curitiba: MB-Memórias do Brasil, 1999

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Antonio Gama, Prefeito de Tuneiras do Oeste, dá Exemplo de Administração.** Jornal. Maringá (PR), 21 de junho de 1964. Fonte: Biblioteca Pública do Paraná.

FONSECA, FP da; CZUY, Daniele C. **Formação Arenito Caiuá: uso, ocupação do solo e problemas ambientais na região noroeste do Paraná.** SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFICA AGRÁRIA JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, v. 2, n. 3, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, José S.: **"Crise do algodão brasileiro pós-abertura dos anos 90 e as condições da retomada da expansão em bases competitivas"**. Revista Informações Econômicas, SP, v.27, n.3, mar. 1997. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1997/tec1-0397.pdf>, acessado em 23 de outubro de 2019.

HARACENKO, Adélia A. S. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas.** 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1960.** disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/312/cd_1960_sinopse_preliminar_pr.pdf. Acessado em: 26/08/2019.

_____. **Censo demográfico de 1970**. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t19_pr.pdf.
Acessado em: 19/07/2019.

_____. **Censo Demográfico 1980**. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acessado em 20/08/2019.

_____. **Dados geográficos**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/tuneiras-do-oeste/panorama>. Acessado em:
09/12/2019.

_____. **Catálogo**. Disponível em
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=>.
Acessado em 11/12/2019.

INGLESE, Paolo et al. **Crop ecology, cultivation and uses of cactus pear**. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2017.

ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Mapas Históricos do Paraná**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html>. Acesso em 13 de outubro de 2019

KANASHIRO, K.; RATTON, E.; LUZ, C. C.; NADAL, C. A.; SACHET, J. V.; BLASI, G. F. **Boiadeira - Sonho que se realiza**. Curitiba: UFPR/ITTI, 2015, (Revista).

KIEHL, Edmar J. **Fertilizantes Orgânicos**. São Paulo: Editora Agronômica Ceres.1985

KOHLHEPP, Gerd et al. **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Editora da Universidade Estadual de Maringá-EDUEM, 2014.

LEITE JÚNIOR, Hor-Meyll Teixeira; ESCUBEDO, Marcel Luz. **Moisés Lupion: Civilizador do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, v. 1, 2006.

LIBERALI, Lucimara. **Os enclaves de vegetação semiúmida e semiárida nas áreas peculiares nos municípios de Campo Mourão, Luziana e Tuneiras do Oeste - PR**. 2014 Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

LINHARES, Maria Y. **História Agrária**. In: CARDOSO, Ciro F. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LUPION, Marcia. **Nas Águas de Lobato: a construção de um espaço social na zona rural de Lobato, Norte do Paraná (1948-1973)**. Diss. Dissertação de Mestrado. UEM/UEL, 2003.

LUPION, Moisés. **A Concretização do Plano de Obras do Governador Moyses Lupion (1947-1950)**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1950. Disponível em Arquivo Público do Paraná. Consultado em 11 de novembro de 2019.

MAACK, Reinhard. **Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná**. Ibero-Amerikanisches Archiv, p. 208-242, 1937.

_____. **Algumas observações a respeito da existência e da extensão do arenito superior São Bento ou Caiuá no Estado do Paraná**. Arquivos do Museu Paranaense, v. 1, p. 107-139, 1941.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná**. História: questões & debates. Curitiba, v. 8, n. 14-15, 1987.

MACEDO, Rivadavia de. **Relatório apresentado ao governador Manoel Ribas pelo Secretário dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas Rivadávia de Macedo**. Curitiba, 1933

MENDONÇA, Dafne M. de. **Plantando Cidades: um panorama sobre a ocupação da região pioneira e a atuação das Companhias Colonizadoras**. In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - A Construção da Cidade e do Urbanismo: Ideias tem Lugar? 2010, Vitória/ES. Anais... Vitória: Editora da UFES, 2010.

MERCER, Luís L. **Edmundo Toca Mercer, um livro só para nós**. Edição do autor, 196 p. Curitiba, 1978.

MOTA, Lúcio Tadeu. **A construção do vazio demográfico e a retirada da presença indígena da história social do Paraná**. Pós-História, v. 4, p. 123-7, 1994.

_____. **A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX**. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 21, n. 3, p. 4-25, 2017.

_____. Lucio Tadeu. **História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais**. Maringá: Eduem, 2005.

NASCIMENTO, Domingos do. **Pela fronteira: Paraná**. Domingos Nascimento." Curitiba. Typ. d'a Republica, 1903.

OBERRDIEK, Hermann Iark. **Fugindo da morte: imigração de judeus alemães para Rolândia-PR, na década de 1930**. Editora UEL, 1997.

OLIVEIRA, NILTON MARQUES; CRESTANI, LEANDRO ARAÚJO; STRASSBURG, UDO. **OCUPAÇÃO TERRITORIAL E AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO NORTE DO PARANÁ**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 16, n. 30, p. 131-150. 2016

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão: colonização, uso do solo e impactos sócio ambientais**. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

PARANÁ. Lei nº 1826 de 12 de março de 1919, do Governo do Estado do Paraná, aprova o decreto nº 546 de 02 de junho de 1918, **com concessão de terras para a construção da estrada Boiadeira**.

_____. **Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951**. Diário Oficial do Paraná, edição nº 217, de 27 de setembro de 1951. Curitiba - Pr. Aprova a criação do município de Peabiru - PR.

_____. **Lei nº 4245, de 25 de julho de 1960**. Diário Oficial do Paraná, edição nº 119, de 28 de julho de 1960, Curitiba - Pr. - Aprova a criação do Município de Tuneiras do Oeste - PR.

_____. **Lei nº 230 de 29 de dezembro de 1961**. Diário Oficial do Paraná, edição nº 243, de 06 de janeiro de 1962, Curitiba - Pr. - Aprova a criação do Distrito de Aparecida do Oeste - PR.

_____. **Lei nº 53, de 11 de dezembro de 1962**. Diário Oficial do Paraná, edição nº 247, de 05 de janeiro de 1963, Curitiba - Pr. - Aprova a criação do Distrito de Marabá - PR.

_____. **Lei nº 4.738, de 05 de julho de 1963**. Diário Oficial do Paraná, edição nº 102, de 06 de julho de 1963, Curitiba - Pr. - Aprova a criação do Município de Tapejara - PR.

_____. **Resolução nº1, de 23 de dezembro de 1964**. Diário Oficial do Paraná, edição nº 256, de 14 de janeiro de 1965, Curitiba - Pr. - aprova o plebiscito nas glebas 19 e 20, do núcleo de Goioerê, com ele o município de Tuneiras do Oeste - Pr., perdeu as glebas citadas para o município de Cruzeiro do Oeste - PR.

PEABIRU. **Lei nº 12, de 25 de abril de 1955**, decretada pela Câmara Municipal de Peabiru, e sancionada pelo Prefeito Municipal - **Criou os distritos de:** Tuneiras do Oeste, Cianorte, Cidade Gaucha, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Jussara, Maria Helena, Porto Camargo, Rondon e Umuarama.

PELEGRINI, Sandra C.A.; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 331).

PINTO, Tarcizio. **Mapa do Arenito** Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-do-Arenito_fig1_268741944. Acessado em: 01/12/2019.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

POZZOBON, Irineu. **A Epopeia do Café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006. p. 13.

PRIORI, Angelo A. **A revolta camponesa de Porecatu. Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, v. 2, p. 1930-1960, 2000.

RODRIGUES, Ari. et al. **Cruzeiro do Oeste: origens e formação**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, 2000. Disponível no site: "<http://www.cruzeirodoeste.pr.gov.br/cidade+itens.php?id=6>". Acessado em 20/11/2019.

RIBEIRO DA SILVA, Francisco. "**História local: objetivos, métodos e fontes**". In *Acta de Conferência Nacional*. Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 1999. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8247/2/3226.pdf>. Acessado em 01/12/2019.

ROMPATTO, Maurílio. **Piquiri "O Vale Esquecido": história e memória da luta pelas terras do "grilo Santa ruz" na colonização de Nova Aurora, oeste do Paraná**". Curitiba: CRV, 2016.

ROSEIRA, D. Fernanda; MASSOQUIM, N. Glória. **Analogia da Paisagem Ecotonal do Cerrado nos Municípios de Campo Mourão e de Tuneiras do Oeste**. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CET/GEOGRAFIA/dfroseiratrabalhocompleto.pdf Acessado em 13/09/2019.

SÁ, J.P.G. & CAVIGLIONE, J.H. **Arenito Caiuá: Capacidade de lotação das pastagens**. Londrina, IAPAR, 1999. 15p. (Informe da Pesquisa, 132)

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____ Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3^o ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____ Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. Hucitec, São Paulo, 1996. (3^a edição: 1999)

_____ Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro: Unesp, p. 185-245, 1991.

_____. **Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário paranaense.** In: Boletim de Geografia – UEM – ano 10, n. 01, 1992. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12893>. Acessado em 29/11/2019.

SHESKIN, David. **Handbook of Parametric and Nonparametric Statistical Procedures:** Third Edition. Chapman & Hall/CRC, 2003.

THOMAZIELLO, Roberto Antonio. **Uso da poda no cafeeiro: por que, quando e tipos utilizados.** Revista visão agrícola, Piracicaba, v. 1, n. 12, p. 33-36, 2013.

TOMAZI, Nelson Da. **Norte do Paraná: História e Fantasmagorias. Curitiba.** 1997. Tese de Doutorado. tese de doutorado, UFPR.

TUNEIRAS DO OESTE. **Decreto nº 102, de 26 de abril de 2014.** Aprova a criação da Estação Ecológica Angico do Cerrado.

WESTPHALEN, Cecília M., PINHEIRO MACHADO, Brasil e BALHANA, Altiva Pilatti. **Nova prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.** In.: Boletim da Universidade Federal do Paraná. Conselho de Pesquisas, Departamento de História. Curitiba, n. 7, 1968.

YOKOO, Edson N. **A dinâmica das frentes de ocupação territorial na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2013.

WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense.** Gráfica Vicentina, 1982.

YOKOO, Edson N., SERRA, Elpídio. **PLANOS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE.** Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino, v. 9, n. 1, p. 13-29, 2018.

ANEXOS

ANEXO 1 - Documentos orais

Entrevistas realizadas pelo autor

- 1 - Entrevista realizada na residência de Anésio de Deus, no dia 03 de julho de 2019, e teve duração de uma hora e trinta e cinco minutos.
- 2 - Entrevista realizada na residência de Arnaldo José Lanza, no dia 03 de julho de 2019, e teve uma duração de 53 minutos.
- 3 - Entrevista realizada em uma sala do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tuneiras do Oeste com Claudiney Batista, com uma duração de 48 minutos.
- 4 - Entrevista realizada na residência de José Ferreira Bispo, em 04 de julho de 2019, duração de 48 minutos.
- 5 - Entrevista realizada na residência de Josefina Pauluci Lanza, em 03 de julho de 2019, com uma duração de 62 minutos.
- 6 - Entrevista realizada na residência de Luzia Ruiz Guilherme, em 16 de junho de 2019, com uma duração de uma hora e cinco minutos.
- 7 - Entrevista realizada na residência de Sebastião Joaquim Domingues em 04 de julho de 2019, e teve duração de 32 minutos.
- 8 - Entrevista realizada na residência de Thereza Iracema dos Santos, em 16 de junho de 2019, com uma duração de uma hora e vinte e oito minutos.

Depoimentos prestados ao autor

- 1 - Depoimento prestado por Ângelo Pizaia, em sua residência em 14 de julho de 2019, teve uma duração de uma hora e quinze minutos.
- 2 - Depoimento prestado por Jair Alarcão de sua residência, com duração de 35 minutos.
- 3 - Depoimento prestado por Lauro Pedro da Silva, em estabelecimento comercial da família no dia 04 de julho de 2019, com uma duração de 28 minutos.

4 - Depoimento prestado por Rodolfo José Lanza de sua residência em nove de novembro de 2019, duração duas horas de cinco minutos.

Relato prestado ao autor

1- Relato apresentado por Modesto Francisco de Carvalho em 03 de julho de 2019, em sua residência, com a duração de duas horas e doze minutos.

Entrevistas publicadas

1 - Entrevista com Milton Honorato. (BOVO, Marcos C., 2013).

2 - Entrevista com Morador "A". (CHIES, 2007, p.66)

3 - Entrevista com Wilson Sidney Silva. (BOVO, Marcos C., 2013).

4 - Entrevista com Sebastião Rodrigues, (BATHIKE, 2011

ANEXO 2 - Cópia do Diário Oficial, sobre a criação do Município de Tuneiras do Oeste



Diário Oficial

ESTADO DO PARANÁ TAXA PAGA

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO

N.º 119	CURITIBA, 5ª FEIRA, 28 DE JULHO DE 1969	ANO XLVIII
---------	---	------------

LIV — TUNFIRAS DO OESTE: Com território desmembrado dos municípios de Cruzeiro do Oeste e Cianorte, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

1 - Com o município de Cianorte: — Começa no rio dos Índios na foz de um afluente à margem esquerda, denominada São Cristóvão sobe o rio dos Índios até a foz do córrego Hervalzinho;

2 - Com o município de Araruna: — Começa na foz do córrego Hervalzinho no rio dos Índios, sobe por este até a foz do córrego Adelaide, e este até a sua cabeceira, donde em reta por uma linha seca alcança a cabeceira do ribeirão Teneti, pelo qual desce até a sua foz no rio Golo-Erê;

3 - Com o município de Moura Sales: — Começa na foz do Ribeirão Teneti, no rio Golo-Erê, desce por este até a foz do rio da Areia;

4 - Com o município de Cruzeiro do Oeste: — Começa no rio Golo-Erê na foz do rio da Areia, sobe por este até a sua cabeceira, donde em reta por uma linha seca, alcança a cabeceira do seu contravertente denominado afluente São Cristóvão, pelo qual desce até a sua foz no rio dos Índios.

ANEXO 3 - Cópia do Diário Oficial, sobre a criação do distrito de Aparecida do Oeste

6 DE JANEIRO DE 1962

ANO XLIX

Art. 3. — Fica criado, no Município de União da Vitória, o Distrito Administrativo e Judiciário de São Cristóvão, com as divisas seguintes:

— partindo da encruzilhada das rodovias que ligam União da Vitória a Curitiba e União da Vitória a Paulo Freitas, seguindo pela rodovia União da Vitória a Curitiba até encontrar o rio dos Macacos; daí segue pela margem direita do rio dos Macacos até a sua foz; daí segue pela margem direita do rio Iguaçu até a foz do rio Vermelho, onde encontra a rodovia que liga União da Vitória a Paulo Freitas; daí segue pela mesma rodovia até encontrar a rodovia União da Vitória a Curitiba, no ponto de partida.

Art. 4. — Fica criado, no Município de Tuneiras do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida d'Oeste, com as divisas seguintes:

— partindo da foz do afluente da margem direita do rio Gólo-Erê até a foz do seu afluente da margem direita, que é contravertente do córrego Adelaide, subindo por este afluente até encontrar a estrada de rodagem que liga Tuneiras-Camp Mourão pela linha divisória das terras da Companhia Melhoramentos do Paraná e pela alameda estrada até o rio Ligeiro e subindo por este até sua cabeceira e daí em linha reta até encontrar a cabeceira do córrego afluente da margem direita do rio Gólo-Erê, que é contravertente do rio Ligeiro, e, finalmente, descendo por este afluente até o rio Gólo-Erê, ponto de partida.

Art. 5. — Fica elevada, de 3.ª para 4.ª estância, a Comarca de Boa Vista do Paraíso.

Art. 6. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de dezembro de 1961.

Vidal Vassini — Presidente

(Proc. 05377)

ANEXO 4 - Cópia do Diário Oficial, sobre a criação do distrito de Marabá

Sua das Sessões, em 11 de Dezembro de 1.962.
LUIZ ALBERTO DALCANALLE — Presidente.

(103)

LEI N.º 53/62

DATA: 11 de Dezembro de 1.962.

FÓRMULA: Cria Distritos Administrativos e Judiciários nos Municípios que especifica.

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 27, § 4.º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Sabaúdia, o Distrito Judiciário de BOM PROGRESSO, denominação que passa a ter a atual Vila Progresso, com as divisas seguintes:

— começa na nascente do arroio Pau d'Alho; desde por este até a sua foz no rio Piratã; subindo por este até a foz do arroio Lageado e seguindo por este até a sua nascente e daí por uma reta até encontrar a estrada de Arapongas e Astorga, seguindo esta até em frente da nascente do arroio Pau d'Alho, ponto de partida.

Art. 2.º — Fica criado, no Município de Pérola d'Oeste, Comarca de Santo Antônio, o Distrito Administrativo e Judiciário de CONCIOLÂNDIA, com as divisas seguintes.

— começa na barra do arroio Grande com o rio Santo Antônio; daí, segue o arroio Grande acima, até encontrar a divisa do Município de Pérola d'Oeste com o Município de Santo Antônio; daí, segue pela linha divisória desses Municípios, até o rio Santo Antônio, desce este até a barra do arroio Grande, ponto de partida.

Art. 3.º — Fica criado, no Município de Leopólis, Comarca de Cornélio Procópio, o Distrito Judiciário de JANDINÓPOLIS, com as divisas seguintes:

— começa no Pôrto D'Areia; no rio Faranapanema, subindo por este rio até encontrar o ribeirão dos Veados; subindo por este até encontrar o ribeirão Arapongas, pelo qual sobe até a estrada que liga Jandinópolis a Cornélio Procópio, seguindo por esta até encontrar a estrada que liga Leopólis a Cornélio Procópio, pela qual segue à cabeceira do ribeirão das Flores, descendo por este até o Pôrto D'Areia, ponto de partida.

Art. 4.º — Fica criado, no Município e Comarca da Lapa, o Distrito Administrativo e Judiciário de MARIENTAL, com as seguintes divisas:

— começa no rio do Corisco e segue pelo mesmo até encontrar o rio da Barra; e, por este, até encontrar o rio da Varzea; segue rio acima, até encontrar o rio do Ergo; deste, por linha seca, até encontrar o rio da Ruchinska, na divisa dos Municípios da Lapa e Contenda; por este, na mesma divisa, até o rio Iguaçu; segue por este até encontrar a barra do rio Corisco, ponto de partida;

Art. 5.º — Fica criado, no Município de Teneiras do Oeste, Comarca de Cruzeiro do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de MARABÁ, com as divisas seguintes:

ANEXO 5 - Tabelas

Tabela de lotes: Projeto do Estado, Gleba 1, Número dos lotes e Área de cada lote de terras em hectares

PLANO	GLEBA	NÚMERO DO LOTE	ÁREA EM HA
Estado	1	1	40,00
Estado	1	2	89,00
Estado	1	3	93,60
Estado	1	4	93,60
Estado	1	5	160,00
Estado	1	6	89,00
Estado	1	7	116,00
Estado	1	8	174,00
Estado	1	9	138,00
Estado	1	10	71,60
Estado	1	11	134,00
Estado	1	12	160,00
Estado	1	13	67,00
Estado	1	14	178,00
Estado	1	15	
Estado	1	16	250,40
Estado	1	17	107,60
Estado	1	18	107,60
Estado	1	19	120,80
Estado	1	20	44,80
Estado	1	21	63,60
Estado	1	22	116,40
Estado	1	23	182,80
Estado	1	24	58,00
Estado	1	25	93,00
Estado	1	26	489,00
Estado	1	27	138,40
Estado	1	28	156,40
Estado	1	29	24,00
Estado	1	30	69,00
Estado	1	31	67,20
Estado	1	32	

Estado	1	32-A	44,80
Estado	1	33	40,00
Estado	1	34	89,60
Estado	1	35	138,40
Estado	1	36	58,00
Estado	1	37	80,40
Estado	1	38	71,00
Estado	1	39	62,80
Estado	1	40	66,80
Estado	1	41	62,00
Estado	1	42	98,00
Estado	1	43	112,00
Estado	1	44	98,00
Estado	1	45	103,20
Estado	1	46	178,30
Estado	1	47	98,40
Estado	1	48	93,60
Estado	1	49	103,00
Estado	1	50	116,20
Estado	1	51	85,00
Estado	1	52	116,40
Estado	1	53	102,80
Estado	1	54	53,60
Estado	1	55	62,40
Estado	1	56	62,40
Estado	1	57	107,00
Estado	1	58	84,00
Estado	1	59	503,00
Estado	1	60	107,60
Estado	1	61	58,80
Estado	1	62	62,80
Estado	1	63	84,80
Estado	1	64	53,60
Estado	1	65	67,00
Estado	1	66	71,60
Estado	1	67	80,40
Estado	1	68	76,00

Estado	1	69	71,60
Estado	1	70	93,40
Estado	1	71	58,00
Estado	1	72	125,40
Estado	1	73	472,00
Estado	1	74	472,00
Estado	1	75	160,80
Estado	1	76	102,80
Estado	1	77	44,80
Estado	1	78	118,40
Estado	1	79	152,00
Estado	1	80	89,20
Estado	1	81	125,00
Estado	1	82	103,00
Estado	1	83	50,80
Estado	1	84	85,00
Estado	1	85-A	223,00
Estado	1	86	80,80
Estado	1	87	76,00
Estado	1	88	93,80
Estado	1	89	130,00
Estado	1	90	67,00
Estado	1	91	98,00
Estado	1	92	107,80
Estado	1	93	107,80
Estado	1	94	107,20
Estado	1	95	107,00
Estado	1	96	54,00
Estado	1	97	44,80
Estado	1	98	93,80

Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geografia - ITCG.

Tabela de lotes: Projeto do Estado, Gleba 2, Número dos lotes e Área de cada lote de terras em hectares

PLANO	GLEBA	NÚMERO DO LOTE	ÁREA EM HA
Estado	2	2	48,00
Estado	2	3	50,00
Estado	2	4	55,00
Estado	2	5	50,00
Estado	2	6	121,00
Estado	2	7	84,00
Estado	2	8	92,00
Estado	2	9	79,00
Estado	2	10	26,00
Estado	2	11	29,00
Estado	2	12	24,00
Estado	2	13	29,00
Estado	2	14	27,00
Estado	2	15	26,00
Estado	2	16	30,00
Estado	2	17	66,00
Estado	2	18	46,00
Estado	2	19	75,00
Estado	2	20	36,00
Estado	2	21	36,00
Estado	2	21-A	25,00
Estado	2	22	25,00
Estado	2	23	28,00
Estado	2	24	26,00
Estado	2	27	248,00
Estado	2	28	84,00
Estado	2	29	74,00
Estado	2	30	39,00
Estado	2	31	180,00
Estado	2	32	0,00
Estado	2	33	65,00
Estado	2	33-A	62,00
Estado	2	34	69,00
Estado	2	35	72,00
Estado	2	35-A	60,00
Estado	2	36	62,00

Estado	2	36-A	59,00
Estado	2	37	64,00
Estado	2	38	34,00
Estado	2	38-A	47,00
Estado	2	39	83,00
Estado	2	40	70,00
Estado	2	41	86,00
Estado	2	42	50,00
Estado	2	43	110,00
Estado	2	44	68,00
Estado	2	45	53,00
Estado	2	11	134,00
Estado	2	12	160,00
Estado	2	13	67,00
Estado	2	14	178,00
Estado	2	15	
Estado	2	16	250.4
Estado	2	17	107.6
Estado	2	18	107.6
Estado	2	19	120.8
Estado	2	20	44.8
Estado	2	21	63.6
Estado	2	22	116.4
Estado	2	23	182.8
Estado	2	24	58,00
Estado	2	25	93,00
Estado	2	26	489,00
Estado	2	27	138.4
Estado	2	28	156.4
Estado	2	29	24,00
Estado	2	30	69,00
Estado	2	31	67.2
Estado	2	32	
Estado	2	32-A	44.8
Estado	2	43	112,00
Estado	2	44	98,00
Estado	2	45	103.2
Estado	2	46	178.3
Estado	2	47	98.4
Estado	2	48	93.6

Estado	2	49	103,00
Estado	2	50	116.2
Estado	2	51	85,00
Estado	2	52	116.4
Estado	2	53	102.8
Estado	2	54	53.6
Estado	2	55	62.4
Estado	2	56	62.4
Estado	2	57	107,00
Estado	2	58	84,00
Estado	2	59	503,00
Estado	2	60	107.6
Estado	2	61	58.8
Estado	2	62	62.8
Estado	2	63	84.8
Estado	2	64	53.6
Estado	2	65	67,00
Estado	2	76	102.8
Estado	2	77	44.8
Estado	2	78	118.4
Estado	2	79	152,00
Estado	2	80	89.2
Estado	2	81	125,00
Estado	2	82	103,00
Estado	2	83	50.8
Estado	2	84	85,00
Estado	2	85-A	223,00
Estado	2	86	80.8
Estado	2	87	76,00
Estado	2	88	93.8
Estado	2	89	130,00
Estado	2	90	67,00
Estado	2	91	98,00
Estado	2	92	107.8
Estado	2	93	107.8
Estado	2	94	107.2
Estado	2	95	107,00
Estado	2	96	54,00
Estado	2	97	44.8
Estado	2	98	93.8

Estado	2	2	48,00
Estado	2	3	50,00
Estado	2	4	55,00
Estado	2	5	50,00
Estado	2	6	121,00
Estado	2	7	84,00
Estado	2	8	92,00
Estado	2	9	79,00
Estado	2	10	26,00
Estado	2	11	29,00
Estado	2	12	24,00
Estado	2	13	29,00
Estado	2	14	27,00
Estado	2	15	26,00
Estado	2	16	30,00
Estado	2	17	66,00
Estado	2	18	46,00
Estado	2	19	75,00
Estado	2	20	36,00
Estado	2	21	36,00
Estado	2	21-A	25,00
Estado	2	22	25,00
Estado	2	23	28,00
Estado	2	24	26,00
Estado	2	27	248,00
Estado	2	28	84,00
Estado	2	29	74,00
Estado	2	30	39,00
Estado	2	31	180,00
Estado	2	32	0,00
Estado	2	33	65,00
Estado	2	33-A	62,00
Estado	2	34	69,00
Estado	2	35	72,00
Estado	2	35-A	60,00
Estado	2	36	62,00
Estado	2	36-A	59,00
Estado	2	37	64,00
Estado	2	38	34,00
Estado	2	38-A	47,00

Estado	2	39	83,00
Estado	2	40	70,00
Estado	2	41	86,00
Estado	2	42	50,00
Estado	2	43	110,00
Estado	2	44	68,00
Estado	2	45	53,00

Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geografia - ITCG.

Tabela de lotes: Projeto do Estado, Gleba 4, Número dos lotes e Área de cada lote de terras em hectares

PLANO	GLEBA	NÚMERO DO LOTE	ÁREA EM HA
Estado	4	1	48.2
Estado	4	1-A	68.2
Estado	4	2	40.4
Estado	4	2-A	42
Estado	4	3	59.2
Estado	4	3-A	40
Estado	4	4	32.6
Estado	4	4-A	34.8
Estado	4	5	42.4
Estado	4	6	36.4
Estado	4	7	48
Estado	4	8	83.2
Estado	4	9	48.8
Estado	4	10	73.6
Estado	4	11	64.2
Estado	4	12	52.2
Estado	4	13	62
Estado	4	14	56.4
Estado	4	15	52.4
Estado	4	16	80.2
Estado	4	17	56
Estado	4	18	44
Estado	4	18	60
Estado	4	20	51.2
Estado	4	21	64
Estado	4	22	49.6
Estado	4	23	48.4
Estado	4	24	52
Estado	4	25	44.6
Estado	4	26	52
Estado	4	27	40
Estado	4	28	29.4
Estado	4	29	50
Estado	4	30	48
Estado	4	31	49.6
Estado	4	32	53.2

Estado	4	33	48.8
Estado	4	34	56
Estado	4	35	92
Estado	4	36	42.6
Estado	4	37	50.8
Estado	4	38	50.8
Estado	4	39	55.8
Estado	4	40	52
Estado	4	41	53.2
Estado	4	42	46.4
Estado	4	43	48.6
Estado	4	44	45.4
Estado	4	45	40.8
Estado	4	45-A	40
Estado	4	46	54
Estado	4	47	52.8
Estado	4	48	47.2
Estado	4	49	58.8
Estado	4	50	54
Estado	4	51	34.8
Estado	4	52	51.6
Estado	4	53	44.2
Estado	4	54	47.4
Estado	4	55	43.4
Estado	4	56	44.6
Estado	4	57	44
Estado	4	58	41.2
Estado	4	59	44
Estado	4	60	41.2
Estado	4	61	40.8
Estado	4	62	48.6
Estado	4	63	48.8
Estado	4	64	67.6
Estado	4	65	48
Estado	4	66	35.4
Estado	4	66-A	32
Estado	4	67	39
Estado	4	68	49
Estado	4	69	61.2
Estado	4	70	51.4

Estado	4	71	46.6
Estado	4	72	58
Estado	4	73	41.6
Estado	4	73-A	52.8
Estado	4	74	72
Estado	4	75	63
Estado	4	76	124.4
Estado	4	77	141.6
Estado	4	78	0
Estado	4	79	37.8
Estado	4	80	51.2
Estado	4	81	110.4
Estado	4	82	31.6
Estado	4	83	38.4
Estado	4	84	28.8
Estado	4	85	42.4
Estado	4	86	38
Estado	4	87	34
Estado	4	88	30
Estado	4	89	28
Estado	4	90	17
Estado	4	91	24
Estado	4	92	80.4
Estado	4	93	52
Estado	4	94	41.2
Estado	4	95	37.2
Estado	4	96	62.4
Estado	4	97	51.2
Estado	4	98	95.6
Estado	4	99	18.8
Estado	4	100	29.2
Estado	4	101	49.6
Estado	4	102	86.4
Estado	4	103	29.40
Estado	4	104	64.80
Estado	4	105	49.60
Estado	4	106	48.80
Estado	4	107	28.40
Estado	4	108	64.20
Estado	4	109	38.40

Estado	4	110	44,00
Estado	4	111	46.40
Estado	4	112	74,00
Estado	4	113	63.80
Estado	4	114	66.60
Estado	4	115	44.40
Estado	4	116	74.80
Estado	4	117	78.40
Estado	4	118	29.20
Estado	4	119	34.80
Estado	4	120	31.20
Estado	4	121	120.40
Estado	4	122	77.80
Estado	4	123	30,00
Estado	4	123-A	31,00
Estado	4	124	43,00
Estado	4	125	23.20
Estado	4	126	20,00
Estado	4	127	24.40
Estado	4	128	45.40
Estado	4	129	41.60
Estado	4	130	40,00
Estado	4	131	96.60
Estado	4	132	44,00
Estado	4	133	47.40
Estado	4	134	54,00
Estado	4	135	24.40
Estado	4	136	49,00
Estado	4	136-A	50.60
Estado	4	137	54.20
Estado	4	137	74,00
Estado	4	139	122,00
Estado	4	140	131.60
Estado	4	141	88,00
Estado	4	142	30.60
Estado	4	143	35,00
Estado	4	144	75.60
Estado	4	145	71.20
Estado	4	146	107.20
Estado	4	147	30,00

Estado	4	148	108.60
Estado	4	149	44.80

Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geografia - ITCG.

Tabela de lotes: Projeto do Estado, Gleba 19, Número dos lotes e Área de cada lote de terras em hectares

PLANO	GLEBA	NÚMERO DO LOTE	ÁREA EM HA
Estado	19	1	100,00
Estado	19	2	88,00
Estado	19	3	100,00
Estado	19	4	92,00
Estado	19	5	30,00
Estado	19	6	40,00
Estado	19	7	78,00
Estado	19	8	30,00
Estado	19	9	28,00
Estado	19	10	30,00
Estado	19	11	28,00
Estado	19	12	30,00
Estado	19	13	38,00
Estado	19	14	32,00
Estado	19	15	28,00
Estado	19	16	68,00
Estado	19	17	52,00
Estado	19	18	34,00
Estado	19	19	36,00
Estado	19	20	48,00
Estado	19	21	44,00
Estado	19	22	60,00
Estado	19	23	98,00
Estado	19	24	36,00
Estado	19	25	68,00
Estado	19	26	56,00
Estado	19	27	40,00
Estado	19	28	34,00
Estado	19	29	98,00
Estado	19	30	35,60
Estado	19	31	95,60
Estado	19	32	36,00
Estado	19	33	36,00
Estado	19	34	36,00
Estado	19	35	36,00

Estado	19	36	92,00
Estado	19	37	80,40
Estado	19	38	83,20
Estado	19	39	60,40
Estado	19	40	62,80
Estado	19	41	68,00
Estado	19	42	69,20
Estado	19	43	55,20
Estado	19	44	102,80
Estado	19	45	120,00
Estado	19	46	65,20
Estado	19	47	64,40
Estado	19	48	66,00
Estado	19	49	153,60
Estado	19	50	79,60
Estado	19	51	57,60
Estado	19	52	64,00
Estado	19	53	80,80
Estado	19	54	68,80
Estado	19	55	95,20
Estado	19	56	82,40
Estado	19	57	85,60
Estado	19	58	118,80
Estado	19	59	102,80
Estado	19	60	88,00
Estado	19	61	98,00
Estado	19	62	84,00
Estado	19	63	102,00
Estado	19	64	77,00
Estado	19	65	77,20
Estado	19	66	64,80
Estado	19	66-A	36,00
Estado	19	67	167,80
Estado	19	68	85,20
Estado	19	69	142,80
Estado	19	70	86,40

Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geografia - ITCG.

Tabela de lotes: Projeto do Estado, Gleba 20, Número dos lotes e Área de cada lote de terras em hectares

PLANO	GLEBA	NÚMERO DO LOTE	ÁREA EM HA
Estado	20	1	66,00
Estado	20	2	58,00
Estado	20	3	27,00
Estado	20	4	60,40
Estado	20	5	48,80
Estado	20	6	76,00
Estado	20	7	47,20
Estado	20	8	94,40
Estado	20	9	88,00
Estado	20	10	74,00
Estado	20	11	72,80
Estado	20	12	94,00
Estado	20	13	68,80
Estado	20	14	72,00
Estado	20	15	83,60
Estado	20	16	90,00
Estado	20	17	57,60
Estado	20	18	94,80
Estado	20	19	65,20
Estado	20	20	86,80
Estado	20	21	76,80
Estado	20	22	100,00
Estado	20	23	84,00
Estado	20	24	80,00
Estado	20	25	64,40
Estado	20	26	56,00
Estado	20	27	112,00
Estado	20	28	35,60
Estado	20	29	82,40
Estado	20	30	74,50

Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geografia - ITCG.

Tabela de lotes: Projeto do Estado, Gleba Tapejara, Número dos lotes e Área de cada lote de terras em hectares

PROJETO	GLEBA	NÚMERO DO LOTE	ÁREA EM HA
Estado	Tapejara	1	485,40
Estado	Tapejara	2	490,20
Estado	Tapejara	3	467,80
Estado	Tapejara	4	405,40
Estado	Tapejara	5	498,00
Estado	Tapejara	6	462,00
Estado	Tapejara	7	334,20
Estado	Tapejara	8	475,60
Estado	Tapejara	9	422,40
Estado	Tapejara	10	405,40
Estado	Tapejara	11	365,40
Estado	Tapejara	12	426,80
Estado	Tapejara	13	414,20
Estado	Tapejara	14	452,00
Estado	Tapejara	15	236,60
Estado	Tapejara	16	464,40
Estado	Tapejara	17	279,00
Estado	Tapejara	18	275,20
Estado	Tapejara	19	461,50
Estado	Tapejara	20	463,50
Estado	Tapejara	21	490,00

Fonte: Instituto de Terras Cartografia e Geografia - ITCG.

Tabela de lotes: Projeto da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), Gleba Patrimônio Marabá, Número dos lotes e Área de cada lote de terras em hectares

PLANO	GLEBA	NÚMERO DO LOTE	ÁREA EM HA
CMNP	Patrimônio Marabá	1,2,299,300	108,900
CMNP	Patrimônio Marabá	2-A	6.77
CMNP	Patrimônio Marabá	3	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	4	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	5	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	6	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	7	26.62
CMNP	Patrimônio Marabá	8	22.99
CMNP	Patrimônio Marabá	9	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	10	22.99
CMNP	Patrimônio Marabá	11	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	12,13,14	70.42
CMNP	Patrimônio Marabá	14-A	33.15
CMNP	Patrimônio Marabá	15	17.42
CMNP	Patrimônio Marabá	15-A	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	16	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	17	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	18 e 19	30.25
CMNP	Patrimônio Marabá	19-A	10.89
CMNP	Patrimônio Marabá	20	24.2
CMNP	Patrimônio Marabá	21	36.3
CMNP	Patrimônio Marabá	22	29.04
CMNP	Patrimônio Marabá	23	24.2
CMNP	Patrimônio Marabá	24	24.2
CMNP	Patrimônio Marabá	25	33.88
CMNP	Patrimônio Marabá	26	24.2
CMNP	Patrimônio Marabá	27	24.2
CMNP	Patrimônio Marabá	28	26.62
CMNP	Patrimônio Marabá	29-A	13.31
CMNP	Patrimônio Marabá	29-B	13.31
CMNP	Patrimônio Marabá	30 e 30-A	26.62
CMNP	Patrimônio Marabá	31	26.62
CMNP	Patrimônio Marabá	32	24.2
CMNP	Patrimônio Marabá	33,34,35	134.31
CMNP	Patrimônio Marabá	36	19.36

CMNP	Patrimônio Marabá	37	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	38	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	39	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	40	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	41	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	42	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	43	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	44	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	45	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	46	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	47	26.62
CMNP	Patrimônio Marabá	48	27.83
CMNP	Patrimônio Marabá	49	22.99
CMNP	Patrimônio Marabá	50	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	51	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	52	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	53	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	54	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	55	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	56	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	57	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	58	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	59	19.84
CMNP	Patrimônio Marabá	60	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	61	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	62	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	63	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	64	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	65	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	66	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	67	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	68	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	69	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	70	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	71	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	72	6.05
CMNP	Patrimônio Marabá	73	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	74	6.05
CMNP	Patrimônio Marabá	75	6.41
CMNP	Patrimônio Marabá	76	19.36

CMNP	Patrimônio Marabá	77	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	78	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	79	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	80	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	81	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	82	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	83	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	84/85	29.04
CMNP	Patrimônio Marabá	86	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	87	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	88	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	89	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	89-A	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	89-B	7.98
CMNP	Patrimônio Marabá	90	10.16
CMNP	Patrimônio Marabá	90-A	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	91	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	91-A	
CMNP	Patrimônio Marabá	92	50.82
CMNP	Patrimônio Marabá	92-A	
CMNP	Patrimônio Marabá	93	
CMNP	Patrimônio Marabá	93-A	
CMNP	Patrimônio Marabá	94-A	125.84
CMNP	Patrimônio Marabá	95, 96	
CMNP	Patrimônio Marabá	97,98	
CMNP	Patrimônio Marabá	99	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	99-A	
CMNP	Patrimônio Marabá	100	31.46
CMNP	Patrimônio Marabá	101	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	102	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	103	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	104	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	105	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	106	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	107	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	108	8.47
CMNP	Patrimônio Marabá	109	8.22
CMNP	Patrimônio Marabá	110	3.17
CMNP	Patrimônio Marabá	111	6.29
CMNP	Patrimônio Marabá	112	6.05

CMNP	Patrimônio Marabá	113	8.1
CMNP	Patrimônio Marabá	114	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	115	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	116	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	117	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	118	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	119	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	120	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	121	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	122	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	123	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	124	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	125	
CMNP	Patrimônio Marabá	125-A	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	125-B	
CMNP	Patrimônio Marabá	126	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	127	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	127-A	
CMNP	Patrimônio Marabá	128	53.24
CMNP	Patrimônio Marabá	128-A	
CMNP	Patrimônio Marabá	129	
CMNP	Patrimônio Marabá	129-A	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	130	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	130-A	
CMNP	Patrimônio Marabá	130-B	
CMNP	Patrimônio Marabá	131	
CMNP	Patrimônio Marabá	131-A	155.36
CMNP	Patrimônio Marabá	131-B	
CMNP	Patrimônio Marabá	131-C	
CMNP	Patrimônio Marabá	131-D	
CMNP	Patrimônio Marabá	131-E	
CMNP	Patrimônio Marabá	133	43.56
CMNP	Patrimônio Marabá	134	
CMNP	Patrimônio Marabá	135	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	136	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	137	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	138	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	139	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	140	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	141	19.36

CMNP	Patrimônio Marabá	142	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	143	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	144	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	145	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	146	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	147	
CMNP	Patrimônio Marabá	148	58.08
CMNP	Patrimônio Marabá	149	30.25
CMNP	Patrimônio Marabá	150	31.46
CMNP	Patrimônio Marabá	151	
CMNP	Patrimônio Marabá	152	4.67
CMNP	Patrimônio Marabá	153	3.14
CMNP	Patrimônio Marabá	154	2.8
CMNP	Patrimônio Marabá	155	4.23
CMNP	Patrimônio Marabá	156	4.11
CMNP	Patrimônio Marabá	157	3.14
CMNP	Patrimônio Marabá	158	4.84
CMNP	Patrimônio Marabá	159	4.38
CMNP	Patrimônio Marabá	160	5.25
CMNP	Patrimônio Marabá	161	4.84
CMNP	Patrimônio Marabá	162	4.84
CMNP	Patrimônio Marabá	163	4.23
CMNP	Patrimônio Marabá	164	4.84
CMNP	Patrimônio Marabá	165	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	166	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	167	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	168	4.84
CMNP	Patrimônio Marabá	169	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	170	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	171	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	172	10.34
CMNP	Patrimônio Marabá	173	9.31
CMNP	Patrimônio Marabá	174	9.24
CMNP	Patrimônio Marabá	175	1.93
CMNP	Patrimônio Marabá	176	
CMNP	Patrimônio Marabá	219-B	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	177	2.42
CMNP	Patrimônio Marabá	178	2.42
CMNP	Patrimônio Marabá	179	2.42
CMNP	Patrimônio Marabá	180	2.42

CMNP	Patrimônio Marabá	181	2.42
CMNP	Patrimônio Marabá	182	2.42
CMNP	Patrimônio Marabá	183	2.42
CMNP	Patrimônio Marabá	184	2.54
CMNP	Patrimônio Marabá	185	4.25
CMNP	Patrimônio Marabá	186	57.11
CMNP	Patrimônio Marabá	187	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	187-A	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	188	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	188-A	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	189	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	189-A	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	190	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	190-A	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	191	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	191-A	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	192	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	192-A	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	193	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	194	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	195	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	196	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	197	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	198	21.78
CMNP	Patrimônio Marabá	199	26.62
CMNP	Patrimônio Marabá	200 e 201	70.18
CMNP	Patrimônio Marabá	202	45.98
CMNP	Patrimônio Marabá	203	31.46
CMNP	Patrimônio Marabá	204	26.62
CMNP	Patrimônio Marabá	205	29.04
CMNP	Patrimônio Marabá	206	29.04
CMNP	Patrimônio Marabá	207	24.2
CMNP	Patrimônio Marabá	208	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	209	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	210	37.51
CMNP	Patrimônio Marabá	211	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	212	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	213	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	214	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	215	16.94

CMNP	Patrimônio Marabá	216	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	216-A	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	217	6.05
CMNP	Patrimônio Marabá	217-A	6.05
CMNP	Patrimônio Marabá	218	6.05
CMNP	Patrimônio Marabá	218-A	4.84
CMNP	Patrimônio Marabá	218-B	4.84
CMNP	Patrimônio Marabá	219	4.84
CMNP	Patrimônio Marabá	219-A	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	220	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	221	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	222	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	223	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	224	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	225	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	226	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	227	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	228	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	229	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	230	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	230-A	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	231	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	232, 233,	
CMNP	Patrimônio Marabá	234,235,	177.38
CMNP	Patrimônio Marabá	236,2	
CMNP	Patrimônio Marabá	238,239,	55.66
CMNP	Patrimônio Marabá	240	
CMNP	Patrimônio Marabá	240-A	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	241	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	242	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	243	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	244	21.78
CMNP	Patrimônio Marabá	245	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	246	21.78
CMNP	Patrimônio Marabá	247	24.2
CMNP	Patrimônio Marabá	248	18.15
CMNP	Patrimônio Marabá	249	18.15
CMNP	Patrimônio Marabá	250	18.15
CMNP	Patrimônio Marabá	251	18.15
CMNP	Patrimônio Marabá	252	5.47

CMNP	Patrimônio Marabá	253	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	254	9.68
CMNP	Patrimônio Marabá	255	6.05
CMNP	Patrimônio Marabá	256	19.36
CMNP	Patrimônio Marabá	257	21.78
CMNP	Patrimônio Marabá	258	7.26
CMNP	Patrimônio Marabá	259	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	260	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	261	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	262	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	263	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	264,3	
CMNP	Patrimônio Marabá	267a269	219.73
CMNP	Patrimônio Marabá	278a284	
CMNP	Patrimônio Marabá	266	25.28
CMNP	Patrimônio Marabá	270	13.31
CMNP	Patrimônio Marabá	271	15.73
CMNP	Patrimônio Marabá	272	33.88
CMNP	Patrimônio Marabá	273	29.04
CMNP	Patrimônio Marabá	274	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	275	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	276	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	277	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	285	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	286	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	287	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	288	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	289	21.78
CMNP	Patrimônio Marabá	290	21.78
CMNP	Patrimônio Marabá	291	19.26
CMNP	Patrimônio Marabá	292	12.1
CMNP	Patrimônio Marabá	293	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	294	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	295	14.52
CMNP	Patrimônio Marabá	296	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	297	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	298	16.94
CMNP	Patrimônio Marabá	299 e 300	16.94

Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - (CMNP).

Tabela de lotes: Projeto da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), Gleba Patrimônio Tuneiras, Número dos lotes e Área de cada lote de terras em hectares

PLANO	GLEBA	NÚMERO DO LOTE	ÁREA EM HA
CMNP	Patrimônio Tuneiras	1	19,36
CMNP	Patrimônio Tuneiras	2	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	3	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	4	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	5	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	6	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	7	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	8	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	9	21,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	10	21,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	11	21,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	12	24,20
CMNP	Patrimônio Tuneiras	13	26,62
CMNP	Patrimônio Tuneiras	14	26,62
CMNP	Patrimônio Tuneiras	15	26,62
CMNP	Patrimônio Tuneiras	16	29,04
CMNP	Patrimônio Tuneiras	17	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	18	21,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	19	29,04
CMNP	Patrimônio Tuneiras	20	31,46
CMNP	Patrimônio Tuneiras	21	31,46
CMNP	Patrimônio Tuneiras	22	29,04
CMNP	Patrimônio Tuneiras	24	24,20
CMNP	Patrimônio Tuneiras	25	19,36
CMNP	Patrimônio Tuneiras	26	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	27	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	33	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	34	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	35	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	36	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	37	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	38	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	39	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	40	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	41	16,94

CMNP	Patrimônio Tuneiras	42	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	43,44,45,46	70,18
CMNP	Patrimônio Tuneiras	47	20,57
CMNP	Patrimônio Tuneiras	48	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	49	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	50	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	51	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	52	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	53	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	54	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	55	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	56	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	57	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	58	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	59	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	60	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	61	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	62	12,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	63	16,45
CMNP	Patrimônio Tuneiras	64	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	65	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	66	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	67	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	68	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	69	23,11
CMNP	Patrimônio Tuneiras	70	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	71	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	72	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	73	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	74	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	75	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	76	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	77	13,31
CMNP	Patrimônio Tuneiras	78	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	79	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	80	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	81	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	82	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	83	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	84, 85,	60,50

CMNP	Patrimônio Tuneiras	86, 87	
CMNP	Patrimônio Tuneiras	88	20,20
CMNP	Patrimônio Tuneiras	89	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	90	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	91	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	92	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	93	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	94	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	95	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	97 e 98	26,62
CMNP	Patrimônio Tuneiras	99	13,31
CMNP	Patrimônio Tuneiras	100	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	101.102	30,97
CMNP	Patrimônio Tuneiras	103.104	26,62
CMNP	Patrimônio Tuneiras	105	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	106.107	33,88
CMNP	Patrimônio Tuneiras	108	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	109	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	110	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	111	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	112	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	113	18,15
CMNP	Patrimônio Tuneiras	114.115	37,51
CMNP	Patrimônio Tuneiras	116	19,36
CMNP	Patrimônio Tuneiras	117	19,36
CMNP	Patrimônio Tuneiras	118	21,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	119	21,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	122	19,36
CMNP	Patrimônio Tuneiras	123	19,36
CMNP	Patrimônio Tuneiras	125	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	126	10,89
CMNP	Patrimônio Tuneiras	127	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	128	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	129	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	130	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	131	9,51
CMNP	Patrimônio Tuneiras	132	9,60
CMNP	Patrimônio Tuneiras	133	10,76
CMNP	Patrimônio Tuneiras	134	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	135	9,68

CMNP	Patrimônio Tuneiras	136	4,79
CMNP	Patrimônio Tuneiras	137	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	138	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	139	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	140	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	141	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	142	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	143	9,06
CMNP	Patrimônio Tuneiras	144	9,06
CMNP	Patrimônio Tuneiras	145	8,57
CMNP	Patrimônio Tuneiras	146	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	147	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	148	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	149	11,61
CMNP	Patrimônio Tuneiras	150	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	151	9,19
CMNP	Patrimônio Tuneiras	152	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	153	9,68
CMNP	Patrimônio Tuneiras	154	8,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	155	21,17
CMNP	Patrimônio Tuneiras	156	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	160	21,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	161	21,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	162	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	163	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	164	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	165	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	166	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	167	12,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	168	13,31
CMNP	Patrimônio Tuneiras	169	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	170	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	171	14,52
CMNP	Patrimônio Tuneiras	172	21,41
CMNP	Patrimônio Tuneiras	173	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	174	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	175.176	37,51
CMNP	Patrimônio Tuneiras	177	16,94
CMNP	Patrimônio Tuneiras	178	15,73
CMNP	Patrimônio Tuneiras	179	12,1

CMNP	Patrimônio Tuneiras	180	8,95
CMNP	Patrimônio Tuneiras	181	9,07
CMNP	Patrimônio Tuneiras	183.184	8,12
CMNP	Patrimônio Tuneiras	185	3,46
CMNP	Patrimônio Tuneiras	186	4,76
CMNP	Patrimônio Tuneiras	187	4,76
CMNP	Patrimônio Tuneiras	188	2,25
CMNP	Patrimônio Tuneiras	189	2,78
CMNP	Patrimônio Tuneiras	190	2,46
CMNP	Patrimônio Tuneiras	191	2,37
CMNP	Patrimônio Tuneiras	192	2,22
CMNP	Patrimônio Tuneiras	193	1,57
CMNP	Patrimônio Tuneiras	194	1,88
CMNP	Patrimônio Tuneiras	195	2,37
CMNP	Patrimônio Tuneiras	196	2,25
CMNP	Patrimônio Tuneiras	197	5,10
CMNP	Patrimônio Tuneiras	198	5,27
CMNP	Patrimônio Tuneiras	199	5,00
CMNP	Patrimônio Tuneiras	200	6,55
CMNP	Patrimônio Tuneiras	201	2,95
CMNP	Patrimônio Tuneiras	202	4,81
CMNP	Patrimônio Tuneiras	203	4,71
CMNP	Patrimônio Tuneiras	204	4,76
CMNP	Patrimônio Tuneiras	205.206	9,63
CMNP	Patrimônio Tuneiras	207	5,83
CMNP	Patrimônio Tuneiras	208	5,71
CMNP	Patrimônio Tuneiras	209	5,20

Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - (CMNP).